



UNIVERSIDADE
ESTADUAL de LONDRINA

JULIANA FARIA CAETANO

**A DEMOCRACIA COMO VALOR POPULAR DO MST:
DILEMAS DO ENFRENTAMENTO AO ESTADO BURGUEÊS**

JULIANA FARIA CAETANO

**A DEMOCRACIA COMO VALOR POPULAR DO MST:
DILEMAS DO ENFRENTAMENTO AO ESTADO BURGUEÊS**

Dissertação apresentada ao Programa em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Eliel Ribeiro Machado

Londrina
2012

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

C128d Caetano, Juliana Faria.

A democracia como valor popular do MST : \$b dilemas do enfrentamento ao estado burguês / \$c Juliana Faria Caetano. - Londrina, 2012.
107 f.: il.

Orientador: Eliel Ribeiro Machado.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2012.

Inclui bibliografia.

1. Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.. –Teses. 2. Movimentos sociais rurais. – Teses. 3 Democracia.–. Teses. I. Machado, Eliel Ribeiro. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.. III. Título.

CDU 316.334.55

JULIANA FARIA CAETANO

**A DEMOCRACIA COMO VALOR POPULAR DO MST:
DILEMAS DO ENFRENTAMENTO AO ESTADO BURGUESES**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Eliel Ribeiro Machado
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Jair Pinheiro
Universidade Estadual Paulista - UNESP

Prof. Dr. Pedro Roberto Ferreira
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 31 de agosto de 2012.

Dedico este trabalho fundamentalmente aos meus pais.

Dedico as lutadoras e lutadores do MST e de todos os movimentos que lutam por condições de vida digna e justa para a população brasileira.

AGRADECIMENTO

Ao longo dos últimos 3 anos do meu envolvimento acadêmico, procurei dedicar maior atenção para a organização de pessoas que procuravam formas de compreender a realidade em que vivem através da atuação social e política. Nesse sentido, procurei conhecer um pouco mais como alguns desses movimentos se organizam e travam suas lutas no interior de uma sociedade capitalista, buscando formas de superar a contradição e a desigualdade. Nesse sentido, tentei me aproximar um pouco mais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem- Terra, o MST, e, apesar das limitações deste trabalho, busquei compreender um pouco mais sobre esse importante movimento social da atualidade.

Dessa forma, agradeço a toda a organização do MST, especialmente aos militantes e moradores do Assentamento Eli Vive, no qual pude conviver por um período e conhecer como funciona essa organização, através de uma incrível experiência de socialização, no qual, certamente, foi um acontecimento transformador em minha vida. Especialmente, agradeço a acolhida e o enorme carinho da “Vó”. Agradeço a Ivonete e toda a sua família, por me permitirem conviver com eles por vários dias. Agradeço as dezenas de famílias que conheci e pude aprender um pouco com cada uma. Agradeço ao dirigente Damasceno, por permitir minha estadia no movimento.

Agradeço as companheiras e companheiros do EIV- Paraná/ 2011, que me possibilitaram uma vivência entre tantos militantes cheios de sonhos e coragem, e, ao longo de quase um mês, pude conviver e aprender muito, me reabastecendo de energias e utopias.

Agradeço imensamente ao meu orientador, Eliel Machado, que com tanta paciência, compreensão e dedicação possibilitou que eu chegasse ao fim deste

trabalho. Agradeço também ao Gepal (Grupo de Estudos de Política da América Latina), por me aproximar de um universo cognitivo que busca compreender a realidade sociopolítica e, especialmente, as formas de lutas traçadas no sentido da construção de uma sociedade sem a opressão de classe.

Agradeço ao Jair Pinheiro e Renata Gonçalves, por integrarem minha banca de qualificação e contribuírem enormemente com suas críticas para o desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço à Ivone Cristina por ter me acompanhado em grande parte deste percurso, me auxiliado de diversas formas para que eu pudesse concluir esta pesquisa. Agradeço especialmente a amizade e ao companherismo que serviu de apoio e impulso por tantas vezes.

Por fim, agradeço principalmente à minha família, pois sem ela não teria chegado até esta etapa, eles que me apoiaram desde o dia em que sai de casa para enfrentar uma nova vida e, também, me apoiam nesse momento de retorno. Apesar de não compreenderem o que eu faço, não me impedem de sonhar.

CAETANO, Juliana Faria. **A democracia como valor popular do MST: dilemas do enfrentamento ao Estado burguês**. 2012. 107 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

RESUMO

Este trabalho busca discutir a formação da organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem- Terra (MST), através de um olhar para sua história, das reformulações táticas e estratégicas do Movimento diante às transformações conjunturais. Compreendendo a democracia como um valor inerente para a organização e para emancipação das classes populares em luta, no sentido de construir possibilidade de uma transformação social, política e econômica no Brasil.

Palavras-chave: Democracia. Estado burguês. MST. Lutas Sociais.

Caetano, Juliana Faria. **The value of popular democracy as the MST: the dilemmas facing the bourgeois state.** 2012. 107 p. Dissertation (Master in Social Sciences) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

ABSTRACT

This paper discusses the formation of the organization of the Movement of Landless Rural Workers (MST) via a look at its history, tactical and strategic reformulations of the Movement on the cyclical changes. Understanding democracy as an inherent value to the organization and emancipation of the working class in struggle, in order to build the possibility of a social, political and economic conditions in Brazil.

Keywords: Democracy. Bourgeois state. MST. Social Fight.

CAETANO, Juliana Faria. **A democracia como valor popular do MST: dilemas do enfrentamento ao Estado burguês**. 2012. 107 p.. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

RESUMEN

Este trabajo discute la formación de la organización del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) a través de una mirada a su historia, reformulaciones tácticas y estratégicas del Movimiento sobre las transformaciones del período. Entender la democracia como un valor inherente a la organización y la emancipación de la clase obrera en lucha, con el fin de crear la posibilidad de una transformación social, política y económica en Brasil.

Palavras Chave: Democracia. Estado burguês. MST. Luchas sociales.

LISTA DE GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

Gráficos

Gráfico 1:	População Urbana e Rural 1940- 2000.	39
Gráfico 2:	Conflitos de terra no campo 1985- 1999	47
Gráfico 3:	Ocupações de Terra 1991-1995.....	49
Gráfico 4:	Ocupações- 1995- 2002.....	53
Gráfico 5:	Ocupações e Acampamentos de 2003 a 2006	61
Gráfico 6:	Ocupações e Assentamentos de 2007 a 2010.....	61
Gráfico 7:	A Luta e a Conquista da Terra no Brasil.....	62
Gráfico 8:	Avaliação das Condições de vida antes e depois dos assentamentos.....	64

Tabelas

Tabela 1:	Brasil- Assentamentos Rurais- 1985- 1989	41
Tabela 2:	Conflitos no Campo 1992- 1999-	52
Tabela 3 -.	Ocupações de terra por Estado e regiões do Brasil, de 1995 a 2002	55
Tabela 4:	Famílias Assentadas pelo Governo FHC, de 1995 a 2002.....	56

Figuras

Figura 1:	Ocupações de Terra em 1990.....	45
Figura 2:	Dados da Reforma agrária 2003 a 2010.....	63
Figura 3:	Setores.....	68
Figura 4:	Organograma do MST	71

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALN	Ação Nacional Libertadora
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CONCRAB	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores da agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	Órgão das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FHC	Fernando Henrique Cardoso
Ibra	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inda	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
MASTER	Movimentos dos Agricultores Sem Terra
MCP	Movimento Consulta Popular
MNR0	Movimento Nacionalista Revolucionário
MR-8	Movimento Revolucionário Oito de Outubro
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem- Terra
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PACTO	Programa de Apoio Científico e Tecnológico
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PIB	Produto Interno Bruto
PROCERA	Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária

PAE	Projeto de Assentamento Agroextrativista
PAF	Projeto de Assentamento Agroflorestal
PDS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PT	Partido dos Trabalhadores
SCA	Sistema Cooperativista dos Assentados
SIBRATER	Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural
TdL	Teologia da Libertação
UDR	União Democrática Ruralista
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores agrícolas
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. DEMOCRACIA, NEOLIBERALISMO E MST	17
1.1 A DEMOCRACIA COMO VALOR DE CLASSE	17
1.2 O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM- TERRA (MST)	29
2. AVANÇOS E RECUOS DO MST	37
2.1 MST E A LUTA PELA TERRA: AVAÇOS E RECUOS	37
3. O ESPAÇO DA DEMOCRACIA NO INTERIOR DO MST E A LUTA PELA DEMOCRATIZAÇÃO DO ESTADO E DA SOCIEDADE	66
3.1 ORGANIZAÇÃO POLÍTICA	66
3.2 PAPEL POLÍTICO DO MST NUN CONTEXTO DE OFENSIVA DO CAPITAL E REFLUXO DAS LUTAS SOCIAIS	77
3.3. MST: OS LIMITES DA DEMOCRACIA BURGUESA E O HORIZONTE SOCIALISTA.....	79
3.4 PROJETO POPULAR PARA O BRASIL: QUAL O VALOR DA DEMOCRACIA PARA O MST?	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS	96
ANEXOS	101
ANEXO A – Projeto Popular para o Brasil	102
ANEXO B – Nosso Compromisso com a Terra e com a vida	104
ANEXO C – Projeto Popular para o Brasil	105

INTRODUÇÃO

Democracia em Movimento

Apesar de existirem diversos estudos sobre um dos maiores e mais complexos movimentos sociais do nosso século, alcançado reconhecimento como uma das principais referências de organização sócio-política e movimento social, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) ainda se apresenta no imaginário social como uma bruma.

Por isso, pretendemos dar a nossa parcela de contribuição para a sua compreensão a partir da seguinte hipótese diretriz: ao defender em seu programa a construção de uma sociedade socialista, tal objetivo não pode estar dissociado da forma como se organiza para lutar por ele. Por outros termos: entendendo o socialismo e a democracia como indissociáveis, como o Movimento compreende o valor da democracia?

Será, então, que a organização política interna do MST está em consonância com a construção de um poder popular no qual as classes populares exercerão, de fato, o domínio político e ideológico sobre as demais classes? Embora esta seja a pergunta precípua desta dissertação, acrescentamos outra: compreendendo que o poder político é exercido principalmente por meio do Estado burguês, qual é o entendimento teórico e político que o movimento tem sobre as instituições políticas e do Estado?

Além disso, deve-se examinar o terreno político e ideológico brasileiro sobre o qual tal objetivo é perseguido. Por estar subordinado à hegemonia do capital financeiro e de suas frações, como isso interfere para que sua congruência seja mantida? Será que o crescente processo de institucionalização do movimento e de seus principais aliados (PT, CUT, Consulta Popular) não gera consequências negativas para se aproximar do horizonte socialista? Ou a democracia popular é um valor inerente aos oprimidos, independente da autocracia burguesa e do terreno onde a luta de classes é travada? Se para a burguesia a democracia não é um valor intrínseco à própria classe, pode-se dizer o mesmo em relação aos movimentos sociais?

Mais especificamente, interessa-nos examinar a concepção de democracia do MST e, além disso, se o funcionamento de sua estrutura interna permite que as massas controlem as direções e, com isso, evitam-se posturas autoritárias e burocráticas da direção. Em outros termos, interessa-nos investigar se e como o movimento “impede” a burocratização sem cair no “basismo” ou “assembleísmo”.

A despeito dos inúmeros materiais produzidos sobre o MST, entendemos que há muito que estudá-lo. Em primeiro lugar, mobiliza e organiza ainda um contingente grande de camponeses pobres e/ou trabalhadores desempregados urbanos que lutam pela sobrevivência. Em segundo lugar, foi o principal movimento que fez oposição sistemática contra a implantação das políticas neoliberais no Brasil a partir do governo Collor de Melo, no início dos anos 1990, e seguiu nos anos 2000, já com o governo Cardoso (1995-2002) e mais recentemente no governo Lula (2003-2010).

Em meados dos anos 1990, principalmente com a eleição de Fernando Henrique Cardoso, o refluxo que se anunciava do movimento sindical, especialmente da CUT, lançou o MST praticamente sozinho na contestação ao neoliberalismo. Com o fim da URSS (1991) e a queda do muro de Berlim (1989), devemos ter em conta que o quadro internacional também não era muito favorável às lutas populares, ou seja, a defesa do socialismo estava em baixa. Por sua vez, o MST foi capaz de proezas políticas nos anos 1990 e 2000, contudo, acompanhado de derrotas importantes, como os massacres de Eldorado dos Carajás (1996) e Corumbiara (1995). Mas, entre as proezas, encontra-se a “Marcha dos 100 mil” (1999) sobre Brasília, durante o governo Cardoso, obrigando-o a abrir uma pauta de negociações com o movimento. Talvez a maior façanha do movimento tenha sido costurar um arco de alianças importante naquele momento de refluxo das forças de esquerda: PT, PDT, CUT, CPT; e de colocar a questão agrária como questão política de importância nacional. Estes são apenas alguns poucos elementos que confirmam a importância de se pesquisar um dos maiores (se não o maior) movimento social brasileiro, referência inclusive para outros movimentos latino-americanos.

O que se procura compreender, entretanto, é que, do início dos anos 2000 para cá, particularmente depois da eleição do governo Lula (2002-2010), ao lado de outros movimentos e partidos, parece que o movimento perdeu a combatividade característica de seu nascedouro, que durou até mais ou menos o final do mandato do governo Cardoso. Em que medida a aliança com o governo Lula contribuiu ou não para fortalecer a luta pelo socialismo na perspectiva programática do próprio movimento? Ou seria melhor dizer que a combatividade do movimento não foi diminuída, mas as condições conjunturais que possibilitaram um maior avanço do agronegócio (com apoio do governo federal), fez com que Movimento mudasse novamente de estratégias, empreendendo uma luta maior contra o agronegócio?

Obviamente não nos propomos a responder todas as perguntas elencadas aqui, mas elas serviram, de alguma forma, de motor para o desenvolvimento desta dissertação. Sendo

assim, nosso objetivo é mais modesto, como se pode observar na estrutura apresentada a seguir.

No *primeiro capítulo*, através de uma breve discussão conceitual, observa-se a democracia como valor de classe, seja ela burguesa ou popular-proletária; problematiza-se o processo de redemocratização aliado à implantação de políticas neoliberais que, a rigor, contradizem o próprio espírito da democracia ao excluírem os setores populares da riqueza social produzida e, finalmente, o apresenta-se nascimento do próprio MST.

No *segundo capítulo*, são discutidos alguns pontos chaves da conjuntura política e econômica que perfila os quase 30 anos do MST, no sentido de compreender os seus avanços e recuos, além das mudanças nos programas de reforma agrária nas diferentes conjunturas. O pano de fundo desse processo são os governos Collor (1990-1992), Cardoso (1995-2002) e Lula (2003-2010). Propomo-nos a compreender as relações que mantiveram com estes governos e, em que medida, isso contribuiu ou não para manter a sua força como importante movimento que luta por transformação social.

No *terceiro e último capítulo*, abordaremos a *organicidade política* e o *espaço da democracia* no interior do MST. Para isso, realizaremos uma discussão dos seus princípios em relação à organização política e ao *projeto popular* do movimento no sentido amplo do termo, conforme apontamos inicialmente nesta apresentação.

1. DEMOCRACIA, NEOLIBERALISMO E MST

Partindo do contexto histórico de surgimento do MST, ou seja, nos estertores da ditadura militar, discute-se neste capítulo, fundamentalmente, a questão da democracia como valor de classe, o processo de redemocratização no bojo das políticas neoliberais excludentes para a maioria da população e, finalmente, o nascimento do próprio MST.

1.1. A DEMOCRACIA COMO VALOR DE CLASSE

É importante alertar que essa reflexão parte da concepção do Estado moderno como uma organização material e humana que tem a função de amenizar os conflitos de classe, dessa forma, pode assumir a forma de um regime democrático ou ditatorial. Contudo, é preciso deixar claro a definição desse regime democrático está amarrado ao modelo econômico capitalista, sendo assim, essa democracia é o que denomina-se “democracia burguesa”.

Segundo Saes, o Estado “está longe de ser uma organização a serviço de ‘todo o povo’ ou de ‘todos os indivíduos’; ele tem um *caráter de classe*, quaisquer que sejam a complexidade e a variedade das vias de concretização desse caráter.” (SAES, 2001, p.34).

Tanto o conceito de Estado burguês quanto o de democracia burguesa não desconsidera a importância das lutas sociais e, tão pouco, legitima uma vitória permanente da burguesia. A democracia como regime político é, sim, conquista das classes trabalhadoras e importante instrumento para organização dessa classe, já que “possui, por motivos historicamente explicáveis, eficácia política na arregimentação revolucionária de massa, não devendo, portanto ser abandonado (o conceito de democracia) por razões de ordem estritamente intelectual”. (SAES, 1987, p. 32).

Assim, entende-se que o Estado não é apenas uma dimensão da atividade social total, mas “*é sempre uma organização especial, um corpo de funcionários cuja função é praticar uma série de atos destinados a amortecer o conflito entre as classes sociais*”. (SAES, 1987:19).

Dessa forma, não é possível discutir a composição do Estado sem discutir sua estrutura de classes, assim como não é possível discutir democracia fora das classes em luta:

A correspondência entre o Estado burguês e as relações de produção capitalista não consiste numa relação simples e unívoca entre ambos. Qual é, então, a natureza dessa correspondência? Um tipo particular de Estado – o burguês- corresponde a um

tipo particular de relações de produção – capitalistas-, na medida em que só uma estrutura jurídico- política específica torna possível a reprodução das relações de produção capitalista. Essa é a verdadeira relação entre o Estado burguês e as relações de produção capitalistas: só um Estado burguês torna possível a reprodução das relações de produção capitalistas. (SAES, 1998, p. 22)

Certamente não queremos resumir a estrutura e o papel do Estado nessas breves definições, o que buscamos é definir o conceito do qual partimos para pensar a difícil relação entre o (poder de) Estado e a atuação dos movimentos sociais, em especial, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e suas bandeiras de lutas, como a *Reforma Agrária* e *Justiça Social*.

Como exposto por Saes, o Estado é burguês quando transforma todos os homens em sujeitos iguais (seja da classe exploradora, seja da classe explorada), como homens capazes de praticar atos de vontade e no qual todos os membros dessa sociedade podem fazer parte do corpo de funcionários do Estado. Esse Estado atribui a todos capacidade jurídica geral, tornam os indivíduos em sujeitos de direito e de deveres, em *homens livres*.(1987, p.50), iguais na lei, mas não socialmente.

O que especifica esse Estado burguês é sua capacidade de se organizar internamente através de critérios universalistas, “pode se apresentar à classe explorada como uma comunidade humana voltada à realização dos interesses comuns a todos os ‘indivíduos’, independentemente de sua posição no processo social de produção” (SAES, 1987, p.51). É sua capacidade em tornar a propriedade privada um direito inalienável, de tornar a relação de exploração do processo social de produção em *contrato de trabalho*, realizado entre homens iguais e livres.

A estrutura jurídico-política do Estado está relacionada com a estrutura das relações de produção, assim as noções de direito estão atreladas, também, a lógica do sistema capitalista. Para Poulantzas, a separação entre os meios de produção e o produtor direto se dá através da “fixação institucionalizada” dos agentes da produção como sujeitos jurídicos; ou seja, os agentes da produção só aparecem como *indivíduos* nas relações jurídicas, do qual decorrem o contrato de trabalho e a propriedade formal dos meios de produção.

Dessa forma, essa separação “que engendra no econômico a concentração do capital e a socialização do processo de trabalho, instaura, conjuntamente, ao nível jurídico-político, os agentes da produção na qualidade de ‘indivíduos- sujeitos’, políticos e jurídicos, despojados da sua determinação econômica e, portanto, da sua inserção em uma classe”, assim, essa estrutura se organiza como se não houvesse luta de classes (POULANTZAS, 1977, p.124)

Convivem num mesmo terreno diversas classes e frações de classes dominantes, assim como classes dominadas, dessa forma, desenvolvem-se um mecanismo de organização desses interesses. O *bloco no poder* representa a unidade política específica que está delineado na própria estrutura do Estado capitalista. Esse conceito nos mostra que a unificação política das classes proprietárias contra as classes trabalhadoras não exclui a submissão política de certas frações de classe dominante à fração de classe dominante mais poderosa (SAES, 1998, p.05):

Com efeito, se essa coexistência de várias classes constitui um caráter geral de toda a formação social, ela assume, contudo, formas específicas nas formações capitalistas. Podemos estabelecer, nestas formações, a *relação* entre, *por um lado*, um *jogo* institucional particular inscrito na estrutura do Estado capitalista, jogo que funciona no sentido de uma unidade especificamente política do poder de Estado, e, *por outro lado* uma configuração particular das relações entre as classes dominantes: essas relações, na sua relação com o Estado, funcionam no seio de uma unidade política específica recoberta pelo conceito do bloco no poder. (SAES, 1998, p. 224)

O bloco no poder, ao se constituir como unidade contraditória das diversas frações dominantes, funciona para as disputas por hegemonia de uma delas. Dito de outra forma, o Estado burguês é um organizador da hegemonia de uma fração da classe dominante no seio desse bloco (LAZAGNA, 2007, p. 05).

Finalmente, o Estado burguês pode ter como regime tanto uma ditadura burguesa quanto uma democracia burguesa. De forma simples, pode-se dizer que se todos os membros da sociedade são considerados cidadãos no plano civil e político, efetiva-se então uma democracia burguesa; caso essa cidadania seja negada às classes sociais, há então uma ditadura burguesa. Para que a democracia burguesa exista é preciso considerar essas liberdades políticas, que são formais e concretas; esse é um elemento importante para pensar a participação política das classes exploradas, numa organização partidária, haja vista que em outros regimes essa participação é muito mais limitada. (SAES, 1987, p. 61-62)

As democracias burguesas dos países de capitalismo dependente, como é o caso brasileiro, mesmo limitadas quando comparadas às dos países avançados, permitem o funcionamento das eleições e dos Parlamentos o que, em geral, está reduzido às eleições. Quando as classes populares conseguem eleger alguns representantes, estes não podem, por exemplo, questionar diretamente a expropriação do sobretrabalho pelo capital. Quando as lutas populares avançam para além dos limites estabelecidos pela ordem burguesa, os defensores dela não hesitam em defender o fechamento das instituições democráticas e clamar pela ditadura ou outra intervenção. Por isso, entende-se que os regimes (ditadura ou democracia) são frutos da correlação de força e não necessariamente dependem de opções filosóficas das classes dominantes.

Assim, fica claro que o tipo de Estado e o regime democrático estão sendopensados em uma perspectiva de classe¹, levando em conta sua relevância nas formações sociais capitalistas.

Na perspectiva de Wood (2006), a democracia só pode ser compatível com o capitalismo se for esvaziada do seu sentido popular, ou melhor, se for separado ainda mais o político do econômico. De acordo com ela, a democracia não é compatível com o capitalismo quando concebida em seu sentido epistemológico, ou seja, *governo do povo*. No primeiro caso, a democracia burguesa se torna favorável à acumulação do capital, já que a massa da população se limita a apenas “escolher” entre os “escolhidos”; no segundo, todas as tentativas de participação popular efetiva, pelo menos nos países dependentes, resultaram em golpes de Estado.

De acordo com Machado (2004), o debate sobre democracia pode ser resumido em dois campos teóricos distintos:

No primeiro deles, estão aqueles que procuram justificar e legitimar a 'democracia realmente existente', como os teóricos da democracia procedimental. No segundo, estão aqueles que analisam a democracia burguesa e os seus limites a partir da forma como o Estado se organiza e em decorrência, o regime democrático é encarado como resultado da relação de forças no seio do bloco no poder e deste bloco com as massas populares. (MACHADO, 2004, p. 59).

Wood (2006) problematiza a suposta *separação* entre o político e o econômico (podendo incluir o jurídico) na sociedade capitalista, essa separação não se dá de forma completa:

A esfera política no capitalismo tem um caráter especial porque o poder de coação que apoia a exploração capitalista não é acionado diretamente pelo apropriador nem se baseia na subordinação política ou jurídica do produtor a um senhor apropriador. Mas são essenciais um poder e uma estrutura de dominação, mesmo que a liberdade ostensiva e a igualdade de intercâmbios entre capital e trabalho signifiquem a separação entre o “momento” da coação e o “momento” da apropriação. A propriedade privada absoluta, a relação contratual que prende o produtor ao apropriador, o processo de troca de mercadorias exigem formas legais, aparato de coação e as funções policiais do Estado. Historicamente o Estado tem sido essencial para o processo de expropriação que está na base do capitalismo. Em todos esses sentidos, apesar de sua diferenciação, a esfera econômica se apoia firmemente na política. (WOOD, 2006, p.35).

Um exemplo dessa implicação se dá na própria organização da classe trabalhadora, haja vista que essa passa a perceber seu trabalho apenas no campo econômico,

¹ Não desprezamos a importância do debate com as correntes teóricas não marxistas, como proposto por Ralph Miliband (1969), cujo intuito principal era refutar as teses pluralistas, ao demonstrar como elas serviram para limitar o debate sobre o Estado. Dessas teses democráticas pluralistas fica excluída a ideia de que o Estado poderia ser uma instituição especial, “cujo objetivo é defender o predomínio na sociedade de uma determinada classe”; também se excluem as classes e as lutas de classes. Em seu lugar, propõem “blocos de interesse”, com condições iguais de competição política, garantido pelo Estado (MILIBAND, 1972, p.14).

travando lutas no interior de seu pólo industrial, por soluções paliativas, como o aumento do salário, o que resulta por fim num desmembramento da classe, cada grupo lutando separadamente. As lutas de classes ficam concentradas no local da produção, numa disputa aparentemente não política. (WOOD, 2006, p. 47)

A questão central, abordada por Marx, é desvendar o capitalismo a fim de entender as relações sociais (jurídicas, políticas e econômicas) e a disposição do poder entre exploradores e explorados. Entretanto, correntes de teóricos liberais fazem um trabalho de harmonização da relação de produção, separam o econômico do político, demonstrando que suas relações são casuais e não determinantes.

A ampliação da concepção de cidadania passa a incluir os trabalhadores livres e não apenas os proprietários, sendo entendida cidadania como liberdade do indivíduo. O capitalismo, ao conceber a democracia formal, permite a igualdade cívica ao lado da desigualdade social. A democracia moderna se desenvolve sem discutir a questão do poder econômico ou das relações de produção capitalista.

Ao deslocar o centro do poder do *senhorio* para a *propriedade*, o capitalismo tornou menos importante o status cívico, pois os benefícios do privilégio político deram lugar à vantagem puramente “econômica”, o que tornou possível uma nova forma de democracia. (...) A democracia capitalista ou liberal permitiria a extensão da cidadania mediante a restrição de seus poderes. (WOOD, 2006, p.180).

As democracias modernas acolhem as desigualdades econômicas e os conflitos de interesses em *bem comum*, seguindo uma noção abstrata de nação e de cidadania; a democracia burguesa deixa intocadas as relações econômicas, principalmente a relação entre proprietários e produtores.

Na democracia capitalista, a separação entre a condição cívica e a posição de classe opera nas duas direções: a posição socioeconômica não determina o direito à cidadania - e é isso o democrático na democracia capitalista -, mas, como o poder do capitalista de apropriar-se do trabalho excedente dos trabalhadores não depende de condição jurídica ou civil não afeta diretamente nem modifica significativamente a desigualdade de classe – e é isso que limita a democracia no capitalismo. As relações de classe entre capital e trabalho podem sobreviver até mesmo à igualdade jurídica e ao sufrágio universal. Neste sentido, a igualdade política na democracia capitalista não somente coexiste com a desigualdade socioeconômica, mas a deixa fundamentalmente intacta. (WOOD, 2006, p.184).

Contudo, observamos que também a estrutura jurídica e política privilegia os interesses das classes dominantes, se apresenta como igual, porém, não se fundamenta dessa forma.

Seguindo esse debate sobre a democracia moderna, observa-se em Machado como as teses desenvolvidas pelos teóricos burgueses da democracia influenciaram no debate da democracia como regime político, tanto nos países recém-saídos de ditaduras militares como

em países desenvolvidos que transitavam do *WelfareState* para “economias de mercado”. Tais formulações propunham que fosse limitada, pois todo excesso era entendido como perigoso para a estabilidade econômica e política:

(...) o esvaziamento da participação popular permite que representantes políticos da burguesia assumidamente antidemocráticos a defendam e a adéquem aos seus interesses minoritários. A fim de evitar novas crises de 'governabilidade', esses teóricos sugerem limites ao seu funcionamento, bem como não se importam que isso gere apatia política dos cidadãos. Ao contrário, sustentam que a apatia é desejável à estabilidade do regime. (MACHADO, 2004, p. 64).

Schumpeter (1961), por exemplo, compreende que o processo de decisão política deveria ocorrer por eleições competitivas livres e voto livre. Mais do que isso, o recrutamento desses políticos deveria advir naturalmente de uma “elite” política com experiências em negócios privados, altamente qualificado. A eficiência do governo democrático deveria ser constituída por uma burocracia forte, treinada e que instrua os políticos; o que exclui a maioria da população.

Segundo Schumpeter (1961), para que o método funcione é preciso que todos os grupos importantes da nação estejam dispostos a aceitar todas as medidas legislativas e todas as ordens governamentais. Além disso, ele está desprovido de intervenção popular, ou seja, o eleitor tem o direito de se manifestar, silenciosamente, através da escolha de um governante entre um grupo pré-selecionado. Em outros termos, a democracia é compreendida como procedimento, ou seja:

[...] a democracia não significa nem pode significar que o povo realmente governa em qualquer dos sentidos tradicionais das palavras povo e governo. A democracia significa apenas que o povo tem a oportunidade de aceitar ou recusar aqueles que governarão. Mas, uma vez que decidir isso de maneira inteiramente não-democrática, devemos limitar nossa definição, acrescentando-lhe outro critério para identificação do método democrático, isto é, a concorrência livre entre possíveis líderes pelo voto do eleitorado. Um dos aspectos dessa definição pode ser expresso se dizemos que a democracia é o governo dos políticos. (SCHUMPETER, 1961, p. 346).

Machado (1997), citando Bobbio (1994), apresenta que os ideólogos do socialismo criticam as teses liberais da democracia, justamente por esse caráter “representativo”, no qual a democracia direta está excluída. Assim, os ideólogos socialistas reivindicam uma democracia na qual a participação popular e também o controle do poder “se estenda a todas as esferas da vida social”, a partir de baixo; reafirmando que nas democracias capitalistas o poder estatal está a serviço de manter a ordem capitalista. (p.126)

Assim a democracia burguesa e seus instrumentos (como o próprio Parlamento) são utilizados pela burguesia como forma de manter seu controle:

Assim como o parlamento é um instrumento de dominação da classe exploradora sobre a classe explorada, como também é um instrumento de mistificação dessa

exploração, pois dá a impressão de que os representantes eleitos pelo povo governam o Estado, quando, na verdade, as decisões são tomadas nos bastidores, a burocracia também vai ser um instrumento apropriado à dominação. Ela tem uma estrutura própria para desempenhar o papel de amortecer o conflito de classes e frustrar a revolução social. (MACHADO, 1997, p.126).

Para o movimento operário combativo, os movimentos sociais e os partidos anti-sistêmicos, os limites da democracia burguesa raramente podem ser ultrapassados dentro da legalidade². O simples fato de se tentar ampliá-la dentro da institucionalidade vigente pode resultar em riscos para a estabilidade do próprio regime: “Por mais que tenha havido a expansão dos direitos políticos e civis nesta sociedade, ela está limitada democraticamente exatamente no ponto em que se coloca em xeque a exploração do trabalho pelo capital”. Segundo Machado, quando os trabalhadores questionam esse ponto, dependendo da correlação de forças, a crise política pode resultar em crise do Estado e, por consequência, ele assume a sua face ditatorial e fascista. (2004, p.129).

Os limites da democracia burguesa, especialmente em países atrasados, como o Brasil, impõem determinadas condições de luta para os movimentos sociais, como é o caso do MST que, de certa forma, procura obter avanços para as suas demandas por meio de negociações e enfrentamentos. Mesmo assim, tem sido criminalizado pelos órgãos estatais com o apoio quase incondicional dos grandes meios de comunicação. As classes dominantes não perdem a oportunidade de deslegitimar e criminalizar as lutas do movimento.

Voltando-nos para os debates nos anos 1990, Wood sugere que se deixou de discutir a distribuição do poder político, a distribuição do poder econômico, a concentração de renda, a propriedade e passa-se a exaltar a democracia participativa, a democratização das instituições, o desenvolvimento sustentável, as reformas etc. Este era (e é) o discurso hegemônico. Os problemas advindos da ordem econômica capitalista foram deixados de lado:

El punto central de esta definición de democracia es limitar el poder arbitrario del Estado a fin de proteger al individuo y la “sociedad civil” de las intervenciones indebidas de aquel. Pero nada se dice sobre la distribución del poder social, es decir, la distribución de poder entre las clases. En realidad, el énfasis de esta concepción de democracia no lo encontramos en el poder del pueblo sino en sus derechos pasivos; dicha concepción no señala el poder propio del pueblo como soberano sino que, en el mejor de los casos, apunta a la protección de derechos individuales contra la injerencia del poder de otros. De tal modo, esta concepción de democracia focaliza meramente en el poder político, abstrayéndolo de las relaciones sociales, al tiempo que apela un tipo de ciudadanía pasiva en la cual el ciudadano es efectivamente despolitizado. (WOOD, 2006, p. 397).

² No último capítulo iremos discutir um pouco mais sobre as teses da democracia numa sociedade sem Estado, tentando expor quais outros sentidos podem se dados ou imaginados em um regime democrático não burguês.

Voltando-nos para o Brasil, durante o primeiro período de constituição da democracia no Brasil, vimos um grande aumento da organização das classes sociais na luta social e política o que contou enormemente para o golpe de 1964. Ainda durante os períodos em que a participação popular era excluída ou proibida diversos movimentos e/ou rebeliões afloraram ao longo da nossa história. Durante a implantação do regime militar não foi diferente, diversos protestos e organizações tentaram resistir e lutar contra a ditadura, como, por exemplo, no ano de 1968 com a luta dos estudantes, que exigiam melhoras na educação e aumento das vagas nas universidades, no qual o regime respondeu com repressão e violência, assim, a luta dos estudantes também toma o contorno de luta contra a repressão, porém, quanto mais crescia a resistência e organização dos estudantes mais linha dura eram as medidas do regime.

No dia 26 de junho de 1968, estudantes, artistas, intelectuais e ativistas políticos ocuparam as ruas do Rio de Janeiro, na maior mobilização popular contra a ditadura militar, conhecida como a *Passeata dos Cem mil*. O evento representou um protesto aos atos de repressão contra os estudantes – foi dedicado à memória do estudante Edson Luís- e reivindicava o fim da ditadura e a redemocratização do país. (MONTAÑO & DURIGUETTO, 2011, p.272).

Diversas greves também se iniciaram nesse ano, porém derrotadas pela repressão militar. Vale lembrar que nas décadas de 1960 e 1970 diversos grupos de esquerda defendiam a luta armada com o objetivo de instaurar uma república socialista e com o objetivo imediato de acabar com a ditadura militar. A luta armada³ também se expressou no campo, como o caso da Guerrilha do Araguaia, promovida pelo PCdoB. (p. 273). Porém, as organizações da luta armada foram derrotadas pela ditadura militar, e a opção de organização assumiu o viés da ação política, legal ou clandestina. (p.273)

Somado a essas ações, outros inúmeros protestos e ações de contestação, como passeatas, greves, bloqueios de rua, abaixo-assinado, etc., foram realizados como forma de resistência e contestação ao regime. Assim, como exposto por Montañó, a soma dessas mobilizações pela redemocratização do país confluíram nas “*DiretasJá*”, que foi, até o momento, o maior movimento de massa na história do Brasil. (p.274).

Entre outros fatores conjunturais que contribuíram para a decadência final da ditadura militar, destaca-se o esgotamento do “milagre brasileiro” e o papel das lutas sociais com o aumento dos protestos populares, no qual se somava com outras frações de classes que

³ Exemplos das organizações da luta armada no Brasil: Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8); Ação Nacional Libertadora (ALN); Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), etc.

passaram a aderir a luta contra o regime, que, por sua vez, deixou de ter capacidade de se sustentar.

Contudo, o processo de “redemocratização” veio acompanhando do estabelecimento de políticas neoliberais e, ao mesmo tempo, surgiam diversos movimentos sociais de contestação à ordem econômica vigente. O próprio regime implantado com a Constituição de 1988 não deixou de ser questionado, na medida em que colocava em dúvida a quais interesses ele atendia prioritariamente:

Se para muitos a democracia significava (e significa) o “direito a ter direitos”, a democratização latino-americana significou (e significa) exatamente o inverso: a perda de direitos sociais conquistados historicamente. Ou ainda: no bojo das lutas pelo fim dos regimes militares, os “líderes democratas” anunciavam aos quatro ventos, com o intuito claro de mobilizar as massas populares para a derrubada da ditadura militar, que o processo de democratização resultaria na melhoria das condições de vida da população, uma vez que associavam as degradantes condições de vida das classes populares aos regimes ditatoriais. (MACHADO, 2004 p. 55).

A Constituição de 1988 sofreu importantes limitações do Congresso Constituinte, no qual diversos artigos com maior caráter progressistas foram descartados, e isso pode ser observado “tanto pelos resquícios institucionais da ditadura militar quanto pelas configurações do novo presidencialismo”. (p.51). Nas palavras de Draibe (2002) que também apontam as perdas dos setores progressistas e a vitória das frações mais conservadoras:

É verdade, entretanto, que as pressões advindas do sistema de forças políticas nem sempre tiveram essa conotação progressista: já no processo constituinte quando, depois, no subsequente movimento de implementação da nova legislação, fortes mobilizações corporativistas e os conhecidos mecanismos clientelistas (quase sempre associados a práticas populistas dos governos), tenderam a capturar as demandas e os ensaios de reformas, impondo limites aos escopos efetivamente democráticos de alteração do padrão de políticas. Não por acaso, o modo vago de expressão das demandas, sistematicamente, traduziu-se em pressões por ampliação dos programas sociais segundo a fórmula “fazer mais do mesmo”. Condições, afinal, que tornaram mais difícil ainda, nos anos 80, a efetiva construção de uma alternativa democrática para a modernização e reforma das políticas sociais. (DRAIBE, 2002).

Ademocratização veio acompanhada de importantes mudanças no plano econômico, como a hegemonia do projeto *neoliberal*, tendo como características principais a concentração e centralização do capital em pouquíssimas mãos. Pelo menos no plano do discurso, o alargamento da democracia, que preconizava retirar milhões de brasileiros da miséria, contradizia com o neoliberalismo. Como nos mostra Draibe (2002), esse período de reconstrução democrática aferiu a esperança de que, “sob o signo da democratização” as metas de estabilidade econômica e eficácia nos gastos sociais alcançariam transformações, transformações essas que também caminhassem no sentido do plano institucional, ou seja, “descentralização, maior transparência e accountability dos processos decisórios, assim como

a ampliação da *participação social* - grandes idéias-força que fechavam o círculo da democratização do Estado”. (2002)

Como já citado, são vários os elementos que levaram ao esgotamento da ditadura militar brasileira, no que damos especial atenção as mobilizações sociais e políticas dos setores populares e médios, já que foi neste contexto que nascem importantes personagens políticos que permanecerão por muito tempo na história brasileira, como a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Todavia, como buscamos apresentar, o processo de democratização brasileira foi um processo de intensos embates políticos, no qual a presença das lutas de classes estavam afloradas, segundo Machado (2004), “se por um lado os setores populares lutavam por um novo regime democrático amplo” do outro lado da corda estavam “os representantes políticos das frações hegemônicas, a despeito dos discursos e promessas de melhoras para as classes populares, conduziam o processo democrático pelo ‘alto’”. (p.47).

Segundo o autor, havia dois pólos no processo da luta pela democratização: de um lado, o “campo burguês” e, de outro, o “campo popular”. Não havia consenso entre ambos em relação ao entendimento do que deveria ser o regime democrático. Para os movimentos populares, a democracia tinha um apelo ao *igualitarismo*; já para o campo burguês, a preocupação era em manter a *governabilidade*, ou seja, a dominação do capital sobre o trabalho. Para isso, a democracia deveria ser um procedimento que garantisse a ordem burguesa⁴.

A “transição” ocorreu em um período de grave crise econômica e de perda de legitimidade dos militares que governavam até então. Segundo Fiori (1999), alguns movimentos políticos e intelectuais relacionavam os problemas nacionais à dependência do capital internacional. A luta por um novo modelo de organização nacional que atendesse as demandas populares e resgatasse a soberania nacional foi derrotada pelas classes dominantes ligadas às forças mais conservadoras:

Seria essencial a construção de uma nova coalizão de poder capaz de redesenhar o projeto nacional com base noutro conjunto de valores, hierarquizados a partir das necessidades da população e de uma inserção soberana na nova onda globalizante da economia capitalista. Essas ideias e projetos foram derrotados politicamente em 1990, dando lugar no plano teórico à hegemonia da crítica neoliberal do 'desenvolvimentismo' e no plano prático à substituição do projeto de construção de uma 'potência emergente' pelo de transformação do país num 'mercado emergente'. (FIORI, 1999, p. 35-36).

⁴ Sobre essa questão, ver Machado (2004).

No contexto internacional, as políticas neoliberais já se consolidavam a partir da crise do *WelfareState*, inauguradas pelos governos de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, e de Margaret Thatcher, na Inglaterra. De acordo com Navarro, “Reagan e Thatcher foram a expressão das respostas mais extremas da classe capitalista ante as ameaças da classe operária”.(NAVARRO, 1997, p. 110-111).

Anderson (1995), por sua vez, afirma que o *neoliberalismo* foi uma resposta política e ideológica ao Estado intervencionista e do bem-estar: “seu propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro”. (1995, p.10)

Contudo, essa tarefa não foi tão fácil, haja vista que o período do Estado do Bem-Estar ficou conhecido como a “idade de ouro”, nas décadas de 1950 e 1960, pelo rápido e grande desenvolvimento do capitalismo. Os neoliberais criticavam o igualitarismo promovido por esse Estado que, segundo eles, destruía a *liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência*, condições básicas para a *prosperidade de todos*. De acordo com Anderson, o neoliberalismo preconizava “(...) um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas” (ANDERSON, 1995, p.11).

Durante a década de 1980, os ideais liberais já vinham sendo difundidos no Brasil pela equipe econômica do Banco Mundial, mas é nos anos 1990 que as medidas liberais propostas para os países subdesenvolvidos ganham de fato o cenário nacional, quando o governo eleito adere ao receituário do Consenso de Washington, elaborado no intuito de “dar conta do conjunto de políticas e reformas propostas pelos organismos multilaterais na renegociação das dívidas externas dos países 'em desenvolvimento' e que passam a ser chamados a partir dos anos 90 – dentro de espírito do novo consenso, de 'mercados emergentes’”. (FIORI, 1999 p. 36).

Paulo Nogueira Batista⁵ (1995) analisa diversos elementos cruciais presentes nas políticas neoliberais. Para ele, predominava, na América Latina, uma visão extremamente economicista prejudicial para o desenvolvimento dos países de capitalismo tardio.

Na verdade, os rumos do país foram traçados fora daqui: “[coube] assim, aos investidores americanos e europeus, e não aos empresários nacionais, assumir a defesa da indústria instalada no país através da política de substituição de importações condenadas pela onda neoliberal”. (BATISTA, 1995, p.8).

⁵ Paulo Nogueira Batista escreve este texto “O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas da América Latina”, em 1995, poucos meses antes de morrer.

As medidas propostas pelo Consenso de Washington incluíam dez regras básicas: disciplina fiscal; redução dos gastos públicos; reforma tributária; juros de mercado; câmbio de mercado; abertura comercial; investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições; privatização das estatais; desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas); direito à propriedade intelectual.

Essas medidas foram adotadas inicialmente pelo governo Collor (1990-1992) e mais tarde alargadas nos oito anos do governo Cardoso (1995-2002). O discurso de ambos era o da modernização capitalista como forma de tirar o Brasil do atraso. Mais importante ainda é que este discurso ganhou boa parte do eleitorado, esperançoso de que tais medidas resultariam em benefícios para a vida sofrida dos milhões de brasileiros, ou seja, havia esperanças de melhorias do gasto público, eficiência nas políticas sociais e melhores condições salariais e de trabalho.

As medidas neoliberais provocaram degradação das políticas sociais⁶, juntamente com o aumento da precarização do trabalho. Apesar de o discurso liberal defender que os problemas sociais são resolvidos pelo próprio “mercado”, o que se observa atualmente é que o projeto neoliberal levou a classe trabalhadora à maior perda dos direitos sociais e trabalhistas e ao rebaixamento da qualidade de vida.

No Brasil, esse cenário também se desenvolve, especialmente na década de 1990. El Ghonemy mostra como esse processo ocorreu no campo e de forma ainda mais negativa: “desemprego rural; a entrega das terras, pelos pequenos proprietários a especuladores ou rentistas; ou o abandono da política de reforma agrária imposta pelo Estado em favor de uma redistribuição de terras orientada pelo mercado”. Para o autor, a questão da Reforma Agrária ultrapassa o acesso à terra, necessitando de mais apoio ao desenvolvimento rural por meio dos “arranjos institucionais”. (EL GHONEMY *apud* LEITE & AVILA, 2003).

No meio rural, tivemos desemprego e instabilidade, contribuindo para engrossar as fileiras dos desempregados e da desigualdade; esse cenário permeia o recuo do movimento operário organizado no Brasil, mas, de certa forma, deu impulso ao nascimento das organizações no campo.

⁶ No período do Governo FHC foram desenvolvidos diversos programas sociais, porém, o investimento em políticas públicas não foi alargado, havendo uma contração nos investimentos públicos: “Não é mero acaso que setores como educação, saúde e previdência social se vêem em situação adversa. Os recursos previstos no Orçamento da União para as áreas de saúde e educação, proporcionais ao PIB, caírem sistematicamente desde o início do governo FHC. Para os intelectuais de plantão, o que interessa é disseminar as leis de mercado no seio do Estado e da sociedade. É abrir as universidades para o setor privado, é estender o amplo mercado de seguros e previdência social para as seguradoras nacionais e internacionais e, ainda, é deixar a saúde sob os cuidados das multinacionais estrangeiras”. (QUEIROZ, & BRAGA, 2001).

1.2. O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

Nós queremos a agricultura como um espaço de sociabilidade, uma agricultura com camponeses que enfrente o êxodo rural. Uma agricultura apta a produzir alimentos saudáveis, contrariando o agronegócio que a quer unicamente para a produção de commodities e com a utilização de grandes quantidades de agrotóxicos. Uma agricultura que assegure a preservação das águas, do solo, da biodiversidade, procurando conter e reverter a depredação ambiental causada pelo agronegócio. (MST, 2010)

O marco das novas lutas no campo foi em setembro de 1979, no qual centenas de agricultores ocupam as granjas Macali e Brilhante, no Rio Grande do Sul. Em 1981, um novo acampamento surge no mesmo estado e próximo dessas áreas: a Encruzilhada Natalino, que se tornou símbolo da luta de resistência à ditadura militar, pois agregou em torno de si setores da sociedade, que exigia um regime democrático. Em todo o país, novos focos de resistência à ditadura das armas e das terras surgiram: posseiros, arrendatários, assalariados, meeiros, atingidos por barragens.

Em janeiro de 1984 aconteceu em Cascavel, Paraná um encontro de trabalhadores rurais que protagonizavam as lutas pela democracia da terra e da sociedade, juntamente com outras organizações com interesses convergentes e fundam, então, um movimento camponês nacional, chamado por Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST. Os objetivos principais levantados nesse encontro foram: *lutar pela terra, lutar pela reforma agrária, lutar por mudanças sociais no país.*

É da soma das formas históricas de lutas populares contra esses diversos fatores que circunscrevem a história da questão agrária brasileira que o MST nasce e cresce. O Movimento nasce oficialmente em 1984, em um momento em que a sociedade saía do regime militar e transitava para o regime democrático, porém, sua gestação se dá ainda nos anos de 1970. Nasce irmão de outros movimentos e partidos políticos, que crescem no mesmo contexto, como citamos anteriormente.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é filho das lutas pela democratização da terra e da sociedade. No final da década de 1970, quando as contradições do modelo agrícola se tornam mais intensas e sofrem com a violência de Estado, ressurgem as ocupações de terra. (MST, 2010).

Para que o leitor conheça um pouco melhor, no plano histórico mais imediato, as principais lutas que antecederam o surgimento do MST, fazemos uma pequena digressão histórica.

Na década de 1960, nasce no Rio Grande do Sul, o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), fortemente ligado ao antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O MASTER organizava os trabalhadores rurais assalariados que haviam perdido suas terras. Chegou a organizar 26 assentamentos naquele estado, tendo ocupado a Fazenda Sarandi em 1963, embora fossem desapropriados pelo governo estadual logo em seguida. Essas terras deram origem às Fazendas Macali e Brilhante, que foram ocupadas pelo MST anos mais tarde. Segundo Coletti (2006, p. 31), a “luta pela terra no Rio Grande do Sul, que se constituiu na primeira experiência daquele que se transformaria mais tarde no MST, ela recomeçava, em 1979, exatamente no lugar onde havia parado em 1964: na Fazenda Sarandi”.

Apesar da grande influência que o MASTER teve para a organização dos trabalhadores do campo, Stédile afirma que o MST se considera “herdeiros e seguidores das Ligas Camponesas”, por terem aprendido mais com sua experiência, enquanto o MASTER e a ULTAB estava organizada em sindicatos. A fala de Stédile em mostrar a diferença sobre as primeiras influências se dá pelo aspecto ideológico que motivavam a organização do Movimento. Segundo Stédile, o MASTER tinha ideólogos e dirigentes ligados ao antigo PTB, e assim seguiam também um outro estilo de trabalhar, que é diferente dos primeiros fundamentos do MST, que, por sua vez estava ligado ao trabalho da Igreja Católica e Luterana, essa sim, fez parte da gênese do MST (STÉDILE & FERNANDES, 1999).

Poderíamos sintetizar o contexto político de constituição do MST nos seguintes termos: herdeiro das lutas por Reforma Agrária dos anos 1950 e 1960, mas ao mesmo tempo se diferenciando delas (Ligas Camponesas, por exemplo), cobriu a fraca atuação do sindicalismo oficial no campo e mobilizou setores populares empobrecidos (rurais e urbanos) sem militância política anterior. Era na própria luta (ocupações, marchas, acampamentos na beira das estradas, tomada de prédios públicos, etc.) que muitos camponeses pobres passaram a ver a primeira mobilização organizada coletivamente. Com a mobilização das massas, o MST passou a denunciar abertamente a concentração da propriedade rural em pouquíssimas mãos e a ausência da Reforma Agrária pelos governos militares ou democráticos.

Segundo Oliveira (2008), a “gestação” do MST ocorreu sob a hegemonia da Comissão Pastoral da Terra (CPT), ligada à Igreja Católica apoiada por sua ala progressista, cuja doutrina é a Teologia da Libertação (TdL). A autonomia do movimento em relação à

CPT não ocorreu de forma repentina, foi se dando de maneira gradual, não sem tensões, rupturas e continuidades.

Oliveira faz uma interessante análise sobre o “delicado” fio que aproxima o marxismo da TdL. Compreende que ambos partem de uma utopia revolucionária baseada no desejo humano de “justiça, igualdade e liberdade”. Outro ponto de convergência que ele aponta é a ligação da TdL com os “pobres” e a do marxismo com a centralidade das classes trabalhadoras (proletariado).

Dito de outra forma, há uma afinidade entre a visão da TdL e a teoria marxista, na medida que a primeira supõe uma correlação transcendental entre revelação de Deus e clamor dos pobres, enquanto o marxismo supõe o desvelamento das estruturas opressoras sobre as classes trabalhadoras e o lugar do proletariado como agente de transformação social (2008, p. 137).

Pode-se afirmar que a TdL e o marxismo foram as principais referências políticas e ideológicas que deram o contorno e as primeiras diretrizes para os dirigentes do MST. Foram estas matrizes teóricas que nortearam a definição dos seus objetivos, das suas táticas e das suas estratégias de luta política. Entretanto, segundo Feix (2010 p. 33), “o problema é que a adoção das referidas matrizes e, principalmente, a forma como se procede na sua utilização resultam no que se pode chamar de uma combinação teórica e política imprecisa”, ou seja, isso se dá justamente pelas diferenças nas duas principais correntes que influenciam o movimento (TdL e o marxismo clássico) e, também, das mudanças socioeconômicas das últimas três décadas. Segundo o autor, os teólogos da TdL estabelecem uma relação de “afinidades eletivas” com a corrente do marxismo democrático, que fica caracterizado pela “seleção de determinados aspectos deste marxismo” e representa a sua instrumentalização. (2010, p.72)

Segundo Stédile, a CPT foi a aplicação da Teologia da Libertação na prática e através do trabalho que realizavam contra a violência no campo; com isso, criaram uma importante contribuição para a luta dos camponeses no viés ideológico, e esse seria um dos elementos constitutivos da gênese do MST, “os padres, agentes pastorais, religiosos e pastores discutiam com os camponeses a necessidade de eles se organizarem (...) fez um trabalho muito importante de conscientização dos camponeses” (STÉDILE & FERNANDES, 1999, p. 20)

A TdL e as CEB's também influenciaram o pensamento dos dirigentes do Movimento sobre o papel da democracia, já que a TdL não considerava a democracia político- institucional como um meio por qual deveriam atuar, já que entendiam essa

democracia como elitista e conservadora. Contudo, era pensado a questão do socialismo democrático, através da participação, na forma como as CEB's se organizavam em núcleos, o que influenciou a organização de outros movimentos sociais e, também, do Partido dos Trabalhadores.

Os partidos políticos, os movimentos sindicais e populares, as associações sociais e outras formas de organização são vistos como os instrumentos sociais e políticos apropriados para a luta revolucionária. São os espaços sociais e políticos para o exercício da cidadania, para a formação e a atuação política dos sujeitos populares, entre eles os cristãos e os pobres em geral. A estratégia fundamental pensada no interior da TdL em relação às instituições políticas do Estado consiste na construção de organizações sociais e de partidos políticos a partir dos e pelos setores populares (de baixo para cima), e no decorrer do processo político esses novos atores disputariam e ocupariam os espaços da estrutura institucional até se constituírem na força política hegemônica. (FEIX, 2010, p. 68).

Assim, entende-se que os projetos dos dirigentes do Movimento são distintos e complementares, “o grupo mais próximo da TdL, que é majoritário, sustenta um projeto de transformação social de natureza reformista (projeto popular) como etapa ou como parte inerente ao processo histórico de construção do socialismo”, enquanto o grupo dos dirigentes que está mais próximos da teoria leninista, defende a teoria do “duplo poder e a luta direta pela conquista do Estado”. (FEIX, 2010, p.45)

Essa duplicidade de projetos, aliada às divergências internas, além da confusão teórica, cria problemas para a definição das estratégias de luta política, tais como em relação às instituições políticas do Estado. Consequentemente, também a democracia adquire um tratamento ou uma importância diferenciada, dependendo do projeto de sociedade que está em questão. (FEIX, 2010, p.45).

Percebe-se a complexidade e, também, as contradições do Movimento, atuando em diferentes frentes e com projetos distintos. O MST articula luta política e econômica, a luta imediata e mediata, formação política e atuação prática.

Oliveira (2008) seleciona alguns princípios, frutos destas influências, que norteiam o MST, que são: preocupação com a formação política- a formação da consciência de classe à utopia socialista, como instituição educativa da sociedade civil; a mística- prática característica do movimento e herdeira das CEB's, sendo considerada de extrema importância para a formação e sensibilização das suas bases. Em relação à mística, diz: “a mística é, ao mesmo tempo, uma articulação dos princípios subjetivos com princípios concretos”. (OLIVEIRA, 2008 p. 137)

Feix (2010) em referência a Stédile, discute a influência da TdL nos principais dirigentes do início do movimento:

[...] incorporamos dela [da TdL] a disposição de estar abertos a todas as verdades e não somente a uma (...). Todos os que se abasteciam na Teologia da Libertação – o pessoal da CPT, os católicos, os luteranos – nos ensinaram a prática de estar abertos a todas as doutrinas em favor do povo. Essa concepção de ver o mundo é que nos deu abertura suficiente para perceber quem poderia nos ajudar [teóricos]. (STÉDILE, *apud* FEIX, 2010 p. 35-6).

Esse ponto levantado por Stédile é extremamente importante para entendermos como a direção e o Projeto Político do movimento foram construídos e o porquê de algumas mudanças no decorrer de seu desenvolvimento. É por meio das influências da TdL, da simbiose de pensamentos e de doutrinas de esquerda, especialmente marxista, que se compreende o próprio movimento:

A partir dessa concepção [abertura às diferentes doutrinas e teóricos que ajudam a atingir os objetivos políticos], fomos buscar nos pensadores clássicos de várias matrizes algo que pudesse contribuir com nossa luta. Lemos Lenin, Marx, Engels, Mao Tsé-Tung, Rosa Luxemburgo. De uma forma ou outra, captamos alguma coisa de todos eles (STÉDILE & FERNANDES, 1999, p. 59-60).

Para Feix, enquanto os teólogos da TdL foram influenciados pelo “neomarxismo”, os dirigentes do MST buscaram no “marxismo clássico” a fundamentação teórica para o seu projeto político e “isso produziu uma inflexão teórica em relação à importância atribuída à democracia política”. (2010, p. 36).

Segundo Amarin, dirigente do MST, o movimento tem diferentes influências teóricas e ideológicas, mas busca desenvolver seu próprio programa de atuação: “Zapatistas, Che Guevara, maoístas, marxistas, leninistas, gostamos um pouco de todos, mas não seguimos nenhum. Temos influência até de Jesus Cristo”. (AMORIN *apud* FEIX, 2008, p. 38).

Feix (2010) identifica três grupos iniciais que apresentavam perspectivas teóricas e políticas diferentes: o primeiro era mais fortemente ligado à Igreja e às CPT e CEB's; o segundo seria constituído por militantes ligados às concepções da esquerda tradicional que viam no movimento uma força política capaz de construir o processo revolucionário; o terceiro era uma espécie de imbricamento dos dois primeiros, ou seja, tinha uma posição político-cultural intermediária entre ambos. Estes grupos, obviamente, tentavam guiar a forma de organização do movimento.

Outro fator importante para compreender o processo de construção do Projeto Socialista do MST e sua própria organização é o momento histórico de seu nascimento, como citado anteriormente. Esse período de reabertura política e democrática também sinalizou um novo momento para a Igreja Católica: se antes os teólogos ligados à TdL não entendiam a

democracia político institucional como caminho das lutas, agora optavam por essa via ante as lutas mais radicalizadas, principalmente as ocupações.

Na medida em que o governo do presidente Sarney (1985-1990) não realizou a prometida reforma agrária, sendo esta rejeitada também na nova Constituição (1988), o MST partiu para a ofensiva contra o Estado, massificando as ocupações de fazendas agora também na região Nordeste, colocando em prática o slogan escolhido no seu I Congresso Nacional: “*Ocupação é a única solução*”. A aproximação à teoria marxista clássica ajudava as lideranças do MST a adotarem ações sociais e políticas mais radicalizadas. A guinada para a esquerda provocou, no entanto, a diminuição do apoio de atores políticos e sociais ou a sua limitação ao caráter formal e não efetivo, pois a nova estratégia da maioria destes era a interação com as instituições políticas do Estado. (FEIX, 2010, p. 94).

Durante o I Encontro Nacional do MST (1984), sob influência das CEB’s e da CPT, os quatro objetivos centrais definidos foram: “lutar por uma sociedade justa, fraterna e acabar com o capitalismo”; “lutar pela reforma agrária”; “integrar as diversas categorias de trabalhadores do campo”; e, finalmente, “destinar a terra para quem nela trabalha e dela precisa para viver” (FERNANDES, 2000, p. 83).

Durante o I Congresso Nacional do MST, realizado um ano depois do I Encontro, em 1985, percebemos uma vertente mais assumidamente ligada ao marxismo clássico, como a defesa de uma sociedade “sem exploradores e explorados”. Contudo, ainda existia certa “inibição” em assumir uma luta socialista, pelo peso que isso acarretava naquele momento específico. Como nos mostra Oliveira (2008), é possível perceber um avanço político da organização do MST, que até então era entendido e ligado às questões econômicas e de uma luta mais pragmática pelo direito à terra.

No entanto, as diretrizes de atuação política definidas no 1º Encontro do MST em janeiro de 1984 e no 1º Congresso em janeiro de 1985 deixam transparecer o avanço da politização pela qual o movimento vinha passando, embora as lutas estivessem ainda bastante comprometidas pela violência no campo. O primeiro objetivo continuava sendo a Reforma Agrária, contudo, o reconhecimento de que o problema era muito mais abrangente e enraizado estava presente porquanto havia a consciência de que a luta pela terra também era a luta por uma sociedade justa e fraterna, o que, em última análise, significava a superação do modo de produção capitalista. (OLIVEIRA, 2008 p.31).

Já em 1987, no III Encontro Nacional, definiu-se que o objetivo prioritário do MST seria a construção de um projeto político da classe trabalhadora. No IV Encontro, essa postura de aproximação clara do marxismo clássico fica reafirmada como sua estratégia

política. Segundo Feix, nesse período inicia-se uma proximidade maior com o leninismo, que irá influenciar fortemente a forma de se organizar e o projeto político:

Após intenso estudo da obra dos marxistas clássicos, nos últimos anos da década de 1980, realizados geralmente nas escolas de formação organizadas pelo Partido dos Trabalhadores (PT), pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e no interior do próprio MST, com a colaboração de assessores, nos anos 1990 esses dirigentes já tinham uma clareza teórica maior, o que fortaleceu a sua autonomia para definir as linhas e as estratégias de ação política. (2010, p. 87).

OMST nasce como forma de enfrentamento e de resistência frente a longa história de desigualdades socioeconômicas do Brasil, no qual, as raízes se encontram desde o processo de colonização e se perpetuam até os dias de hoje. Porém, essa história também é repleta de lutas contra a opressão, concentração de terra e de renda, contra as diferentes formas de desigualdades sociais.

Apesar das inúmeras denúncias sobre grilagem de terras feitas por grandes proprietários, sobre a exploração da terra e dos trabalhadores pelas empresas transnacionais, pouco disso é informado para a população, ao contrário, a grande imprensa faz um desserviço para a sociedade, omitindo ou mesmo deturpando os fatos sobre as reais condições da questão agrária no Brasil. O próprio Parlamento omite estas questões, fazendo “vista grossa” sobre os processos de ilegalidade no uso da terra; apesar da grande necessidade, não há ao menos uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as ações ilegais sobre o monopólio e utilização da terra, tampouco, que julgue os conflitos e a violência nos quais centenas de trabalhadores foram vítimas ao longo das décadas, cometidos pelos grandes latifundiários.

Como apresentado por Stédile e Fernandes (1999, p.15), a “gênese e a natureza” do MST “foi determinada por vários fatores”, como (e principalmente) os aspectos socioeconômicos da década de 1970, com as transformações que a agricultura passou. A ditadura militar foi responsável por implantar um modelo agrário ainda mais “concentrador e excludente”, através de uma modernização que expulsou milhares de trabalhadores do campo, aumentando o êxodo rural, solapando os pequenos agricultores, aumentando a produção para exportação e, piorando a situação, incentivando o uso intensivo de agrotóxicos para aumentar a produção. (MST, 2010, p.9)

Neste contexto, são alargados também os problemas relativos aos centros urbanos, como aumento populacional somado ao descaso do governo com políticas públicas, como saúde, transporte, moradia, etc. Conseqüentemente, aumentam os conflitos agrários, principalmente na região Sul e Sudeste do país, “onde surgiu o embrião do Movimento dos Sem Terra”.

Segundo Silva (2006), o trabalhador do campo passou por diversos momentos diferentes na construção e organização de sua luta, mas pela sua própria história foram se constituindo como sujeitos, construindo sua consciência, assim criando condições para a criação de movimentos sociais do campo forte e organizados.

Os movimentos sociais do campo vem se constituindo ao longo da nossa história, como sujeitos coletivos, onde constroem uma identidade e organizam práticas que visam defender direitos, interesses e projetos. Esse processo se dá através de lutas de resistências, de organização, mobilização que se constroem nos locais de trabalho, na roça e na comunidade. É na teia de constituição dessas lutas que se forjam as condições para a tomada de consciência do que significa ser trabalhador(a) rural. (SILVA, 2006, p.1).

Rudá Ricci,⁷ por sua vez, afirma que os movimentos de luta pela terra no Brasil representam “uma luta pela propriedade e a luta pela reforma agrária é uma luta mais geral, de concepção de organização da estrutura fundiária. O discurso parece até envolver os dois. Mas, na prática, só envolve o interesse” (Ricci, 2010). Entretanto, quando lemos o Programa Político do MST, observamos uma grande diferença em relação ao que é afirmado pelo autor: a luta pela Reforma Agrária é a principal bandeira. Nos anos 1990, o movimento assumiu uma postura anti-neoliberal clara e, nem por isso, abandonou aquela bandeira. Ao contrário, com o avanço do agronegócio nos anos 2000, o Movimento mostra que não pode se restringir à defesa da pequena propriedade agrícola.

O MST é um movimento em movimento, sendo assim acompanha e é influenciado por um processo dinâmico conjuntural:

O maior desafio [das lideranças] é manter o movimento dinâmico. Há uma tendência bastante forte para debater o que é o movimento e o que é a organização. O movimento faz algo específico e é determinado. Como manter o movimento como movimento, fazendo com que seja perene? (ROSSETO, *apud* PESCHANSKI, 2007, p.113).

Para finalizar este capítulo, é importante ressaltar que a forma como o Movimento se organiza permite uma constante formação política dos seus militantes, inserida na criação de diversas “frentes de atuação” (produção, cooperação, educação, comunicação, etc.). Além disso, o Movimento se tornou mundialmente conhecido e referência como um dos maiores movimentos sociais da atualidade, e a entrada do Movimento para a Via Campesina representou uma grande capacidade do movimento em aglutinar diferentes bandeiras e formas de luta, através de uma mesma organização. Discutiremos um pouco mais sobre as formas de lutas, enfrentamentos e organicidade do Movimento nos próximos capítulos.

⁷ Entrevista de Ruda Ricci: “Os Desafio dos Movimentos Sociais Hoje”, concedido ao portal *Esquerda.net*.

2. AVANÇOS E RECUOS DO MST

A luta marca a vida e fica na memória. Aos que lutam, a memória persiste e jamais se esquece da história. (FERNANDES, 1999).

Neste capítulo, recuperamos a trajetória do MST, desde a sua gestação até a sua consolidação enquanto um dos mais importantes defensores da reforma agrária no Brasil, chegando a ser reconhecido internacionalmente. Para isso, tratamos, ainda que brevemente, das políticas agrícolas propostas pelos governos Collor (1990-1992), Cardoso (1995-2002) e Lula (2003-2010) e das formas como o movimento as enfrentou e, em que medida, contribuíram ou não para manter a sua força como importante agente na luta por transformação social.

2.1 MST E A LUTA PELA TERRA: AVANÇOS E RECUOS.

Portanto, a luta pela conquista destas terras estava registrada na memória dos camponeses, que agora participavam de uma luta maior: a luta pela construção da democracia.” (FERNANDES, 1999)

Nascimento: Luta pela Terra e Democratização do país

Como foi dito anteriormente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nasce como resultado de cinco séculos de exploração dos trabalhadores e da concentração da terra no Brasil. O MST pode ser entendido como um movimento que sintetiza em suas bandeiras de luta questões sociais que revelam o atraso do desenvolvimento social brasileiro, como a concentração de terra, a desigualdade econômica, o acesso à educação, a exclusão da participação política de grande parte da população, etc. Como apresentado por Martins, a questão agrária é uma questão “suprapartidária”, resultado da forma como foi historicamente tratada pelo Estado e que remonta ainda à questão da escravidão. (2000, p.13).

Assim, a questão agrária não poderia permanecer nas mesas de decisões de um pequeno grupo dirigente, que se julga no “direito de monopolizar politicamente esse drama nacional”. Segundo Martins, a questão agrária nos divide como povo e nos afasta de nossa identidade nacional e, dessa forma, a “questão agrária só se resolverá na mesa das boas intenções e do amor à pátria e ao povo, na renúncia aos particularismos, conveniências e imediatismos de instituições, partidos, grupos e pessoas”. (p.13).

Apesar dessa síntese de Martins ser importante para pensarmos a importância da questão agrária, quando o autor fala da renúncia ao imediatismo e da tomada de partido ou grupos, não podemos deixar de levar em conta o fato de que, se vivemos em uma sociedade dividida em classes sociais antagônicas, “tomar partido” pode-nos colocar favoráveis ou contrários à reforma agrária. Dito de outra forma, parece-nos que esta bandeira sempre ficou

restrita aos governantes de plantão e toda vez que ganhou as ruas e os campos, a reação estatal sempre foi de violência e repressão, algo que permanece até os dias atuais. Não por outro motivo que o MST entra em cena e se legitima como o seu principal interlocutor, a partir da perspectiva dos próprios trabalhadores.

Mesmo sob a ditadura militar brasileira, foi implantada a primeira Lei de Reforma Agrária no Brasil (Lei nº 4.504), conhecida como Estatuto da Terra. Este, por sua vez, teve extrema importância como resultado de um longo processo de luta dos envolvidos na batalha pela Reforma Agrária. (STÉDILE, s.d, p.145). Segundo Stédile, baseando-se em José Gomes da Silva, o Estatuto da Terra tem duas vertentes: a *primeira* seguia o ideário cepalino de Celso Furtado e outros pesquisadores, que defendiam o “caminho do desenvolvimento do mercado interno, interiorização da industrial nacional, distribuição de renda e, por conseguinte, a reforma agrária como forma de desenvolver as forças produtivas e o capitalismo no país” (p.149).

A *segunda* vertente, de influência norte-americana, defendia a “necessidade de reestruturação da propriedade da terra como forma de consolidar a via capitalista”, isso também pelo temor da influência que poderia ter a recente Revolução Cubana (STÉDILE, s.d p. 149). Essa vertente, baseada no papel clássico da agricultura no desenvolvimento econômico; segundo Delgado (2005), fundamentava-se em cinco funções da agricultura: i) liberar mão-de-obra para a indústria; ii) gerar oferta adequada de alimentos; iii) suprir matérias-primas para as indústrias; iv) elevar as exportações agrícolas; e v) transferir renda real para o setor urbano. Assim, “somente se reconheceria problemas ali onde algumas dessas funções não estivessem sendo sistemática e adequadamente atendidas”. (2005, p. 59).

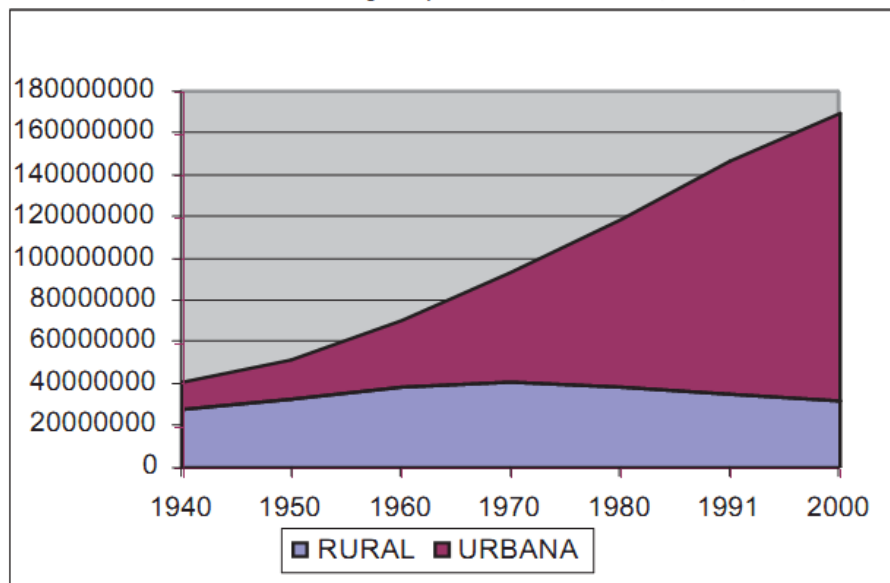
O marechal Castelo Branco, influenciado pela escola americana, acreditava na eficiência da agricultura para minimizar os problemas da pobreza, particularmente no nordeste. Tratava-se de uma concepção extremamente tecnicista que diminuía a importância política da questão agrária.

Todavia, apesar dos avanços que o Estatuto da terra aparentava, é sabido que pouco saiu do papel. Com a morte do marechal Castelo Branco e as mudanças da política dos Estados Unidos para a América Latina, ele foi praticamente esquecido. Aliás, ele voltou a ser usado com mudanças no governo Médici por meio de sua política de expansão geopolítica, com o discurso de que “vamos levar gente sem terra para uma terra sem gente”, possibilitando assim migrar mão de obra barata para a exploração de madeiras e minérios na região da Amazônia (STÉDILE, s.d,p.151-2):

Tal período histórico (1965-1982) constitui-se com muita clareza na “idade de ouro” do desenvolvimento de uma agricultura capitalista em integração com a economia industrial e urbana e com o setor externo, sob forte mediação financeira do setor público. (...). É importante também ter em conta que a chamada “modernização conservadora” da agricultura nasceu com a derrota do movimento pela reforma agrária. Tratava-se ainda de uma resposta à política agrícola dos anos 1950, dominada excessivamente pela prioridade à valorização cafeeira e ao regime cambial então vigentes. Ela foi também uma maneira de responder aos intensos desafios da industrialização e urbanização, combinados com uma necessária diversificação e elevação das exportações primárias e agroindustriais do Brasil, (...). (DELGADO, 2005, p. 58-9).

Nesse mesmo período é criado o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda). Em 1966 é instituído o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, porém, mal saiu do papel. Em 1970 é criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), por meio da fusão do Ibra com o Inda. Com a criação do INCRA, o governo desenvolveu o programa de migração e colonização da Amazônia, mas, como se sabe, a experiência não teve resultados satisfatórios, ao menos para a população trabalhadora, porém, as empresas encarregadas da construção de estradas e dos projetos agropecuários tiveram muitos ganhos na época.

Gráfico 1 – Brasil: População rural e urbana, 1940/2000



Fonte: IBGE, Censos demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

De acordo com o gráfico, vemos como era a distribuição populacional urbana e rural ao longo das décadas. A partir da década de 1970 a população rural foi diminuindo gradativamente. Segundo Fernandes, o avanço do capitalismo no campo gerou um grande aumento da miséria e também da concentração da riqueza:

Esse processo transformou o meio rural com a mecanização e a industrialização, simultaneamente a modernização tecnológica de alguns setores da agricultura. Também expropriou, expulsou da terra os trabalhadores rurais, causando o crescimento do trabalho assalariado e produzindo um novo personagem da luta pela terra e na luta pela reforma agrária: o bóia fria. (FERNANDES, 1999).

Nas décadas de 1960 e 1970 diversas organizações de trabalhadores eclodiram por todo o Brasil e a questão agrária passou a ser tratada como problema de segurança nacional: “a militarização proporcionou diferentes e combinadas formas de violência contra os trabalhadores”, favorecendo os grandes empresários e defendendo o latifúndio (FERNANDES, 1999). Assim, a repressão do Estado, no campo e na cidade, “destruiu todos os movimentos camponeses existentes até então, tais como as Ligas Camponesas, Ultabs, Master, sindicatos e até mesmo alguns grupos localizados, cujas lideranças pagaram com a própria vida ou amargaram anos e anos de exílio”. (STÉDILE, s.d, p, 149).

A repressão estatal não foi suficiente para exterminar os germes de lutas e resistências: em meados da década de 1970 os movimentos sociais rurais e urbanos retomam suas forças e passam a um novo enfrentamento com o Estado. O que certamente contribuiu para que o regime militar chegasse ao seu esgotamento. Outro importante fator que contribuiu para o ressurgimento do movimento no campo foi a atuação das CEBs e a criação da CPT, como falamos no capítulo anterior. Segundo Stédile e Fernandes, a “CPT foi uma força que contribuiu para a construção de um único movimento, de caráter nacional”, que se conjugou na construção do MST. (STÉDILE & FERNANDES, 1999, p. 21).

O MST nasce da conjugação de diversas lutas, inclusive da luta pela democratização do país. Embora o INCRA apresentasse o interesse em fazer a reforma agrária, ela ficou mais no discurso do que na prática. O movimento, por sua vez, levanta duas bandeiras: uma pela *democratização da terra* como pressuposto para a *democratização da sociedade* - “Sem reforma agrária não há democracia” – e outra pela *ocupação* como estratégia de luta – “A ocupação é a única solução”. No contexto da abertura democrática, a repressão se tornou mais difícil e o movimento se aproveitou para intensificar as ocupações (como as das sedes do INCRA). Foi um momento também de muitas conquistas com as desapropriações e os assentamentos. (STÉDILE & FERNANDES, 1999, p. 67).

O primeiro período da abertura democrática sinalizou novos tempos, que não perduraram muito, já que os problemas sociais no Brasil não se restringem apenas à questão da estrutura organizativa da política, mas estão enraizados no modo de produção capitalista. Em outros termos, seja o regime democrático ou ditatorial, a estrutura econômica não pode ser alterada. Mas, do ponto de vista das classes subalternas, os regimes políticos não são

indiferentes: os democráticos permitem melhor organização dos seus interesses classistas em detrimento do ditatorial (SAES, 1987).

Entre os anos de 1980 e 1990, o MST alcança suas maiores conquistas: “na época do Sarney, quando o governo não agilizava o assentamento, ninguém nos tirava da área ocupada” (STÉDILE & FERNANDES, 1999, p.66). Corria-se o risco de a ocupação virar um assentamento. Contudo, os latifundiários não se calariam diante da possível reforma, ocasião em que fundam a União Democrática Ruralista (UDR), cuja influência durante a Assembleia Nacional Constituinte foi fundamental para tirar a reforma agrária da pauta.

O Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA) de 1985 tinha como meta assentar 1,4 milhão de famílias, porém, não surpreendentemente, fracassou. Segundo dados do DATALUTA, de 1979 até 1987, 105.778 mil famílias foram assentadas com a criação de 436 assentamentos.

Tabela 1 - Brasil- Assentamentos Rurais- 1985- 1989

TABELA 4- BRASIL - ASSENTAMENTOS RURAIS – 1985 – 1989

REGIÃO/UF	Nº ASSENTAMENTOS	%	Nº FAMILIAS	%	ÁREA (ha)	%
<i>NORTE</i>	<i>106</i>	<i>17,3</i>	<i>37.792</i>	<i>42,3</i>	<i>2.358.464</i>	<i>57,0</i>
AC	10	9,4	1.791	4,8	227.307	9,7
AM	09	8,5	6.066	16,0	561.837	23,8
AP	03	2,9	1.930	5,1	142.000	6,0
PA	33	31,2	16.393	43,4	948.347	40,2
RO	15	14,1	7.150	19,0	294.425	12,5
RR	01	0,9	1.375	3,6	165.000	7,0
TO	35	33,0	3.087	8,1	19.548	0,8
<i>NORDESTE</i>	<i>189</i>	<i>30,8</i>	<i>24.237</i>	<i>27,1</i>	<i>836.693</i>	<i>20,2</i>
AL	05	2,7	297	1,2	3.581	0,4
BA	39	20,7	6.997	28,9	266.387	31,9
CE	43	22,8	3.887	16,0	128.697	15,4
MA	29	15,3	8.859	36,5	339.393	40,6
PB	13	6,9	562	2,3	9.543	1,1
PE	25	13,2	1.151	4,8	17.625	2,1
PI	10	5,3	441	1,8	16.325	2,0
RN	19	10,0	1.577	6,5	44.676	5,3
SE	06	3,1	466	2,0	10.466	1,2
<i>CENTRO-OESTE</i>	<i>73</i>	<i>11,9</i>	<i>13.118</i>	<i>14,7</i>	<i>625.542</i>	<i>15,1</i>
DF	00	0,0	00	0,0	00	0,0
GO	11	15,1	1.025	7,8	73.795	11,8
MS	23	31,5	4.372	33,3	131.868	21,0
MT	39	53,4	7.721	58,9	419.879	67,2
<i>SUDESTE</i>	<i>86</i>	<i>14,0</i>	<i>6.805</i>	<i>7,6</i>	<i>163.756</i>	<i>3,9</i>
ES	21	24,5	698	10,3	8.324	5,1
MG	13	15,1	1.492	22,0	76.540	46,7
RJ	25	29,0	2.312	33,9	27.818	17,0
SP	27	31,4	2.303	33,8	51.074	31,2
<i>SUL</i>	<i>160</i>	<i>26,0</i>	<i>7.374</i>	<i>8,3</i>	<i>155.721</i>	<i>3,8</i>
PR	68	42,4	3.364	45,6	74.010	47,5
RS	46	28,8	2.014	27,3	47.148	30,3
SC	46	28,8	1.996	27,1	34.563	22,2
BRASIL	614	100	89.326	100	4.140.176	100

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra - UNESP/MST.

✉ - nera@prudente.unesp.br

Bases de dados: INCRA-MST-ITESP-CPT.

Nesse contexto de embate, o PNRA ficou no meio de um “cabo de guerra” entre o MST e a UDR. Mesmo assim, este processo propiciou a politização da luta pela terra no Brasil, “seja porque as várias instâncias do aparelho de Estado não poderiam mais ignorar a existência de uma questão agrária ainda não-resolvida no Brasil”, ou ainda porque os personagens envolvidos se apresentavam como “verdadeiras forças políticas e sociais”. Assim o MST “extrapolavam as suas existências econômicas e colocavam-se em confronto nos níveis político e ideológico” enquanto os ruralistas se apresentam como “fração autônoma de classe”. (COLETTI, 2006).

Por fim, a questão da reforma agrária ultrapassa os limites da distribuição da terra, pois se trata de uma questão política. Segundo Fernandes, o MST, ao reivindicar a reforma agrária, luta contra o capital, já que a forma como se concentra a terra no Brasil é parte da lógica como o sistema se reproduz por aqui.

O MST leva na memória a história camponesa que está construindo. Esse conhecimento explica que o fato dos camponeses não terem entrado na terra até os dias de hoje é político. É a forma estratégica de como o capital se apropriou e se apropria do território. Portanto, as lutas pela terra e pela reforma agrária são antes de mais nada, a luta contra o capital. É essa luta que o MST vem construindo nessa história que completa 500 anos. (FERNANDES, 1999).

Ao longo da história, o MST teve importante papel de aglutinar forças entre diferentes sujeitos sociais na luta pela abertura democrática. Um de seus principais méritos foi ter conseguido aliar a luta pela Reforma Agrária com outras bandeiras, próprias das que viviam a realidade das grandes metrópoles (moradia, transporte público, educação, emprego etc.), todas no bojo do recrudescimento dos movimentos sociais pós-ditadura militar.

Governo Collor e FHC: enfrentamento ao neoliberalismo

Como apresentado anteriormente, o MST se consolida como um importante movimento social e popular, que consegue aglutinar diferentes bandeiras e representa uma importante força na luta política brasileira e, também, de enfrentamento ao capital. Uma das características importantes da constituição do MST é conjugação entre a luta imediata (distribuição de terra) e mediata (socialização dos meios de produção).

Embora tenha surgido nos anos 1980, foi nos anos 1990 que o MST ganhou nova projeção, um novo contorno, no qual, segundo Coletti (2006), o MST “se transformou na maior expressão política da luta pela terra e pela reforma agrária e no movimento social popular mais importante do Brasil”. Isso se deve, fundamentalmente, ao enfrentamento, denúncia e resistência à implantação das políticas neoliberais no país.

Como se sabe, o governo de Fernando Collor foi um dos precursores da implantação de políticas orientadas para o mercado, seguindo o receituário proposto pelo Consenso de Washington, cujas principais medidas envolviam, entre outras, a privatização de empresas estatais, a demissão de servidores públicos, a flexibilização da relação capital-trabalho:

A modernização da América Latina deve se fazer assim, prioritariamente, por um processo de reformas econômicas. As de ordem política de aprofundamento e consolidação da democracia na região não seriam, nessa visão, indesejáveis, mas certamente não constituem, como por vezes o discurso poderia fazer supor, pré-condição para obtenção de cooperação internacional, para o apregoado modelo de organização. A democracia não seria, pois, um meio para se chegar ao desenvolvimento econômico e social, mas um subproduto do neoliberalismo econômico. Para o Consenso de Washington, a sequência preferível parecia ser, em última análise, capitalismo liberal, democracia depois. (BATISTA, 1995, p.13-14).

Nesse sentido, as reformas sociais e políticas públicas passaram a ser vista como “decorrência natural da liberalização econômica” por meio da autorregulação do mercado.

A política neoliberal do governo Collor provocou maior solapamento nas questões sociais já que, diferente do que afirmava o receituário do Consenso de Washington, a regulação autônoma do mercado, na verdade, provocava crises, fazendo com que se tornasse inviável, política e socialmente, a manutenção da recessão, no qual a população já percebia os seus efeitos perversos com o enxugamento dos gastos sociais do Estado.

Estes efeitos podiam ser verificados através de alguns indicadores que já evidenciavam uma recessão profunda, um recrudescimento da inflação, e, sobretudo, uma precarização da situação social (desemprego, baixos salários, etc.) aliada a uma 'pauperização' das políticas sociais, a qual agravava ainda mais a situação. (SOARES, 2001, p.155-156).

De acordo com Soares, o programa neoliberal agravava, por um lado, a já triste situação das políticas sociais e, por outro, aumentava o desemprego, precarizando ainda mais a situação da classe trabalhadora que, por sua vez, recorria aos serviços públicos.

Neste quadro, a proposta do governo Collor foi a de cortar ainda mais os gastos públicos. A resultante dessa perversa combinação, em um país como o Brasil, onde a pobreza não é residual, foi (e continua sendo) o agravamento da miséria, associada ao total desmantelamento das políticas sociais. (SOARES, 2001, p.151).

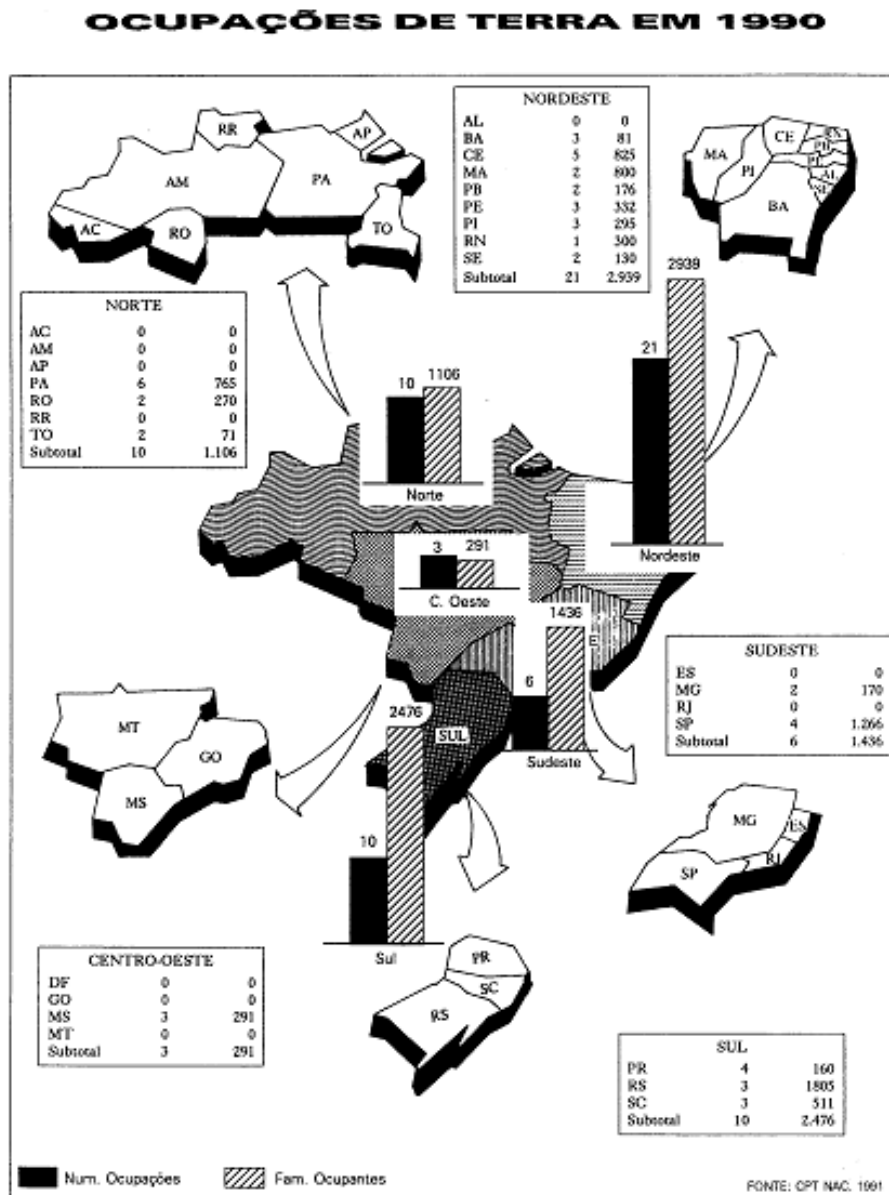
Em relação à reforma agrária, Collor prometeu assentar 500 mil famílias no começo de seu mandato, porém, a política efetuada em seu governo mostrou rumos muito diferentes. Quem assume o Ministério da Agricultura e Reforma Agrária é Antônio Cabrera Mano Filho, conhecido por ser um grande e tradicional proprietário rural; nesse período foi criado a Secretaria Nacional de Reforma Agrária, deixando o INCRA sem muito poder de iniciativa.

Segundo Coletti, o ministro Cabrera declarou que “a reforma agrária é apenas um

ponto dentro de uma política agrícola mais ampla”, assim, a política agrícola do governo estava atrelada às reivindicações dos antigos proprietários rurais: “subordinar a reforma agrária a uma política agrícola de ‘modernização’ da agricultura era, simplesmente, uma forma dissimulada de postergá-la por tempo indefinido e, portanto, de não realizar política alguma de distribuição de terras no Brasil” (COLETTI, 2005, p.182).

Na mesma direção, o governo extingue, em 1990, a EMBRATER- Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, criada no contexto da política desenvolvimentista pós-guerra com o “objetivo de contribuir para o processo de modernização da agricultura e de melhoria das condições de vida da população rural”. (2005, p.184). Ao lado da EMBRATER, o governo também desativou o SIBRATER – Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural. Naquele ano, as atribuições antes executadas por estas instituições passaram para a EMBRAPA e, em 1993, para a Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária. (2005, p. 185). Por outro lado, os conflitos e a violência no campo aumentaram, mas as ocupações de terra pelos trabalhadores rurais permaneceram, especialmente na região nordeste.

Figura 1 - Ocupações de Terra em 1990



As consequências daquelas políticas foram fortemente sentidas pela população rural mais pobre, que necessitava de recursos e assistência técnica para a produção. Essa política de afastamento do Estado dos serviços públicos deixa ainda mais carente as demandas dos agricultores familiares e de outros trabalhadores rurais, diminuindo o acesso ao “conhecimento” técnico e às políticas públicas em geral, contribuindo para o aumento da exclusão e da miséria também no campo.

Essa mudança institucional, aliada a uma queda vertiginosa da participação financeira do governo federal no programa, levou a uma crise sem precedentes na assistência técnica e na extensão rural (Ater), fundamentais para a pequena produção agrícola, sobretudo, daquelas regiões mais pobres do país. (COLETTI, 2005,p. 185).

Durante o governo Collor intensifica-se a política de criminalização dos

movimentos sociais, em especial do MST, no intuito de desmobilizá-lo. Na verdade, houve uma grande tentativa de colocar o PT, a CUT e o MST como organizações criminosas e perigosas para a ordem, a “primeira arma retórica de Cabrera foi criticar, com veemência, a ineficiência da administração anterior (governo Sarney) e tentar associar as ocupações de terra à CUT e ao PT, com a intenção de desmoralizar os sem-terra”, já que existia uma grande proximidade política e ideológica entre eles (COLETTI, 2005, p. 183).

A eleição de Collor significou a retirada da reforma agrária da pauta política do governo e o aumento da repressão aos sem-terra (STÉDILE & FERNANDES, 1999). Além da atuação policial, como a Polícia Federal, que fazia repressão política, o governo contou também com o Poder Judiciário para impedir novas ocupações. É neste contexto que se dá início ao grande processo de criminalização do MST. (FERNANDES, 1999).

Criou-se, assim, a judicialização da luta pela terra e pela reforma agrária, resultando em prisões e massacres de camponeses sem-terra. Embora esse processo seja histórico, com o aumento das ocupações, o Poder Judiciário mostrou sua face, descoberta pela realidade construída pelos sem-terra. (FERNANDES, 1999).

A repressão policial visava não apenas a manutenção da ordem, mas principalmente a desmobilização da organização. Segundo Stédile (1999, p. 69), a repressão afetou muito o movimento, com muitos militantes feridos em vários confrontos e com muita gente presa; os órgãos de segurança fizeram escutas telefônicas e a Polícia Federal invadiu quatro secretarias estaduais invadidas pela Polícia Federal:

[...] a política federal está agindo em todo o país, perseguindo e prendendo lideranças da luta pela terra. Estamos assistindo uma avalanche de repressão, que usa todos seus meios, fazendo escuta telefônica, abrindo correspondência, vigiando os passos das lideranças, infiltrando agentes em acampamentos e assentamentos. [...] Em Marabá, chegaram ao ponto de prender sete companheiros, todos da executiva estadual do MST, com a suspeita de que estavam preparando uma ocupação de terra. [...] Romeu Tuma, chefe da polícia federal, foi à câmara dos deputados denunciar que o MST enviava camponeses para treinamento de guerrilha em Cuba. (JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA *apud* COLETTI, p. 185, 2005).

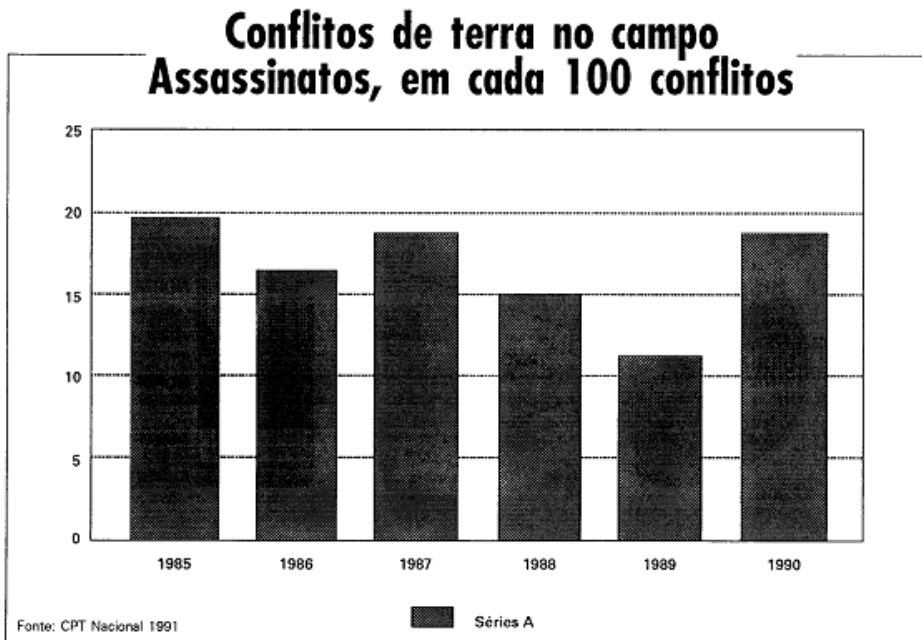
Vale lembrar que na eleição de 1989, Lula concorreu à presidência tendo Fernando Collor como principal adversário. A sua derrota também se abateu sobre o próprio MST, uma vez que nasceu no mesmo contexto e gêneses do PT, com muitas bandeiras em comum. O então candidato Luiz Inácio Lula da Silva realizou o maior comício de sua campanha na época exatamente na Encruzilhada Natalino, com 40 mil pessoas, quando foi anunciada uma pesquisa eleitoral que o levava para o segundo turno (STÉDILE & FERNANDES, 1999, p.69).

Ainda sobre a derrota eleitoral, segundo Stédile, ela foi muito grande para o movimento, que estava com dez anos de ascensão como movimento de massas, “como

estávamos na adolescência, éramos um movimento muito fraco ainda. Foi como se perdêssemos o pai ainda jovem” (p. 68), o que afetou muito a organização e os ânimos dos militantes, que estavam com muita esperança de que a vitória de Lula levaria à “massificação” da luta pela reforma agrária no Brasil.

Voltando-nos para a análise do governo Collor, o ministro Cabrera resolveu não desapropriar terras em áreas de conflitos como forma de impedir novas ocupações (COLETTI, 2005, p.184). Durante os anos 1990, segundo dados da CPT, existiam 401 conflitos de terra no Brasil, ou seja, a política ministerial era de não agir exatamente nas áreas onde havia maior necessidade.

Gráfico 2 - Conflitos de terra no campo- 1985-1990.



Com esse período de intensa repressão, o Movimento passa a dar maior atenção para a *dimensão organizativa* e se volta “*para dentro*”. Por outro lado, com as diversas dificuldades que se apresentavam, especialmente de ordem material, o movimento dá maior atenção à organização da produção. O MST passa a investir no desenvolvimento do Sistema Cooperativista dos Assentados, criando cooperativas locais e regionais e, em seguida, fundou a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – CONCRAB que reascendeu as forças do movimento e ganhou certo apoio da sociedade. Neste período, o presidente Collor passava por processo de *impeachment*.

Em 1992, a FAO - Órgão das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, já apresentava resultados da produção em assentamentos, no qual revelou como a experiência

dos assentados conseguia desenvolver uma produção de forma sustentável, revelando assim mais um caráter da luta pela reforma agrária de “construir um outro modelo de desenvolvimento para a agropecuária”, ou seja, apresentava-se como alternativa ao modelo que se desenvolveu por séculos no Brasil, baseada nos grandes latifúndios e na monocultura (FERNANDES, 1999).

Assim, segundo o próprio movimento, os assentamentos “representam desfecho de um processo no qual o monopólio da terra e o conflito social são superados”, para em seguida dar início ao processo de construir uma “nova organização econômica, política, social e ambiental com a posse da terra” e assim caminhar também na efetivação de direitos sociais básicos, como educação, saúde, moradia, etc. (MST, 2010).

Ainda durante os anos do governo Collor outras propostas para a reforma agrária⁸ foram levantadas pelo governo, como o “Programa da Terra”, a destinação de verbas para os trabalhadores já assentados através do PROCERA e a concessão de recursos para os trabalhadores via crédito fundiário, etc. Segundo Coletti, esses programas seriam uma alternativa à ausência de um Plano Nacional de Reforma Agrária e aos poucos caminhos dados pela “desapropriação por interesse social”, já que os assentamentos propostos pelo governo seriam oriundos de terras da união ou adquiridas pela compra e venda dependendo dos interesses dos proprietários. Isso se mostrou inviável, ainda mais com o afastamento de Collor da presidência em 1992. (2005, p. 188-89).

Neste contexto, o MST é obrigado a fazer uma “reflexão ainda mais aprofundada sobre as formas de cooperação”, já que as suas conquistas não eram suficientes para fazer frente à política de desmantelamento do governo Collor. Assim, era preciso que o movimento criasse novos mecanismos de acesso ao crédito para viabilizar a produção ou que desse maior autonomia em um curto tempo. Após dois anos de pesquisas, optou-se pela criação de centrais e cooperativas gerais que aglutinassem a produção e a comercialização. É quando nasce a Concrab (STÉDILE & FERNANDES, 1999, p.104) e o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) que consistia em um trabalho organizativo e representava uma indicação ideológica para o Movimento: “tem como meta articular todos os assentados e continuar debatendo qual é o futuro do desenvolvimento rural, da produção dos assentamentos, enfim,

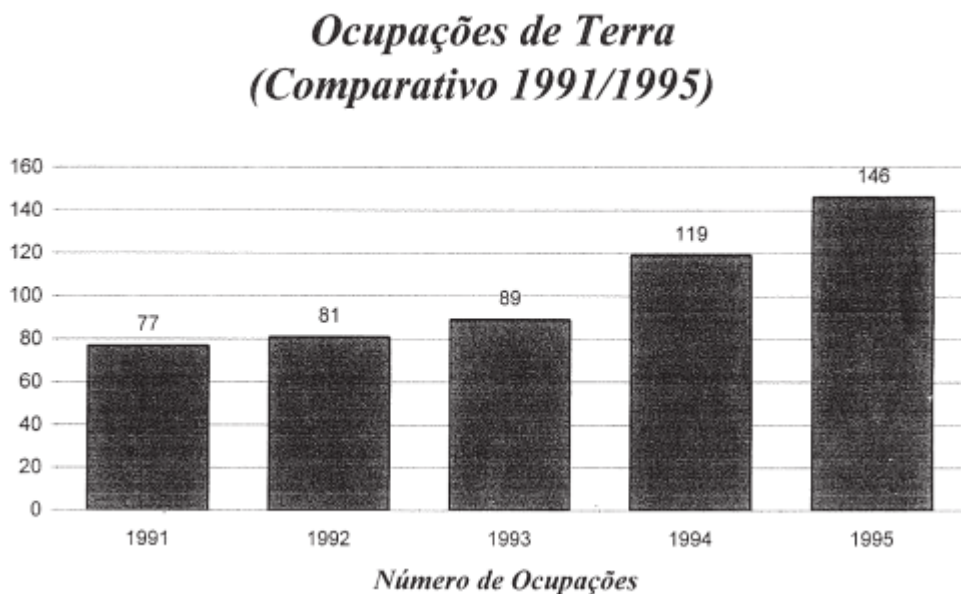
⁸ Durante o período do governo Collor houve uma grande incongruência nos números da reforma agrária, no qual os números publicados pelo Incra sobre assentamentos e terras desapropriadas para a reforma agrária passaram pelo milagre da multiplicação dos pães de forma inexplicável. Aliás, apenas se explicaria se incluíssem nos números todos os assentamentos e terras desapropriadas ainda no governo Sarney, denunciado pelo ministro Cabrera por não ter deixado recursos e nem terras para a Reforma Agrária (COLELLTI, 2005).

promover o debate econômico que está relacionado com todos os assentamentos” (STÉDILE & FERNANDES, 1999, p.105).

Com o *impeachment* de Collor e a nova presidência de Itamar Franco, o MST sente um “alívio” e recupera um pouco de seu fôlego combativo. Logo após a posse, Itamar Franco retira Cabrera do ministério, porém o Ministério da Agricultura e o INCRA estavam desmoralizados e sem força. Stédile ressalta que graças à atuação de Walter Barelli, através do Ministério do Trabalho, foi possível uma maior aproximação do governo com o movimento e, assim, o MST foi recebido pela primeira vez pela presidência.

Todavia, vale ressaltar que, apesar do MST voltar sua atenção para a organização das cooperativas, não deixou de atuar através do seu principal instrumento de luta, qual seja, as ocupações, como vemos no gráfico a seguir:

Gráfico 3 - Ocupações de Terra 1991-1995



Segundo Coletti, o governo Itamar Franco também apresentou alguns avanços na questão agrária, como a Lei Agrária (Lei n. 8.629, de 25.02.1993), na qual teve diversos artigos vetados pelo presidente a pedido do MST. (COLETTI, 2005, p. 195). Outra importante medida foi o “Programa Emergencial de Reforma Agrária”, que propunha assentar 20 mil famílias durante o ano de 1993 e, ainda, visava à construção de “novo modelo de desenvolvimento”. Segundo avaliação do MST,

temos o Incra dirigido por pessoas sensíveis à reforma agrária, embora a máquina administrativa continue inoperante e incompetente. Temos a lei agrária e do rito sumário. Liberou-se 60 milhões de dólares [sic] para o Procerá [...] e reiniciou-se o processo de desapropriação. Porém, apesar disso, não se cumpriu as promessas de assentar 20 mil famílias e resolver todos os casos de acampamentos em 93. (JORNAL DOS TRABALHADORES SEM TERRA *apud* COLETTI, 2005, 196).

Pode-se dizer que uma das grandes vitórias do MST nesse período foi a de chamar a atenção de fato do poder político para a questão da reforma agrária e o fato de ter sido recebido pelo governo foi “resultado das lutas de massas, no interior, nas marchas, nas ocupações.” (STÉDILE & FERNANDES, 1999, p.71).

Já no governo de Fernando Henrique Cardoso ocorreram novas mudanças que marcaram bem as diferenças nas políticas da reforma agrária e, principalmente, na sua relação com o próprio governo.

Segundo Marques (2006), foi durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995- 1998), que o MST ganha uma projeção internacional como movimento de massa, retomando a combatividade frente ao governo e alcançando algumas conquistas. Porém, a atuação do movimento certamente entra em choque com o projeto de desenvolvimento do governo que visava avançar o projeto neoliberal, aliás, é essa uma das principais características desse governo. (p.186)

Ainda de acordo com este autor, a política neoliberal do governo Cardoso visava a transferência de responsabilidades para a sociedade (é neste contexto que há a proliferação de ONG's), o que acabou por esvaziar o “significado político da participação social” para uma questão de moral individual:

A diminuição das responsabilidades sociais do Estado tem sua contrapartida na diminuição do espaço da política, o que leva à marginalização e criminalização dos movimentos sociais. É nesse contexto que a classificação de “movimento político” é utilizada pela mídia e pelo governo como uma forma de acusação e desqualificação contra o MST (DAGNINO *apud* MARQUES, 2006, p. 186).

Coletti (2006) também está de acordo que esse período representou a fase de maior ascensão e desenvolvimento do MST devido a uma conjunção de fatores, nos quais se destacam: 1º) o caráter aparentemente mais democrático do governo FHC (no caso, especificamente o primeiro mandato); 2º) os efeitos de pauperização das políticas sociais causadas pelas políticas neoliberais, que, como citado anteriormente, elevou o desemprego rural e urbano e, assim, possibilitou o MST recrutar e expandir suas bases sociais; 3º) justamente por ser um contexto de aumento do desemprego, facilitou a mobilização dos sem-terra; 4º) “a ideologia anticapitalista do MST, que permitiu ao movimento resistir à hegemonia neoliberal” e, por fim, 5º) “o enfraquecimento político da burguesia agrária e dos proprietários de terra ao longo da década de 1990”. (COLETTI, 2006).

Essa síntese resume bem a conjuntura e os motivos que levaram a expansão do MST e que deram subsídio à força do movimento na luta anti-neoliberal que foi empreendida ao longo da década de 1990. Contudo, como nos mostra Fernandes (1999), ainda durante o

primeiro mandato de FHC, permaneceram altos o número de conflitos no campo, ultrapassando o do período de ditadura militar.

Da mesma forma, o desenvolvimento tecnológico da agricultura patronal contribuiu para o desemprego de milhões de trabalhadores assalariados [sobre o programa neoliberal]. Esses problemas aumentaram a população na luta pela terra e, por conseguinte multiplicou os conflitos fundiários, que resultam no assassinato de trabalhadores. Segundo pesquisa da Comissão Pastoral da Terra, nos 20 anos da ditadura militar - 1964 -1984, foram assassinados 42 trabalhadores por ano. De 1985 a 1989, esse número triplicou e chegou a 117 assassinatos por ano. De 1990 a 1993, morreram 52 pessoas na luta pela terra. No período governo FHC -1994 - 1997, esse número foi 43 pessoas assassinadas por ano. Número maior que do período da ditadura. (FERNANDES, 1999).

Segundo a CPT, os conflitos no campo são definidos por

ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso a seringais, babaçuais ou castanhais, quando envolvem posseiros, assentados, remanescentes de quilombos, parceiros, pequenos arrendatários, pequenos proprietários, ocupantes, sem-terra, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros etc.” (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2002, p. 165).

De acordo com dados da CPT, os conflitos no campo, entre 1992 e 1999, permaneceram intensos e apresentaram um aumento significativo durante o primeiro mandato de FHC. Ainda no primeiro ano de governo, o Censo Agropecuário de 1995/1996 apresentou que a concentração fundiária também havia aumentado, “mesmo a multiplicação das ocupações, o crescimento da luta pela terra na territorialização do MST e a implantação de milhares de assentamentos não foram suficientes para causar alguma mudança na estrutura fundiária, por menor que seja”. De acordo com Fernandes, a luta pela reforma agrária continua sendo uma das principais questões políticas do século XXI, mostrando que essa não é uma luta do passado, mas sim do presente e do futuro. (FERNANDES, 1999).

Tabela 2 - Conflitos no Campo 1992- 1999

Conflitos no Campo

Quadro Comparativo (1992-1999)

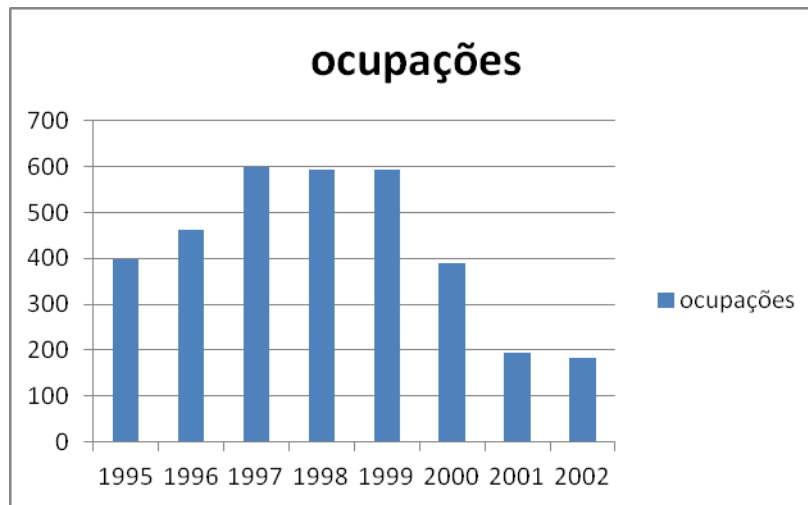
	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Conflitos de Terra								
N. de conflitos	361	361	379	440	653	658	751	870
Assassinatos	35	42	36	39	46	29	38	27
Pessoas Envolvidas	154.223	252.236	237.501	318.458	481.490	477.105	662.590	536.220
Ha Conflitivos	5.692.211	3.221.252	1.819.963	3.250.731	3.395.657	3.034.706	4.060.181	3.683.020
Conflitos Trabalhistas*								
N. de Conflitos	18	29	28	21	19	66	70	44
Assassinatos			1		4	1	5	
Pessoas Envolvidas	16.442	19.940	25.193	26.047	2.487	25.660	367.334	5.232
Ha Conflitivos								
Outros								
N. de Conflitos	54	155	78	93	78	12	279	69
Assassinatos	11	10	10	2	4		4	
Pessoas Envolvidas	15.331	118.952	45.925	36.581	451.157	3.288	109.162	164.909
Ha Conflitivos								
TOTAL								
N. de Conflitos	433	545	485	554	750	736	1.100	983
Assassinatos	46	52	47	41	54	30	47	27
Pessoas Envolvidas	185.996	391.128	308.619	381.086	935.134	506.053	1.139.086	706.361
Ha Conflitivos	5.692.211	3.221.252	1.819.963	3.250.731	3.395.657	3.034.706	4.060.181	3.683.020

* Até o ano de 1996, os dados desta coluna referem-se apenas a Trabalho Escravo. Em 1997, consta o conjunto dos conflitos trabalhistas (Trabalho Escravo, Superexploração e Desrespeito aos Direitos Trabalhistas).

Observação:
Outros:
Questão de Seca
Questão Sindical
Política Agrícola

Fonte: Setor de Documentação da CPT

Podemos observar também que o número de ocupações aumentou durante esse período, porém, com uma queda vertiginosa ao longo dos últimos anos de governo. Em números, em 1995 se registrou 398 e, em 1996, na metade do primeiro mandato, 463. Já nos dois anos finais, foram 194 ocupações em 2001 e 184 em 2002.

Gráfico 4 - Ocupações- 1995- 2002

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da CPT.

Durante o primeiro mandato de FHC, o MST foi marcado na história do país pelos massacres de Corumbiara (1995) e de Eldorado dos Carajás (1996), bem como pela organização da Marcha Nacional dos Sem-Terra (1997) que, de certa forma, representou a sua combatividade e força no enfrentamento às políticas neoliberais:

A forte repressão que se abateu sobre os sem-terra resultou numa diminuição expressiva, a partir de 2001, das ocupações de terra, momento em que o MST retraiu-se e assumiu uma postura defensiva, de defesa da pequena produção agrícola e dos assentamentos, e uma postura de guerra contra os alimentos transgênicos. Tal postura defensiva, (...), não diminuiu a importância política do MST, na década de 1990, nem significou um enfraquecimento do movimento. (COLETTI, 2005, p.204).

Segundo Stédile e Fernandes, o governo FHC avaliava, entre 1995 e 1997, que não existia de fato um problema agrário, ou seja, a concentração fundiária não era problema para o desenvolvimento capitalista brasileiro. Mais ainda, o governo avaliava que era possível a implantação de um modelo econômico subordinado ao capitalismo internacional cujo centro de acumulação é o capital financeiro. Dessa forma, a agricultura não era entendida como algo significativo na participação do PIB, portanto o governo não achava importante investir em políticas agrícolas voltadas para a agricultura familiar, tão pouco investir em assentamentos ou na reforma agrária. (STÉDILE & FERNANDES, 1999, p.139-140).

Diante desse cenário, o MST respondeu de forma “voluntária e involuntária”: a voluntária teria sido o III Congresso Nacional, em Brasília, com uma passeata de 5 mil pessoas, na qual se definiu duas prioridades: “continuar a luta pela reforma agrária e combater a política neoliberal do governo”. (JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA *apud* COLETTI, 2005, p.209). Em 1996, foram feitas grandes ocupações de terra por

tudo o Brasil na tentativa de derrubar a tese do governo de que a reforma agrária não era importante ou que não havia demandas e, ao mesmo tempo, de rebater a importância política do movimento como representante contemporânea daquela bandeira. A forma “involuntária” teria sido o massacre de Corumbiara (RO), em 1995, que levou novamente para o conhecimento público a existência dos problemas agrários. (STÉDILE & FERNANDES, 1999, p.143-144).

A política do governo também seguia um velho receituário das estratégias da burguesia: a primeira medida para refrear a luta de classe foi a tentativa de *cooptar* o movimento por meio da nomeação de Francisco Graziano para a presidência do INCRA, que tentou se aproximar e manter algum diálogo; a segunda foi tentar *dividi-lo*; e a terceira, a *repressão*, algo comum na história dos trabalhadores em geral: “A burguesia sempre atuou assim na luta de classes. O MST tem que estar preparado para isso, independentemente das nuances que a política oficial tem. Isso é o governo FHC”. (STÉDILE & FERNANDES, 1999, p. 144-146).

Em relação à última estratégia, os massacres de Corumbiara (1995) e de Eldorado dos Carajás (1996) foram exemplares. No primeiro, 514 famílias sem-terra ocuparam a Fazenda Santa Elina e, com a invasão de 300 policiais para expulsá-las, o saldo foi a morte de dez sem-terra e de dois policiais. No segundo, a repercussão foi ainda maior, proporcional talvez a tragédia humana ali executada: 19 trabalhadores sem-terra mortos e 41 feridos, ao lado de quatro policiais militares que também ficaram feridos.

Vale ressaltar que os conflitos no campo não são todos relacionados diretamente ao MST. Na verdade, desde os anos 1980 e 1990, outros movimentos se organizaram e utilizam a ocupação como principal ferramenta de luta, apesar de ter sido apropriada principalmente pelo MST desde o seu surgimento. Mas, entre os vários, ele foi o principal personagem na arregimentação e organização dos trabalhadores, servindo de exemplo também para os demais.

A conquista de um número expressivo de famílias assentadas ao longo do primeiro mandato de FHC é resultado, em grande parte, da pressão feita pelos movimentos de ocupação. Segundo Coletti (2005), é difícil ter um número preciso sobre a quantidade de assentamentos realizados durante o governo FHC: de um lado, em função das mudanças metodológicas do cálculo; de outro, pela clara tentativa de “fantasiar” os números para apresentar para a sociedade que a reforma agrária estava evoluindo. Por exemplo, “segundo os dados do governo, entre 1995 e 1998, teriam sido assentadas 287.994 famílias (...). Por outro

lado, o número apurado pela Associação Brasileira de Reforma Agrária é bem menor: 188.951 famílias”. (p.217).

Seguem tabelas com os números de ocupações e de assentamentos de 1995 a 2002:

Tabela 3 - Ocupações de terra por Estado e regiões do Brasil, de 1995 a 2002.

ESTADO/REGIÃO	ANO								total por estado	percentual sobre o total geral
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002		
Acre		3	5	1	4	1			14	0,47%
Amapá				1					1	0,03%
Amazonas		1	1	1					3	0,10%
Pará	7	33	19	15	43	21	27	25	190	6,40%
Rondônia	4	7	5	5	6			6	33	1,12%
Roraima				1					1	0,03%
Tocantins		9	8	4	6	2		2	31	1,05%
Total da região Norte	11	53	38	28	59	24	27	33	273	9,20%
Alagoas	1	5	21	22	47	16	14	11	137	4,62%
Bahia	10	35	32	40	35	9	3	10	174	5,87%
Ceará	5	7	3	4	4	3	2	4	32	1,08%
Maranhão	1	9	7	12	6	1	9	4	49	1,65%
Paraíba	9	12	21	19	7	5	5	2	80	2,69%
Pernambuco	20	40	74	123	94	165	6	25	547	18,44%
Piauí	4	6	6	7	6	3		3	35	1,18%
R.G. do Norte	3	29	11	11	10	4	3	3	74	2,50%
Sergipe	4	14	7	6				4	35	1,18%
Total da região Nordeste	57	157	182	244	209	206	42	66	1.163	39,21%
Distr.Federal	3	2		4	2		1		12	0,40%
Goiás	10	24	61	17	25	13	9	6	165	5,57%
Mato Grosso	5	17	7	7	13	3	6	2	60	2,03%
Mato G. do Sul	8	25	35	67	84	68	24	3	314	10,59%
Total da região Centro-Oeste	26	68	103	95	124	84	40	11	551	18,57%
Espírito Santo	2	4	9	10	5	9	1	3	43	1,45%
Minas Gerais	8	25	17	45	44	10	46	28	223	7,52%
Rio de Janeiro	1	1	5	4	5	3		7	26	0,88%
São Paulo	26	38	39	78	29	29	20	17	276	9,30%
Total da região Sudeste	37	68	70	137	83	51	67	55	568	19,15%
Paraná	11	37	53	60	87	18	4	5	275	9,27%
Santa Catarina	3	11	11	24	9	2	2	4	66	2,22%
R. G. do Sul	1	4	6	11	18	8	12	10	70	2,36%
Total da região Sul	15	52	70	95	114	28	18	19	411	13,85%
TOTAL GERAL	146	398	463	599	589	393	194	184	2.966	100,00%

Fonte: Comissão Pastoral da Terra. Conflitos no Campo- Brasil, 1995- 2002.

Tabela 4 - Famílias Assentadas pelo Governo FHC, de 1995 a

ANO (governo FHC)	NÚMERO DE FAMÍLIAS ASSENTADAS, segundo o GOVERNO	NÚMERO DE FAMÍLIAS ASSENTADAS, segundo a ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária)
1995	42.827	32.699
1996	61.674	19.800
1997	81.944	60.425
1998	101.094	76.027
1999	85.327	25.831
2000	108.986	
2001	102.449	23.573*
2002	50.734	
Total	635.035	

2002

Apesar dos diversos impasses e conflitos durante o primeiro período do governo FHC, pode-se dizer que foi um momento de grande ascensão do MST como movimentos de massas e que serviu para aglutinar forças, reformular estratégias e ganhar apoio internacional. As ocupações, as políticas de produção (formação de cooperativas), as marchas e os congressos serviram para dar nova sustentação para o movimento ao lado das lutas contra o neoliberalismo.

Todavia, o segundo mandato de FHC representou, de certa forma, um refluxo na luta do MST, algo que pode ser detectado na diminuição das ocupações. Segundo Coletti (2005), a forma como o governo FHC lidou com a questão da terra e com o MST é explicativo para tal refluxo: “a partir de 1999, delineou-se, com nitidez, uma estratégia governista de combate ao MST e de mudança no tratamento da política fundiária, estratégia esta que articulou várias providências interdependentes”. Houve ainda o corte de verbas para programas da agricultura familiar, ao mesmo em que se destinaram recursos para a chamada “reforma agrária de mercado”. Esta redução de recursos impactou na luta pela terra, já que, diminuindo-se o número de assentados também diminuía a arregimentação das bases sociais do movimento movidas pela possibilidade de realizar o sonho de conquistar a terra para produzir (COLETTI, 2005, p. 229-30-31).

Em 1999, o governo lança um projeto de “reformulação da reforma agrária”, batizado de “Novo Mundo Rural”, cujo objetivo era de “levar qualidade aos assentamentos”,

tratando-os como agricultores familiares e promovendo a descentralização das ações organizativas dos assentados que, segundo Coletti, representaria um “enxugamento da máquina administrativa e uma privatização de política fundiária”, o que, mais uma vez, era uma medida que seguia o receituário neoliberal⁹. (2005, p. 231).

Apesar dos inúmeros avanços conquistados pelo MST e por outros movimentos do campo, a estrutura de poder e a concentração de terra ainda permanecem, o que revela a necessidade de continuidade da luta camponesa. De toda forma, o Movimento se renova a cada ano com novas bandeiras e estratégias de luta, o que atualiza e demonstra a importância das lutas traçadas pelos próprios sujeitos oprimidos que apenas conseguem ter alguma voz nesses enfrentamentos. Segundo Fernandes, em geral, a população compreende a necessidade da reforma agrária, porém, o que continua sem uma resposta concreta é se será feita e como. Para ele, a participação política dos trabalhadores é fundamental para conseguir dar respostas à questão agrária. (FERNANDES, 1999).

Não obstante alguns pequenos avanços conquistados durante o primeiro mandato do governo Cardoso, acompanhados posteriormente de retrocessos importantes (extinção do “Projeto Lumiar” e do PROCERA), o movimento sofreu denúncias de desvios de verbas públicas destinadas às cooperativas e assentamentos. Com o apoio da grande imprensa, estimulada por latifundiários, o governo tomou medidas contra o movimento e descredenciou diversas cooperativas ligadas a ele (COLETTI, 2005, p. 236).

Nesse contexto, o MST sofreu uma ofensiva de criminalização judicial de suas ações, como forma de deslegitimá-lo perante a chamada opinião pública. Pode-se dizer que o governo foi vitorioso em seu intento. Sem alternativa de enfrentamento, o movimento recua e volta-se para a defesa da produção agrícola, como ocorreu durante o governo Collor:

Devido às dificuldades crescentes de viabilidade econômica e, mesmo, de sobrevivência dos assentamentos rurais já existentes, o MST, em 2001, ainda que não tenha deixado de lutar por novos assentamentos, lutou, prioritariamente, por crédito agrícola e pela renegociação das dívidas dos pequenos agricultores e assentados, além de ter lutado, também, contra os “transgênicos”. Trata-se, como pode ser observado, de uma mudança na situação e na estratégia do movimento, o qual tenta preservar as conquistas da luta anterior, realizada pela obtenção de terras. (COLETTI, 2005, p. 239).

⁹ “É exatamente nesse contexto que se insere a extinção do programa de financiamento das atividades produtivas (investimento e custeio) em assentamentos rurais, conhecido como Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (PROCERA), e sua substituição pela linha “A” do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que, além de cobrar juros maiores, possuía um limite menor de crédito a cada família assentada. Nesse contexto, insere-se também a chamada ‘reforma agrária de mercado’”. (COLETTI, 2005, p. 231).

Dessa forma, o MST assume a luta contra o agronegócio, as patentes de sementes, as sementes transgênicas e contra o uso intensivo de agrotóxicos. Além disso, assume a defesa da *produção sustentável e agroecológica*. Durante os anos 1990, o MST também passa por uma reformulação nas linhas políticas, que discutiremos no próximo capítulo, trata-se da criação em conjunto com outras organizações sociais, militantes e intelectuais no que foi chamado por “projeto popular” para o Brasil, resultado da construção do movimento chamado Consulta Popular.

Governo Lula: recuo ou rearticulações?

Ao longo de sua trajetória, o MST teve momentos de avanços e de recuos, obviamente relacionados às políticas governamentais, ora mais favoráveis aos interesses dos trabalhadores rurais ou ora mais favoráveis aos dos latifundiários. De toda forma, a década de 1990, apesar da forte repressão sofrida e dos recuos estratégicos, representou a sua consolidação nacional e até mesmo internacional. Ele se tornou uma espécie de referência política e ideológica para outros movimentos sociais, sejam eles rurais ou urbanos.

Segundo Fernandes (2004, p. 2), o campesinato, no Brasil e no mundo, vem sendo destruído e recriado continuamente; a diminuição contínua da população camponesa é resultado das políticas agrícolas que não visam maior igualdade e, menos ainda, uma produção sustentável. Ainda para ele, isso tem produzido um desenvolvimento urbano também insustentável e alargado a pobreza nas cidades, pois a terra e outros recursos naturais estão cada vez mais concentrados nas mãos de multinacionais que se expandem territorialmente, que pensam a produção apenas com o objetivo do lucro.

A atuação do MST e de outros movimentos camponeses refutam as teses do fim do campesinato ou da diminuição da importância da luta política do movimento camponês no contexto de expansão capitalista. Segundo Coletti (2005), são diversos os elementos explicativos para o avanço e a consolidação do MST, bem como de outros movimentos que lutam por terra no Brasil, entre os quais estão o aumento do desemprego e a precarização das políticas sociais.

Pois é justamente pelas condições de precarização das condições de trabalho que esses movimentos reafirmam sua luta ante a ideologia burguesa dominante, reforçando a participação das bases sociais do movimento, que são as parcelas da população que mais sofrem com os efeitos perversos das políticas neoliberais:

Referimo-nos, nesse caso, ao significado que assume – ou, pelo menos, pode assumir –, para as bases desse movimento, a utilização dos principais instrumentos de lutas do MST: as ocupações de terra e os acampamentos. As ocupações são ações práticas baseadas numa carência objetiva – falta de terra, de trabalho, de comida, etc. Há, também, nas ocupações, a convicção subjetiva de que há legitimidade em tal ato, ainda que contrarie o postulado legal do direito burguês de não-violação da propriedade alheia – estatal ou privada, produtiva ou improdutiva, pouco importa. (COLETII, 2005, p.264).

Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, as bases sociais do MST sentiram grandes esperanças para que fosse, de fato, realizada uma reforma agrária através de assentamentos e de políticas agrícolas. Isso se expressou pelo aumento de novas ocupações e de famílias que entraram para o movimento nesse período, todavia, não aconteceram grandes mudanças, no sentido de implantação de uma reforma agrária efetiva, apesar de conquistas, como veremos adiante.

Vale ressaltar que o contexto sociopolítico que possibilitou a eleição de Lula havia mudado significativamente, isso sem tratar das novas coligações que o PT realizou da direita à esquerda, para que fosse possível a eleição de seu candidato. Além disso, “com o avanço das políticas neoliberais, com o desemprego estrutural, a desregulamentação e eliminação dos direitos dos trabalhadores, a privatização de grande parte de empresas estatais, provocou um enorme refluxo dos movimentos sindicais e camponeses” (FERNANDES, 2004, p.16), e, para dificultar ainda mais, esse período também representou uma grande organização dos ruralistas destacando a importância e os benefícios do agronegócio para o Brasil.

Ainda, nessa nova conjuntura política, os ruralistas também criaram a tática de transferir a questão agrária do território da política, do campo dos direitos dos trabalhadores, para o território do mercado e do capital, onde os trabalhadores são plenamente subalternos. Uma das artes do pensamento neoliberal é que a superação do conflito é possível via mercado. Na verdade, esse argumento procura criar uma relação de dependência e, portanto de dominação. É uma visão linear de um processo desigual, explícito na questão agrária. (FERNANDES, 2004, p.16).

Essa conjuntura já havia sido compreendida pelo MST que buscava, de diferentes formas, reelaborar estratégias de enfrentamento e de se reafirmar como sujeitos na luta contra o agronegócio e o latifúndio, ao mesmo tempo em que reivindicava a “substituição do modelo de agricultura dominante”. Segundo Marques (2006), as limitações impostas aos agricultores familiares e aos sem-terra eram diversas, desde a carência de recursos e de políticas públicas até o avanço do grande capital “nos negócios relacionados ao agro”, e assim:

O movimento adota um novo papel como sujeito político e passa a criticar abertamente a orientação geral da economia, ao mesmo tempo em que se volta para a sociedade, conclamando-a a abraçar a causa da reforma agrária. Cada vez mais são realizadas manifestações de massa nas grandes cidades, como caminhadas, acampamentos e ocupações de prédios públicos. (MARQUES, 2006, p.192).

Outro importante elemento levantado por Fernandes sobre a conjuntura na qual irá inaugurar o governo Lula (e que é importante para entender mais sobre as suas políticas agrícolas) é que, ainda nos anos 1990, uma nova corrente de pensamento, denominada por “Paradigma do Capitalismo Agrário”, defendia que o problema agrário poderia ser resolvido no capitalismo, por meio de ações estatais, com a integração dos camponeses ao mercado e ao capital. Segundo o autor, essa teoria foi bem aceita pelas “forças políticas desde a direita à esquerda”. (FERNANDES, 2004, p.16)

Ainda nos primeiros meses de governo Lula, alguns avanços foram dados no sentido de garantir melhorias para os assentamentos concretizados em gestões passadas, mas que apresentavam grande índice de pobreza. Nesse sentido, a reforma agrária seria tratada como “política de desenvolvimento territorial e não como política compensatória”, o que significa que

uma política de desenvolvimento territorial implica em desconcentrar a estrutura fundiária, o que nunca aconteceu em mais de quinhentos anos de história do Brasil. Todos os governos, até então, conceberam a reforma agrária como política compensatória, de forma que a maior parte dos assentamentos foi implantada atendendo às pressões dos movimentos camponeses. (FERNANDES, 2004, p.18).

O primeiro avanço (ao menos aparente, naquele momento), foi a participação do MST e da CPT na nomeação para vários cargos do INCRA e também da CONTAG na indicação de nomes para o Ministério do Desenvolvimento Agrário. No primeiro ano de governo, o INCRA atuou para construir políticas públicas que atendessem os assentamentos mais precários e pela “retomada” de políticas de educação e de assistência técnica para os assentados. Também foi formada uma equipe para a elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA):

a ênfase do texto do programa do governo de 2002 é *desenvolvimentista* e contém dois objetivos principais: a recuperação dos assentamentos implantados e a implantação de novos assentamentos, acompanhados das políticas básicas: crédito, infra-estrutura, educação, capacitação técnica e comercialização. [grifos nossos] (FERNANDES, 2004, p.18).

Porém, ao longo desse governo, essa esperança, que havia sido sentida pelas organizações do campo, foi sendo minada pela preferência do governo em investir e apoiar o agronegócio, além da permanência da criminalização e de confrontos com os trabalhadores rurais, como nos mostra a coordenadora nacional do MST, Mariana Santos (2009), em entrevista para o Correio da Cidadania¹⁰:

Temos clareza de que a reforma agrária, no governo Lula, ficou para trás atropelada pelo agronegócio, e nós percebemos isso por uma série de coisas, começando pelo avanço nos últimos anos das transnacionais no país. Elas não se apropriam só da

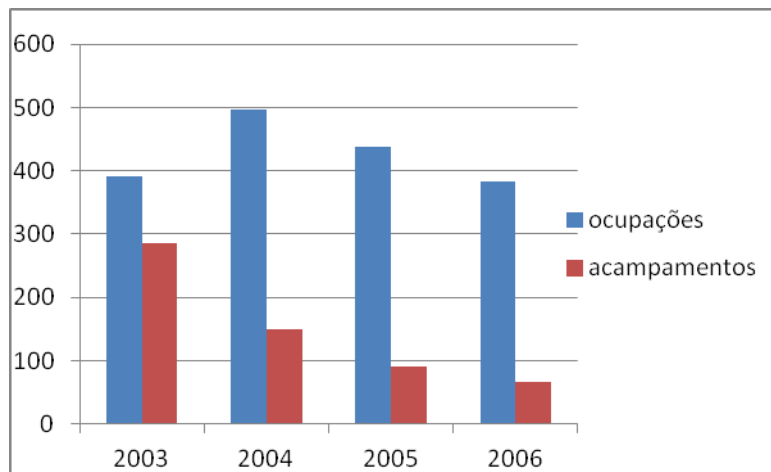
¹⁰ Disponível em: www.mst.org.br

terra, tomam conta de toda a linha de produção do campo, da terra, mas também das sementes, da água, toda a cadeia produtiva do campo.

O II PNRA tinha o objetivo de assentar 550 mil famílias entre 2003 e 2007, contudo, segundo o MST, o INCRA cumpriu apenas 29,6% da meta, assentando 163 mil famílias. Ainda segundo o movimento, a outra meta do Plano de “regularização fundiária”, de 500 mil famílias de posseiros, apenas 22,6% foi regularizado, com 113 mil famílias. A conclusão é que “o governo Lula não fez a reforma agrária onde o agronegócio não queria e fez a regularização fundiária onde ele queria”. (MST, 2009).

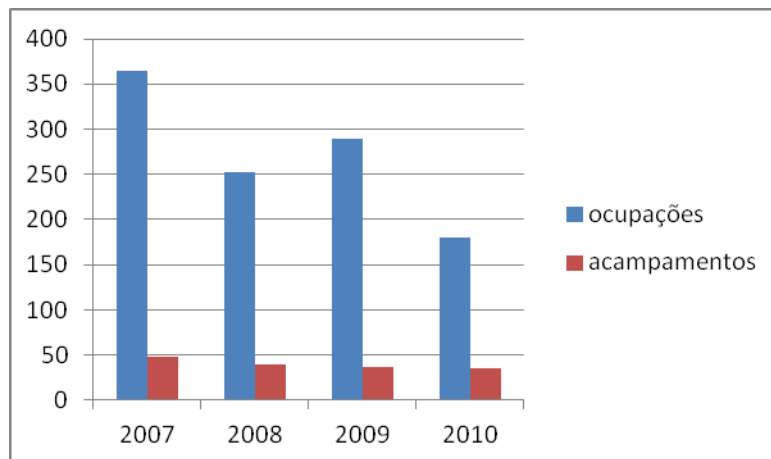
Segundo dados da CPT, durante o primeiro mandato do governo Lula houve um significativo aumento de ocupações do MST e de outros movimentos sociais ligados à questão agrária:

Gráfico 5 - Ocupações e Acampamentos de 2003 a 2006



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CPT – “Conflitos no Campo – 2001- 2010”

Gráfico 6 - Ocupações e Assentamentos de 2007 a 2010

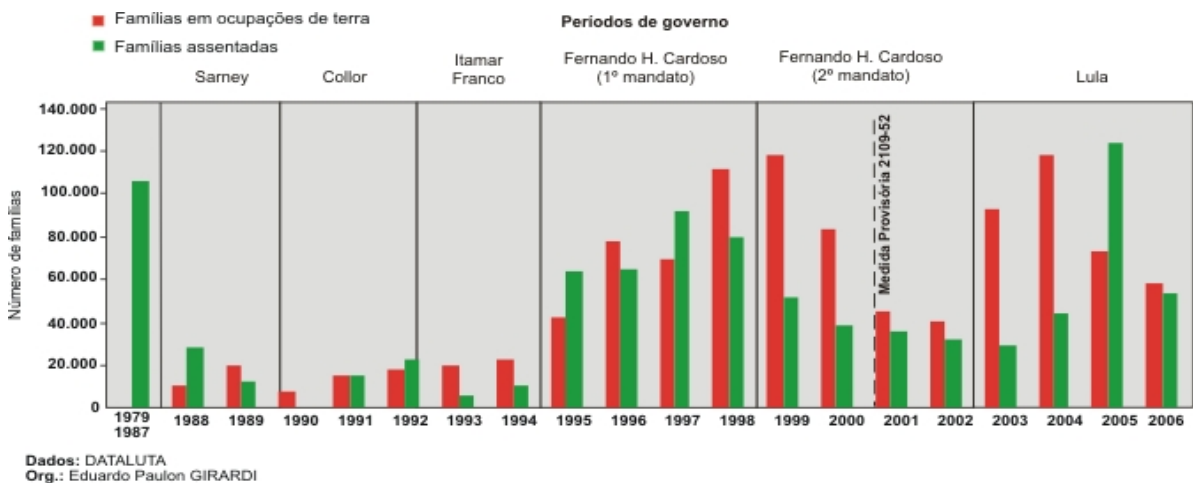


Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CPT – “Conflitos no Campo – 2001- 2010”

Como se pode observar, há um decréscimo significativo do primeiro para o segundo mandato do governo, com uma diminuição ainda mais expressiva no final do mandato, assim como também ocorreu no final do governo FHC. Outro elemento importante para entendermos o tratamento da questão agrária pelo governo foi o investimento no agronegócio: o governo federal, através de vários programas e do BNDES, injetou 97 bilhões de reais no setor, que se vangloria por ter produzido 120 bilhões de reais, ou seja, a produção do agronegócio se consolida com investimentos massivos do governo.

Apesar disso, as demissões em massa geradas pelo agronegócio continuaram e, segundo dados publicados pelo MST, foram fechadas 747.515 vagas de emprego no campo de novembro de 2008 a fevereiro de 2009. Em contraposição, a Reforma Agrária poderia criar 10 vezes mais empregos que o agronegócio: “cada família assentada gera três empregos diretos, ao custo de R\$ 30mil. A geração de empregos é mais barata do que na indústria e no comércio (em média, 80.000 reais e 60.000, respectivamente). Ou seja, é o investimento mais barato para gerar cada emprego, além de postos para terceiros e nas pequenas agroindústrias”. (MST, 2009).

Gráfico 7 - A Luta e a Conquista da Terra no Brasil



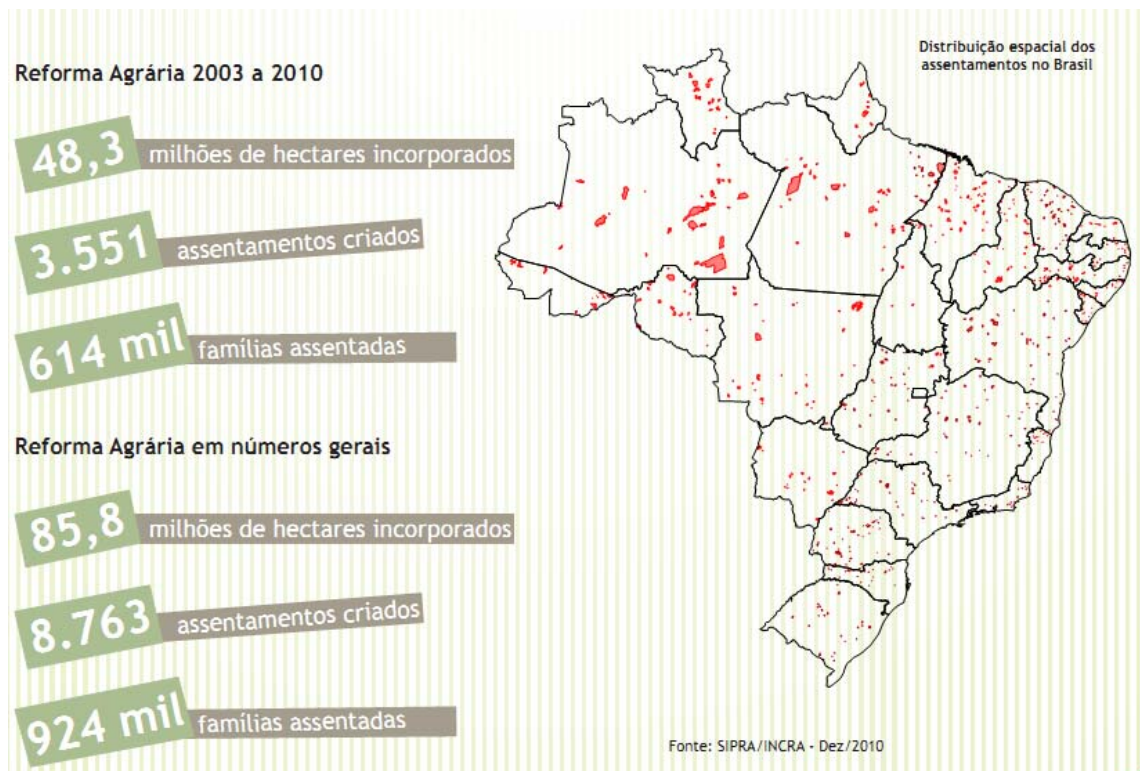
Segundo Stédile, a reforma agrária não foi feita por nenhum governo até agora, compreendida nos seguintes termos: “*é quando a ação do governo consegue democratizar a distribuição das terras, e impedir a concentração*”. Os assentamentos que foram feitos ao longo das décadas são *conquistas* das lutas camponesas, mas a política do governo Lula, assim como o de seus antecessores, foi mais ou menos a mesma: implantar assentamentos nas áreas de maiores conflitos com o intuito de “apagar o incêndio”. A maior parte das

desapropriações feitas pelo governo geram indenizações milionárias para os fazendeiros (STÉDILE, 2011).

Sobre esse ponto, os dados do Censo (2006) revelam que a concentração fundiária aumentou significativamente nos últimos anos, aliás, ela é maior hoje do que em 1920: “para que os leitores tenham uma ideia, um por cento dos proprietários de terra controlam 46% de todas as terras. E apenas 15 mil fazendeiros que possuem áreas maiores que dois mil hectares, são donos de 98 milhões de hectares”. (STÉDILE, 2011).

Contudo, vale ressaltar o governo Lula deu maior atenção aos programas e projetos relacionados à questão agrária, voltados à produção, à educação e à melhoria das condições de vida dos assentados, como o PRONERA, PRONAF, PAC, PACTO, TERRA SOL, etc. Outro avanço significativo das políticas do governo foi dar maior atenção para os projetos de produção sustentável, agroecológica, ainda que de forma ínfima. Essa também era uma demanda já levantada pelos camponeses e movimentos sociais do campo na luta contra a produção do agronegócio. Vale lembrar que as populações indígenas e quilombolas também entraram nos programas de reforma agrária do governo Lula.¹¹ Os dados apresentados pelo INCRA sobre a Reforma Agrária de 2003 a 2010 são os seguintes:

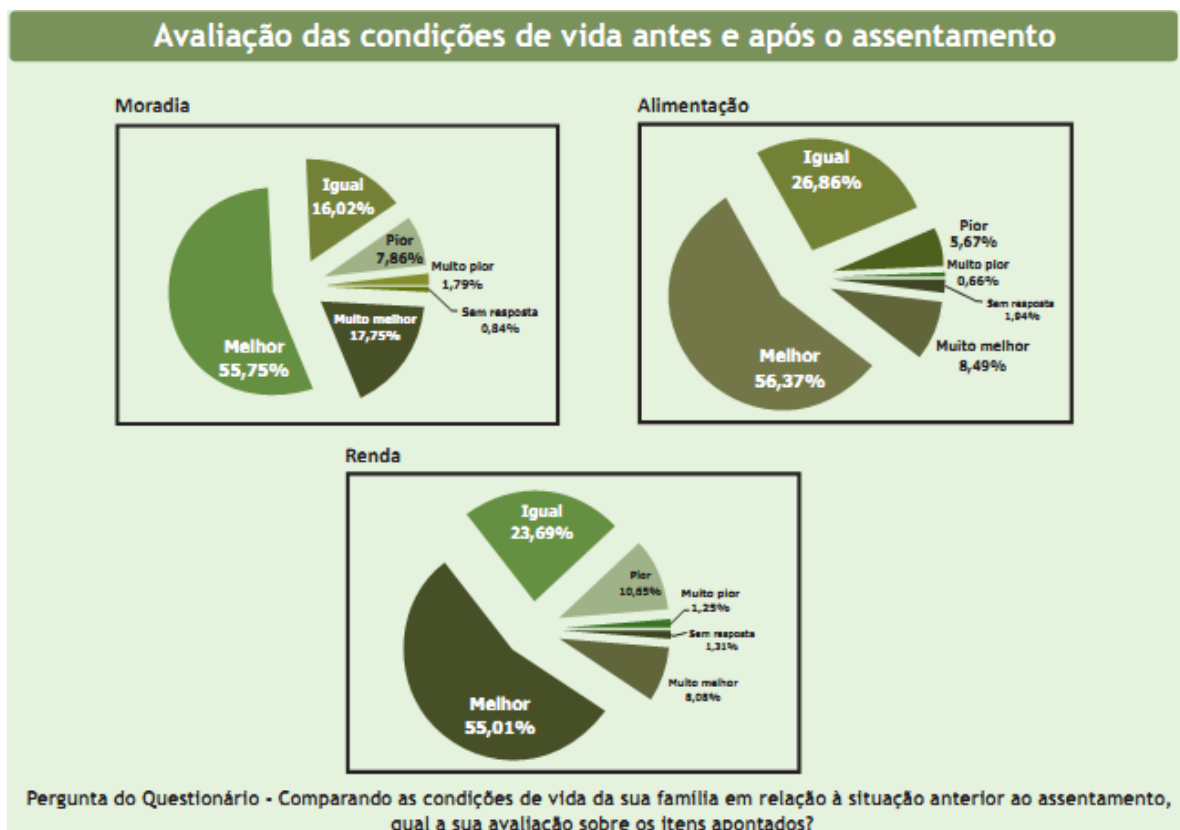
Figura 2 - Dados da Reforma agrária 2003 a 2010



¹¹ Alguns programas do governo nesse sentido são Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), Projeto de Assentamento Agroflorestal (PAF).

O INCRA publicou pesquisa mostrando os benefícios da reforma agrária para combater a pobreza no Brasil e as melhoras nas condições de vida das famílias assentadas. Apesar do número ser ainda muito inferior ao desejável para resultar em maiores mudanças, é possível comprovar a importância social da reforma agrária e da produção de alimentos, ou seja, a importância da construção de alternativas ao modelo de desenvolvimento capitalista voltado para a monocultura e exportação, com grande utilização de agrotóxicos, que tem sido o modelo prioritário da produção agrícola brasileira, defendida pelo agronegócio.

Gráfico 8 - Avaliação das Condições de vida antes e depois dos assentamentos.



Como dissemos anteriormente, apesar de diversos avanços realizados durante os oito anos de mandato de Lula, as políticas para a reforma agrária não cumpriram as metas propostas e a maior derrota dos movimentos sociais tem sido no embate com as forças do agronegócio. Segundo Stédile, “todo governo é fruto de uma correlação de forças sociais e políticas existente na sociedade”. Ao fazer esta avaliação, o MST não nutriu maiores esperanças de que o governo Lula fosse, de fato, realizar uma reforma agrária popular e democratizante. Para o dirigente do movimento, as transformações pela mobilização das massas:

O que faz mudanças na sociedade é a capacidade do povo se organizar e lutar por seus interesses históricos. E, infelizmente, vivemos ainda um período histórico de

descenso do movimento de massas, de apatia das lutas, e, portanto, o governo Lula, esteve envolto por essa correlação de forças desfavoráveis em que a burguesia aliada com o capital internacional continua dando as cartas na luta política brasileira. (STÉDILE, 2010).

As afirmações de Stédile nos permitem discutir, no próximo capítulo, as formas de organização e de rearticulações do MST diante de diversos processos de mudanças e de novas bandeiras que passaram levantar ao longo de sua existência.

3. O ESPAÇO DA DEMOCRACIA NO INTERIOR DO MST E A LUTA PELA DEMOCRATIZAÇÃO DO ESTADO E DA SOCIEDADE

Neste capítulo, discutimos a questão da democracia no interior do MST, tendo em vista que se trata de um movimento que luta por reforma agrária de caráter popular. Como entendemos que a essência desta reforma deve ser democrática, procuramos compreender se a forma como o movimento se organiza para lutar por ela é congruente com o objetivo pelo qual luta. Para isso, faz-se importante analisar a sua organização política, os seus métodos de luta no contexto da democracia burguesa brasileira e a própria democracia enquanto um valor de classe.

3.1 ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

O MST, ao lutar pela reforma agrária, desenvolve algumas frentes de batalha, como a produção de alimentos, educação, melhoria da qualidade da saúde e da vida das famílias que fazem parte da sua base.

O princípio básico que norteia a organização do movimento é, justamente, de se constituir como “uma organização política e social de massas ou dentro do movimento de massas”, (STÉDILE & FERNANDES, 1999, p. 81-82). Segundo JuvelinoStrozake, dirigente nacional, se constituir como um movimento de massas, que luta pela reforma agrária não é suficiente, por isso é necessário “dar um salto de qualidade e conseguir construir uma organização de massas”. (UM PASSO À FRENTE. MST *apud* FEIX, 2010, p.283).

A estrutura organizativa do MST permeia todas as instâncias da vida dos trabalhadores sem-terra, desde a religiosa até o acesso à educação. Segundo Feix, para que o Movimento tenha uma unidade interna e uma coesão entre todas as regiões do país, ele construiu as diretrizes organizativas e a disciplina como seus fundamentos. Segundo o autor, essa “estrutura organizativa e centralizada” tem poucas possibilidades de participação dos trabalhadores acampados e assentados, ou seja, as decisões e orientações “vêm de cima para baixo”. Todavia, o Movimento buscou algumas reformulações com o objetivo de descentralizar as decisões. (FEIX, 2010, p. 274).

Essa estrutura permitiu que o Movimento passasse de movimento popular para uma organização social e política que, segundo alguns pesquisadores, se aproxima da forma de organização de partidos de esquerda e/ou marxistas, dada a “natureza revolucionária” do movimento (FEIX, 2010, p. 274). Como dissemos anteriormente, as primeiras grandes

influências no MST foram as CEBs e os agentes da CPT. Devemos lembrar que um dos preceitos fundamentais das CEBs era exatamente o igualitarismo, a participação direta e o direito de falar, ouvir, aprender: “a organização descentralizada, democrática, participativa, foi o mais relevante parâmetro dos agentes da CPT para organizarem os movimentos sociais do campo”. (FEIX, 2010, p. 275).

Primeiramente, vale apresentar os quatro principais níveis da organização, já que eles representam “papéis” diferentes no interior do Movimento:

- a) **Direção:** “É o núcleo dirigente responsável pela direção, proposição, unidade e condução do movimento. Deve existir a *direção*: na base, no assentamento, regional, estado e nacional”;
- b) **Militantes:** “São os que dão sustentação e *organicidade*. São os que estão construindo e fazendo funcionar o organismo com suas várias partes. São as pessoas mais *conscientes* [...]”;
- c) **Base:** “São os *trabalhadores* que se identificam com a organização e sentem-se parte dela. São os que já entendem os objetivos mais políticos da mesma. São os que se mobilizam não apenas pelo econômico”;
- d) **Massa:** “São todos os trabalhadores que se mobilizam em torno de objetivos comuns que dão sustentação ao movimento. É a população atingida pelas mensagens, que pode ou não se mobilizar [...]. A principal *motivação* de sua mobilização para a luta, geralmente é *econômica* ou outras questões que vão beneficiar a si próprios”.¹²

O Movimento afirma que a organização das famílias assentadas e acampadas revela uma “*estrutura participativa e democrática para tomar as decisões no MST*”, uma vez que esses trabalhadores se organizam em núcleos e setores, onde são escolhidos os coordenadores. Essa estrutura se repete em outras instâncias do Movimento e “se baseia em uma verticalidade iniciada nos núcleos (compostos por 500 famílias) e seguida pelas brigadas (grupo de até 500 famílias), direção regional, direção estadual e direção nacional” (MST, 2011).

Além disso, existem as *frentes* de trabalho que visam a construção da “verdadeira reforma agrária” e a realização dos interesses dos membros do movimento. Por outro lado, há também os seus *setores*: Saúde, Direitos Humanos, Gênero, Educação, Cultura, Comunicação, Formação, Projetos e Finanças, Produção, Cooperação, Meio Ambiente e Frente de Massa. Somam-se a esses os **coletivos** de juventude e das relações internacionais. O objetivo dos setores é desenvolver “alternativas às políticas governamentais convencionais, buscando sempre a perspectiva camponesa” (MST, 2011).

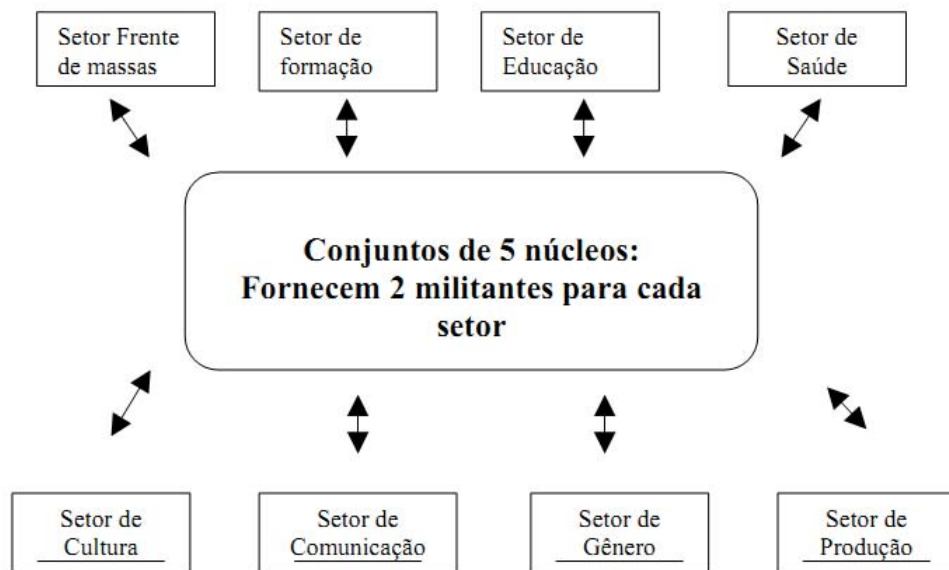
Os setores existem nos assentamentos, acampamentos, escolas e até mesmo na organização de eventos. Há uma preocupação de que haja certa rotatividade entre os seus

¹² ORGANICIDADE E NÚCLEOS DE BASE. MST apud FEIX, 2010, p. 31. *Grifos nossos*.

membros nos diversos setores. É na prática, talvez, que se observa a sua eficiência na disciplina e na organização do Movimento:

No conjunto, os setores compõem estruturas transversais que atravessam toda a organização, estão presentes, portanto, em todas as instâncias em nível regional, estadual e nacional e possuem uma coordenação própria. Cumprem a função de “quebrar” a organização vertical e imprimir certa horizontalidade a ela. (OLIVEIRA, 2008, p. 98).

Figura 3 - Setores



Os **Congressos Nacionais** são momentos de mobilização e divulgação das decisões. Eles ocorrem a cada cinco anos e o último (2007) contou com a presença de mais de 15 mil pessoas, não apenas do MST, mas também de outras organizações. Trata-se do momento de definição das suas linhas políticas para os cinco anos seguintes¹³.

[...] atualmente o congresso consiste num espaço de celebração e discussão política com intuito de fortalecer a unidade e a mobilização por meio da reunião dos militantes, simpatizantes e aliados do Movimento. (JORNAL SEM TERRA *apud* OLIVEIRA, 2008 p. 95).

Os **Encontros Nacionais** acontecem a cada dois anos, quando “são avaliadas e atualizadas as definições deliberadas no Congresso”. Neles são escolhidos os **coordenadores** e **dirigentes nacionais**, sendo responsáveis “(...) por estabelecer de forma específica a linha política para toda organização” (Oliveira, 2008). Ao contrário dos congressos, os encontros

¹³ “O V Congresso Nacional definiu como linha para este próximo período: “Reforma Agrária, por Justiça Social e Soberania Popular”. Foi aprovado ainda o novo programa de Reforma Agrária defendido pelo Movimento, após dois anos de debates e estudos nos assentamentos e acampamentos”. www.mst.org.br, acesso em 2011.

não são divulgados externamente, restringindo-se às fileiras do movimento. Eles são o seu organismo central, pois neles são eleitos os membros da Direção Nacional. Participam dos Encontros membros da direção nacional, da coordenação nacional e representantes dos setores e dos estados. (OLIVEIRA, 2008 p. 97).

Os Encontros Nacionais constituem o evento mais importante em termos políticos, pois neste espaço da organização discutem-se as diretrizes políticas que devem orientar a Coordenação e a Direção nacionais. A seleção dos delegados para participar dos Encontros Nacionais é criteriosa, e para tanto se indicam as lideranças ou os quadros mais qualificados de cada estado, além de se contar com a participação automática da Coordenação Nacional e da Direção Nacional e de representantes das equipes nacionais dos Setores. (FEIX, 2010, p.77).

A **Direção Nacional** é o principal órgão executivo do Movimento, a maioria dos nomes dos dirigentes nacionais não é divulgada por questão de segurança.¹⁴ Ela exerce a sua direção política, sendo o seu funcionamento menos público.

Já as **direções regionais** se reúnem a cada quarenta dias e são compostas de representantes dos Estados e dos setores, chegando a ter em torno de 60 membros. A presença de dirigentes em todas as regiões brasileiras pode ser entendida do seguinte modo:

Os principais dirigentes da organização – (...) ex-seminaristas e ex-militantes da CPT que atuavam diretamente no movimento sem-terra – são provenientes, na grande maioria, da região Sul do país, tendo-se deslocado para os diferentes estados a fim de organizar o MST, dando a este uma feição nacional. Essas lideranças buscaram garantir, apesar das diferenças regionais e mesmo sob divergências com outras organizações, uma significativa homogeneização na forma organizativa e de luta e a preservação da unidade interna, assim como a execução da linha político-ideológica definida. (FEIX, 2010 p. 40).

A Coordenação Nacional funciona como órgão executivo, os membros são escolhidos entre os dirigentes por Estado e, também, conta com os representantes das cooperativas e dos setores nacionais; é composta por um coletivo eleito no Encontro Estadual:

Este coletivo é formado por membros da Direção Estadual, dos dirigentes de cada brigada (estrutura de base) e dos setores estaduais. No caso de haver vinte brigadas de quinhentas famílias no estado, haverá 200 representantes de brigadas, cento e quarenta representantes dos setores e mais trinta dirigentes estaduais, num total de trezentos e setenta membros (SETOR DE FORMAÇÃO – MST, *apud* OLIVEIRA, 2008, p. 97).

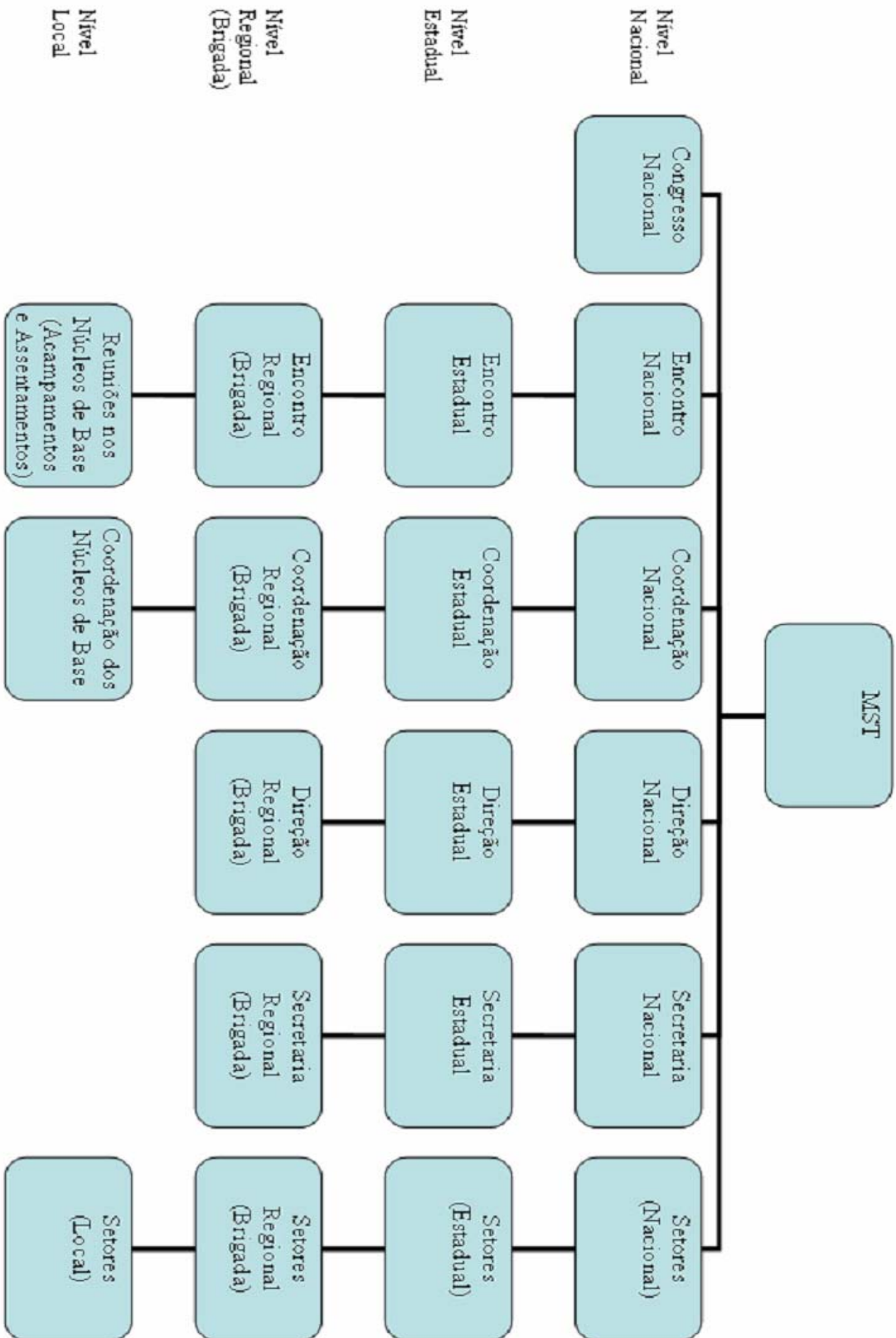
Os **Encontros Estaduais**, por sua vez, ocorrem uma vez por ano. Participam os membros da direção dos setores e os coordenadores de núcleos (o que representa cerca de três mil e setecentos representantes em cada estado), podendo ser ampliado para mais

¹⁴Membros que têm os seus nomes públicos: João Pedro Stédile, Ademar Bogo, Jaime Amorim, Roberto Baggio, Edgar Kolling, Adelar João Pizzeta, Neuri Rosseto, Juvelino Strozake, Agenor Vieira, Francisco Dal Chiavon, Gilmar Mauro, Egídio Brunetto, José Misnerovics, Mário Luis Lill, Vanderley Scarabeli, Solange dos Santos.

participantes da base. Os representantes que constituem as Direções Estaduais devem ser escolhidos entre as instâncias de base. As **Brigadas** são estruturas de base compostas por cerca de quinhentas famílias que, por sua vez, se dividem em **Núcleos de base**, com dez famílias; os **Setores** organizam as Brigadas. Cada **setoré** formado por dez militantes (dois representantes de cada núcleo) que organizam cinco núcleos e são escolhidos por eles.

(...) Substituíram-se todas as instâncias regionais pelo sistema de “brigadas”. Estas são formadas por acampamentos e assentamentos próximos. Inicialmente a direção estadual estabelece quais deles farão parte da mesma brigada e escolhe o dirigente que a coordenará (SETOR DE FORMAÇÃO-MST, 2005, p. 90).

Figura 4: Organograma do MST



Para Stédile (2008), essa forma de se organizar revela os princípios do Movimento formados “por vinculação permanente com as massas; lutas de massa; divisão de tarefas; direção coletiva; disciplina; formação de quadros; e mística”. Os *sem-terra*, quando ingressam no MST, entram com a esperança de conseguir um pedaço de terra para trabalhar e produzir ou para conseguir uma forma de melhorarsuas condições de vida. Muitos dos integrantes do movimento têm as suas origens nas periferias das cidades, são desempregados ou trabalhadores de baixa renda, ou seja, pertencem às classes “populares”; outros são de origem propriamente rural.

No MST, grande parte desses trabalhadores ingressantes não compreende a dimensão política e social da Reforma Agrária, restringindo-se às suas necessidades *imediatas*. São essas pessoas que formam a **massa** do Movimento e, de certo modo, são “levadas” a se envolverem na sua estrutura. De certa forma, é assim que se envolvem nas lutas e aprendem com elas, ampliando suas possibilidades e potencialidades.

Os princípios da coletividade, da disciplina e da divisão de tarefas alteram o modo de vida desses trabalhadores e provocam um questionamento de sua visão de mundo. Parece-nos que tal organicidade contribui, na prática, para a “conscientização” ou “transformação ideológica” dos trabalhadores envolvidos.

Assim, entende-se que o MST está estruturado horizontal e verticalmente e, além disso, procura manter uma intersecção entre ambos. Se o objetivo maior dos Núcleos de Base é a formação política e a conscientização das massas, qual é o peso da horizontalidade sobre a verticalidade? Os dirigentes, por sua vez, garantem que a descentralização predomina nas tomadas de decisão cuja base é a organização democrática. Segundo Stédile, os acampados têm autonomia para organizarem as suas lutas e até mesmo para levantarem recursos nas ocupações:

O segredo nosso, que nenhum conservador quer entender, é que todos os recursos do MST são descentralizados. Não tem um caixa, não tem orçamento, não tem orçamento porque não tem caixa. Quando um grupo lá do Paraná resolve parar um pedágio, como é que esses companheiros se mobilizam e vão até o pedágio? Eles não pedem dinheiro pra ninguém. (...) Eles, entre eles, fazem uma vaquinha, vão caminhando e vão lá. (STÉDILE, 2008).

O Movimento segue a tese de que *só dirige quem sabe* e que “por isso os trabalhadores precisam saber”. Um dos seus objetivos é contrapor uma estrutura burocrática à vinculação das lideranças com as bases sociais:

Além disso, esta forma de organização também manifesta traços diretamente relacionados à tradição marxista, como a disciplina, a formação de quadros e a concentração do poder. O mesmo pode ser dito quanto à influência da tradição cristã

libertadora, por se frisar a mística, reforçar a disciplina e rejeitar a organização burocrática, destacando a democracia interna, sobretudo no que se refere à divisão de tarefas e à direção coletiva.(FEIX, 2010, p. 276).

Segundo Oliveira (2008), o MST não é um simples movimento social. É, no fundo, mais que isso, pois a sua organização e sua atuação política são complexas:

O MST não é um partido *stricto sensu*, para isto ele deveria reconhecer-se como tal, e este não é o caso, bem como não é uma organização de base camponesa. A classe social que compõe sua base [...] é composta de trabalhadores rurais semi-assalariados ou assalariados puros, isto é, proletários. Contudo ele propõe-se a funções de partido e para isto constrói uma organização política similar aos partidos políticos, que possui muito mais que um esqueleto organizativo, possui de fato um enquadramento burocrático. Por esta razão, pode-se afirmar que o MST assume a “forma partido”. (OLIVEIRA, 2008 p.178).

De acordo ainda com a autora, a “*forma partido*” não nasce junto com o MST, mas se constitui no processo de suas lutas:

[...] no início, o Movimento consistia essencialmente na defesa de direitos imediatos de condições de subsistência como trabalho, moradia, alimentação e segurança. Pode-se dizer que inicialmente o MST visava objetivos de natureza econômico-corporativa. Contudo, seu desenvolvimento revela a construção de uma estrutura organizativa que se expande para além desses interesses imediatos, a organização política construída dentro do movimento amplia os objetivos meramente econômico-sociais para a esfera ético-política. (OLIVEIRA, 2008, p.85).

Segundo Stédile e Fernandes (1999), a composição do MST carrega três elementos ou características fundamentais: a) trata-se de um movimento popular, “em que todo mundo pode entrar”, ou seja, apesar de se definir como um movimento camponês, ultrapassa esse limite, pois suas lutas são de “massas”; b) tem um componente sindical, “no sentido corporativo”, que motiva inicialmente a base do movimento, isto é, a reivindicação econômica, imediata; c) associa os interesses de classe aos mais imediatos, dando-lhe o “caráter político”. (p.32-35).

Tivemos a compreensão de que a luta pela terra, pela reforma agrária, apesar de ter uma base social camponesa, somente seria levada adiante se fizesse parte da luta de classes. Desde o começo sabíamos que não estávamos lutando contra um grileiro. Estávamos lutando contra uma classe, a dos latifundiários. Que não estávamos lutando apenas para aplicar o Estatuto da Terra, mas lutando contra um Estado burguês. (p.36).

Ademar Bogo (2011), em sua discussão sobre as “características atuais da organização política”, defende que “na luta de classe nem tudo precisa ser inventado” e os princípios organizativos já formulados devem ser mantidos, porém, é preciso relê-los e atualizá-los.

Há elementos históricos e atuais que podem ser respeitados; há verdades que permanecem; há princípios que precisam de atualização no conteúdo, mas que, na forma, estão corretos, pois, são ensinamentos e experiências altamente benéficos para os nossos dias. Em outras palavras, é preciso acumular a água sem destruir o poço. (BOGO, 2011, p. 108).

Entre os princípios organizativos formulados no passado que precisam ser considerados, Bogo cita o “centralismo democrático, a direção coletiva, a vinculação das direções com as massas, o estudo concreto da situação concreta, etc.” (2008,p.109). Outro aspecto importante para a nossa análise, segundo o autor, fortemente influenciado por Lenin e Gramsci, é a necessidade de o movimento fazer a sua autocrítica e observar a conjuntura histórica para pensar na atuação política.

Essa questão nos remete à crítica de Lenin (1960) ao “esquerdismo” dos comunistas alemães quando defenderam a tese de que eles não deveriam participar do parlamento burguês e, ao mesmo tempo, à definição de qual deveria ser a atitude de um partido político, diante dos seus erros.

[...] Reconhecer francamente os erros, por a nu as suas causas, analisar a situação que os originou e discutir cuidadosamente os meios de corrigi-los; [...] nisso consiste o cumprimento de seus deveres; isso significa educar e instruir a classe e, depois, as massas. (LENIN, 1960, p.60).

Bogo (2011) demonstra claramente o interesse do MST em desenvolver uma forma de organização que seja racionalizada, baseada em princípios e ideias sistematizadas; contudo, percebe que o processo de transformações da sociedade é contínuo, o que leva a luta social por trilhas que podem fugir ao racionalismo instrumentalizado.

Por esse motivo, o Movimento defende que a Direção tenha a relevância que tem. Bogo (2011) ressalta o quanto é importante compreender o significado da *espontaneidade*, porém, relaciona à tese da *organização política*. A espontaneidade deve ser entendida como a motivação e a reação das massas, contudo, não pode dispensar os instrumentos de organização adequados para dado movimento.

Entretanto, não significa que se deva dogmatizar os métodos e as formas de luta como se na luta de classes tudo pudesse ser programado com antecedência. A capacidade de criar e formular alternativas, improvisando mediações e sobressaindo-se com astúcia das armadilhas inimigas, faz parte da sabedoria política de estruturação tática. (2011, p. 21).

O autor, apoiado em Gramsci, afirma que mesmo os movimentos espontâneos necessitam de uma *direção*, contudo, esta precisa nascer de dentro deles e não exterior a eles:

Assim, nos diz Antônio Gramsci que em cada movimento espontâneo existe um elemento primitivo de direção consciente com disciplina e método. Sendo assim, não há movimento sem direção; cada ação possui sua própria direção e seu próprio comando. Neste sentido, não há como dirigir de fora para dentro, mas é diante das fragilidades e deficiências das lutas locais que se faz necessária a formação dos instrumentos políticos, cuja função é reunir todos os interesses em torno de um objetivo estratégico universal que, por si só, as lutas restritas não alcançam (BOGO, 2011, p. 19).

Nesse sentido, compreendemos que os diferentes níveis da organização apresentados pelo Movimento refletem os diferentes tipos de “ideologia” que o circundam e representam os estágios de “desenvolvimento” por meio da formação e da consciência sócio-política dos sujeitos.

SegundoBogo, um processo revolucionário é construído por diferentes etapas e com diferentes tarefas, assim, é preciso que haja os executores de cada tarefa: “a organização política da parte consciente das forças revolucionária deve buscar, a partir dos planos **táticos** e **estratégicos**, implementar um programa que fortaleça o acúmulo de forças e imponha derrotas às forças contrarrevolucionárias”. (2011, p.16).

Oliveira (2008), por sua vez, afirma que os conceitos de *estratégia* e de *tácticapolítica* são muito usados no interior do movimento, algo comum nas formulações de Ademar Bogo. As táticas podem ser entendidas como as “ações realizadas no dia-a-dia, visando atingir a estratégia. Ou seja, elas estão direcionadas para a estratégia”¹⁵. (COMO ORGANIZAR A MASSA. MST *apud* OLIVEIRA. p. 26).

Depois de 2006, o MST reestrutura a sua organização interna no sentido de descentralizar as decisões e dar maior autonomia para as outras instâncias. Como apresentado inicialmente, a Coordenação Nacional passou a ser formada por pouco mais de *trezentos* representantes e a Direção Nacional por *sessenta e um* membros, sendo que estes integram também aquela. São, portanto, cerca de quatrocentos dirigentes que compõem hoje as principais lideranças nacionais do MST, os quais se reúnem periodicamente para discutir e tomar decisões.

Percebe-se que o movimento procura fazer uma espécie de simbiose entre a “democracia de base”, herdada das CEB’s, e a estrutura organizativa mais centralizada, conforme entendimento do marxismo clássico. Isso não significa que tenha mudado a concepção da necessidade da construção de uma organização política própria. Parece-nos que o movimento procura formas de tornar a organização interna mais democrática, porém, sem abrir mão da *direção* consciente. Para Bogo, essa necessidade de criar novas formas de se organizar e de lutar está relacionada com um objetivo claro e definido: a abertura para a militância participar das principais instâncias da organização. Devemos lembrar que os

¹⁵ Segundo Oliveira, esses dois conceitos são apoiados nos estudos de Marta Harnecker, que os discute à luz da teoria de Lenin. Segundo Marta Harnecker, “A estratégia revolucionária determina o caminho geral pelo qual deve ser canalizada a luta de classes do proletariado para conseguir seu objetivo final” (2004, p. 80). A tática, por sua vez, “é o conjunto de orientações concretas formuladas para pôr em prática a estratégia revolucionária em cada nova conjuntura política” (HARNECKER, 2004, p. 139).

militantes passam por um processo de educação política que qualifica as suas intervenções nas diversas instâncias.¹⁶

Segundo Bogo (2011, p.175), é na luta que se constrói a “nova moral”, por meio de “ações de desobediência civil”. É preciso desenvolver, para ele, novos valores de coletividade, de trabalho social, de cooperação. Não por outro motivo que o *Setor de Formação* tem importância ímpar dentro do MST. Como a luta por conquistas imediatas é repleta de contradições, de pragmatismo, isso pode afetar a formação da consciência, daí a necessidade da teoria, da unidade entre “os quadros na ação é o consenso que se forma de combinações práticas” (BOGO, 2011, p. 175). Nesse sentido, as escolas dentro dos assentamentos ou para onde os estudantes *sem-terra* são enviados precisam ter a dimensão política em comum com as ideologias do Movimento.

[...] é um meio para ajudar a alcançar os objetivos formulados. Portanto, é um meio para ajudar a realizar tudo o que a organização política pensa e faz. A escola deve ser o suporte e a parte integrante na formação da consciência como instrumento da política. (BOGO, 2011, p. 183).

Segundo o autor (2011), é na *práxis* que o movimento se constrói dialeticamente. A formação política dos seus militantes se dá na luta; assim também os programas políticos e a própria organização do movimento se forma, ou seja, em *movimento*:

A *práxis* surge como conteúdo para assimilar as alternativas já propostas e ajuda a formular novas alternativas. Em seguida permite que se avance na escolha das tarefas, juntamente com distribuição das responsabilidades, acompanhadas de uma constante avaliação para verificar se prática está em sintonia com a finalidade estabelecida. (BOGO, 2009, p. 155).¹⁷

Oliveira (2008, p.159-60), por sua vez, afirma que a “estrutura descentralizada de ação e a distribuição de tarefas, de poderes e de responsabilidades consistem num instrumento formador de militantes para organização do MST” e isto está inteiramente concatenado à formação política dos trabalhadores, ou seja, à conscientização e à construção da militância.

Tanto Bogo quanto Stédile são categóricos ao afirmarem que a influência do marxismo é extremamente importante para apreensão do real e “fonte de inspiração”, porém,

¹⁶ Fazem parte desse processo, a construção de cooperativas, escolas técnicas; a realização de convênios com Universidades e envio de centenas de sem-terra para elas. Além disso, tem contribuído para a diminuição do analfabetismo no campo e aderiu aos programas de preservação ambiental, etc. Na luta contra o neoliberalismo e as multinacionais que dominam o campo, o MST se aproximou da bandeira da agroecologia e da Via Campesina, que o influenciou nas mudanças mais importantes em seu interior, avaliadas por nós como avanços significativos.

¹⁷ Segundo Gohn, há dois tipos de *práxis*: a teórica e a política. Trata-se da *práxis* da transformação do social “que se relaciona em conexão com a atividade teórica, por meio da atividade produtiva e/ ou da atividade política”. No marxismo, o conceito de *práxis* é fundamental para articular a teoria à prática. (GOHN, 1997, 176).

esses teóricos “nunca devem ser vistos como caminho, como instrumento, mas como luz que indica o rumo a seguir” (BOGO *apud* FEIX, 20010, p.27).

Bogo (2011, p. 18) discute, ainda, a difícil relação entre “organização” e “espontaneidade”. Para ele, as massas possuem uma dinâmica própria e, assim, produzem seu próprio conhecimento. Não exclui os instrumentos de organização política: “as revelações políticas se somam à vontade das massas de se envolverem nas lutas, por estas sentirem que chegou sua vez. As organizações cumprem o papel de dar conteúdo à vontade, ampliando o alcance e a profundidade das intenções”.

Baseado em Rosa Luxemburgo, Bogo compreende que é o movimento dos conflitos que cria um tipo de instrumento de luta (independente dos partidos). Recorrendo a Gramsci, conclui: “Sendo assim, não há movimento sem direção; cada ação possui a sua própria direção e seu próprio comando.” (BOGO, 2011, p. 19).

O que o autor apresenta é muito importante para se entender a forma como o próprio MST se apropria de diferentes acepções teóricas para compreender a realidade social em que está inserido e, assim, se organizar politicamente. Em outras palavras, Bogo está preocupado em organizar “instrumentos adequados às exigências reais e de sintonizarem as ações programadas e conscientes com as ações espontâneas das massas em constante movimento” (2011, p. 19). As motivações dos movimentos sociais são dadas pelos conflitos, pelas contradições e não apenas pela vontade política dos militantes.

3.2 PAPEL POLÍTICO DO MST NUM CONTEXTO DE OFENSIVA DO CAPITAL E REFLUXO DAS LUTAS SOCIAIS

É inegável a importância política do MST para as lutas sociais brasileiras e até mesmo latino-americanas. Porém, é preciso salientar os limites estruturais que o movimento enfrenta. Como já dissemos, o movimento se apresenta como sujeito da luta de classes, anti-capitalista e socialista. Não obstante seja um movimento de massas e portador dessas características, os sem-terra “deparam-se com limites próprios de sua base social: não se encontram diretamente em confronto com o capital, portanto, não constituem o núcleo duro da relação entre capital e trabalho” (MACHADO, 2007, p. 172). Ou seja, só conseguem afetar a produção capitalista indiretamente, nos planos políticos e jurídico-ideológico, quando questionam as formas burguesas de propriedade (MACHADO, 2007, p. 172).

Assim, o desenvolvimento capitalista é incapaz de produzir uma relação social igualitária e de “inserir plenamente todos na esfera produtiva”, o que gera o aumento do

desemprego, levando os trabalhadores à “sub” ou “semiproletarização”. Do ponto de vista político, isso “redefine” a luta de classes e contribui para a heterogeneidade social do MST (MACHADO, 2007, p.175).

A despeito do MST estar fora do núcleo duro das relações capitalistas de produção, ele tem tomado a dianteira do embate contra a implantação de políticas neoliberais no país. Enquanto outros movimentos sociais ou sindicais permanecem inertes diante da hegemonia do capital financeiro, “o MST tem clareza de suas limitações e se depara com elas à medida que se esforça para superá-las procurando ampliar seu leque de atuação no campo popular” (MACHADO, 2007, p.176).

Nesse processo, o MST tem procurado politizar seus embates que ultrapassam a bandeira da reforma agrária. Em outras palavras, lutar pela reforma agrária na atualidade significa disputar com o agronegócio, o que, estranhamente, “liberta” a questão da reforma agrária da simples tese redistribucionista, levando-a para uma discussão mais profunda. Ou seja, lutar pela reforma agrária “significa lutar por todas as dimensões do território, entre elas a tecnologia, o mercado, a educação, saúde e, principalmente, contra o capital que procura tomar o controle dos territórios do campesinato”. (FERNANDES, 2008, p. 76).

A politização e a ampliação de suas bandeiras de luta podem ser percebidas nos seguintes pontos:

“1. lutar para construir uma sociedade sem exploradores nem explorados; 2. Lutar pela reforma agrária para garantir que a terra esteja nas mãos de quem nela trabalha e a serviço de toda a sociedade; 3. Lutar pela garantia de trabalho para todas as pessoas com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas; 4. Buscar permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais; 5. Difundir os valores socialistas nas relações sociais e pessoais; 6. Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher, homem, jovens e crianças; 7. Buscar a articulação com as lutas internacionais contra o capital e pelo socialismo” (SETOR DE FORMAÇÃO – MST, 2005, p. 62, *apud* OLIVEIRA, p.110).

Embora o MST não se assuma enquanto agente da revolução, certamente contribui para isso de diversas como, por exemplo, por meio da formação de quadros e da educação de suas bases:

Assim, a luta por Reforma Agrária foi se tornando cada vez mais internacional, porque os empecilhos para a democratização do acesso à terra não estavam apenas no Brasil – no Estado ou nas ações dos latifundiários – mas eram também parte dos movimentos do capital financeiro internacional. E a resposta à globalização da miséria, veio na forma da globalização da luta, por meio da Via Campesina, que congrega os movimentos camponeses de todo mundo em torno da Reforma Agrária e da soberania alimentar, ou seja, do direito de que os povos – e não os mercados – decidam o que produzir e possam garantir a alimentação de todos. (MST, 2009).

Machado (2007, p. 180) chama a atenção para a atuação do MST que pode revelar que o centro da luta de classes, atualmente, pode ultrapassar a “contradição fundamental”

entre burguesia e assalariados puros, já que os trabalhadores sem-terra “se confrontam muito mais diretamente com a dominação do capital”, mesmo estando fora do chamado “núcleo duro” daquela relação.

Sem menosprezar a importância política do MST, Machado (2007, p. 180) chama a atenção para os limites do movimento ao se confrontar com o Estado burguês, pois, ao não constituir diretamente o núcleo duro da relação capital/trabalho e, mesmo assim, lutar por uma sociedade anticapitalista, o alcance político-ideológico da luta política para a constituição da classe é limitado. Porém, ao construir uma identidade coletiva, se assume como classe e luta para a superação do capitalismo, mas ainda não poderia ser suficiente sem a participação dos trabalhadores assalariados urbanos (com consciência de classe) na luta por transformação.

3.3 MST: OS LIMITES DA DEMOCRACIA BURGUESA E O HORIZONTE SOCIALISTA

Concordamos com Saes (1987) quando afirma que os regimes democráticos burgueses são um avanço em relação às ditaduras militares para a organização política das classes dominadas. O que não significa que as democracias estão isentas de “armadilhas” que podem inibir tal organização e frustrar a luta revolucionária.

Se concordarmos que as democracias instaladas nos países latino-americanos são procedimentais (conforme discutimos no 1º capítulo), então o espaço de atuação política dos movimentos sociais é limitadíssimo, pois se espera que se contentem com a escolha dos que governarão por meio de eleições regulares, “livres” e “competitivas” (SCHUMPETER, 1967).

Mas as democracias burguesas também prevêm a representação popular no Parlamento, desde que não interceda na divisão de tarefas: aos eleitores cabe apenas votar; aos políticos cabe governar. Entretanto, os movimentos sociais mais combativos não se contentam com tal divisão e procuram acelerar o processo de atendimento às suas demandas que, no caso do MST, é a Reforma Agrária. A partir daí, o confronto com a legalidade burguesa fica ora mais evidente ora mais obscura. O MST, portanto, ao reivindicar terra e trabalho por meio das ocupações, expõe os limites da democracia burguesa e entra em choque com os interesses das classes dominantes e suas frações que, obviamente, tentam mantê-la dentro dos limites procedimentais.

Como as democracias nas sociedades capitalistas são construídas sobre os pilares da desigualdade e da “exclusão” (na verdade, todos estão incluídos no modo de produção capitalista), a cidadania e os direitos são restritos a alguns setores da sociedade. (THEDE

apud HILSENBECK, 2010, p. 148).

Segundo Hilsenbeck, “os imperativos para as novas democracias são a ampliação da cidadania efetiva para abranger os setores que dela permanecem excluídos”, contudo, como o próprio autor aponta, há um abismo entre forma e conteúdo, ou seja, esses regimes democráticos, “adquirem uma forma primordialmente verbal, sem correlação com o vivido pela maioria da população, realizando parcial e fragilmente esses ideais que se transformaram contemporaneamente quase em ‘consensos’ internacionais” (2010, p. 148).

A rigor, o MST atua dentro da legalidade burguesa. Embora produto de amplo debate ideológico, as terras ocupadas são aquelas que, do ponto de vista constitucional, seriam irregulares ou improdutivas e que deveriam cumprir com a sua “função social”. Há também ocupações de prédios públicos (INCRA, agências bancárias, ministérios etc.) que procuram denunciar a falta de cumprimento de promessas governamentais, como a liberação de crédito para o plantio.

Apesar de sofrer com criminalização judicial e a tentativa de deslegitimá-lo por parte dos grandes meios de comunicação, a maior parte de suas ações permanece cercada pelos limites constitucional da democracia burguesa. Nesse sentido, o MST seria um movimento que luta pela efetivação dos direitos garantidos pela Constituição. Mas, contraditoriamente, a sua organização e a sua prática ultrapassam esses limites, justamente pela forma como se organizam, o investimento na formação política dos militantes e, de certa forma, a politização das bases.

Nesse sentido, mesmo as ações estando dentro da ordem burguesa podem ser pedagógicas para as suas bases, pois percebem que é preciso ultrapassá-la, uma vez que o Estado tem priorizado, fundamentalmente, os interesses das frações ligadas ao agronegócio.

Como as possibilidades de mudança social, política e econômica no plano imediato estão longe de ocorrer, o MST atua na perspectiva de conquistas e alargamentos de políticas sociais dentro do regime político atual, sem perder de vista a crítica à sociedade capitalista. Para o movimento, portanto,

(...) [trata-se] de (...) garantir que a democracia seja realmente cumprida em toda a sua potencialidade e não somente em sua face exclusiva de procedimentos formais. Como demonstra Vitullo (2007), apesar de forte descontentamento com as instituições democrático-representativas, há importante grau de adesão à democracia como projeto, ideal ou aspiração a uma forma de organização melhor, devendo-se levar em conta as dimensões disruptivas, o poder emanado da ação coletiva, não restritas às instituições políticas oficiais vigentes. (HILSENBECK, 2010p.149).

Ainda que os grandes meios de comunicação não percam a oportunidade de qualificá-lo pejorativamente de “invasores”, “baderneiros”, “violentos”, os seus dirigentes

asseguram que ele atua dentro dos horizontes legais ao lutar pela efetivação dos direitos sociais, ao fazer denúncias de irregularidades nos serviços públicos ou mesmo ao demonstrar a atuação ilegal de empresas brasileiras. João Pedro Stédile, em entrevista ao *Jornal Canal Livre* da TV Bandeirantes, quando questionado das supostas ações ilegais e violentas praticadas pelo movimento, responde:

Primeiro, nós nunca fizemos nossas ações medindo ibope na opinião pública; todas as nossas ações são decididas pelas populações locais em função das necessidades que temos de pressionar o governo ou as empresas para resolverem problemas concretos. Se ofícios, cartas, reunião e assembleia já tivessem resolvido nós não precisaria ficar ocupando prédio público, fechando estrada, ou seja, nós só nos mobilizamos como um ato democrático que os trabalhadores têm direito de se mobilizar pra pressionar as autoridades a aplicar a lei. Talvez o MST, a maior contradição do MST, é essa: que nós nos mobilizamos para o governo aplicar a lei em nosso favor, porque nesse país a lei só é aplicada a favor dos poderosos.

Segundo Stédile, a definição de “legal” ou “ilegal” depende da interpretação do interlocutor, já que as empresas que infringem a lei o fazem cooptando o poder judiciário, enquanto o MST não. Resta, portanto, aos movimentos sociais, o “direito de se insurgir”, como tem o “dever”, assim, assumindo “o direito que a população tem de se manifestar contra qualquer injustiça”. (STÉDILE, 2008).

Hilsenbeck (2010) corrobora essa tese de que esses movimentos buscam articular “ampla participação popular e autonomia”, ou seja, lutam pelos direitos constitucionais. Segundo o autor, essa forma de luta aproxima-os da institucionalização de suas demandas e, por vezes, a “cooptação” é sempre um risco por meio da lógica estatal e burocrática.

Dessa forma, o MST tem atuado pela efetivação de demandas que envolvem a democratização real das instituições políticas e jurídicas burguesas. A bandeira da Reforma Agrária, ao ultrapassar os interesses imediatos dos trabalhadores sem-terra, exige que o movimento se organize de forma complexa, uma vez que o objetivo final é a construção de uma sociedade socialista:

Ao longo de sua trajetória, o MST tem se relacionado com o Estado de diferentes maneiras, alternando entre posições de confronto e de negociação. Apresentando-se, a cada governo, ora mais próximo, ora mais distante, e realizando a luta pela reforma agrária em duas frentes, diretamente no terreno e no campo político-institucional. (MARQUES, 2006, p.184).

As ocupações, portanto, assumem outro caráter para além da conquista econômica: significam que o MST luta pelo alargamento da democracia. Algo que, sem dúvida, tem entrado em conflito com a concepção institucional de que ela (a democracia) não deve ser mais do que um método para a escolha dos que devem governar, ou seja, colocam em cheque os limites entre democracia participativa e representativa.

Os embates políticos em torno da Constituição de 1988 podem ser ilustrativos dessas tensões.¹⁸ Os campos ideológicos se dividiram basicamente em dois: de um lado, conservadores e, de outro, democratas e progressistas. Marques (2006, p.185) aponta as vitórias da UDR e também do MST na Constituição de 1988: a UDR, por meio da bancada ruralista, consegue introduzir a noção de “propriedade produtiva”, isenta de desapropriação; as forças populares, por sua vez, tiveram sucesso ao conseguirem estabelecer que a propriedade da terra deva cumprir com sua função social, além da extensão da seguridade social para o meio rural¹⁹.

Em perspectiva teórica diferente da nossa, Rudá Ricci entende que a aproximação do MST com a institucionalidade política e a defesa da Reforma Agrária estaria representando interesses específicos de grupos e não da sociedade como um todo. Para ele, tal postura tem a ver com a herança ideológica do movimento:

Os movimentos sociais que nasceram desta vertente (TdL) acabaram por se fechar em suas pautas específicas e construíram fortes estruturas organizacionais voltadas para si e não para a sociedade como um todo. Na prática, defendem interesses grupais e não direitos universais. Muitas vezes, este erro ganha uma roupagem discursiva fundada no conceito de luta de classes. Mas é uma mera ilusão retórica. Nem sempre se trata de uma luta de classes, mas apenas de interesses. Veja o caso da luta pela terra no Brasil que raramente ainda carrega a luta pela reforma agrária. A luta pela terra é uma luta pela propriedade e a luta pela reforma agrária é uma luta mais geral, de concepção de organização da estrutura fundiária. (RICCI, 2011).

O que é preciso compreender que as análises sobre o movimento não podem ser reduzidas a “branco ou preto”, pois se tornam maniqueístas. Como sugere Hilsenbeck, “[...] não nos parece que sejam antagônicas as duas perspectivas apresentadas (de institucionalização e acomodação ao aparato institucional, ou de um novo front de batalha interno)”, ao contrário, elas podem ser, na verdade, complementares, “pois correspondem à dupla face da dominação hegemônica, de coerção e assimilação, de absorção e recuperação dos conflitos sociais”. (2010, p.152).

Segundo Marques (2006, p. 184), o MST teria passado por três fases diferentes na sua forma de relação com o Estado: a primeira refere-se ao nascimento do movimento (meados dos anos de 1980 e começo de 1990), quando “a reforma agrária é defendida como

¹⁸ Sobre esse processo, ver: Sampaio, P. A. “Para além da ambiguidade - uma reflexão histórica sobre a Constituição de 1988”. In: XXI Encontro Regional de estudantes de direito e encontro regional de assessoria jurídica universitária: 20 anos de constituição. Parabéns! Por que? Fundação Araripe, 2008.

¹⁹ Segundo Marques (2006, p. 185-186), “durante esse período, o MST alia-se à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e ao Departamento Rural da Central Única dos Trabalhadores (CUT-Rural) em defesa da reforma agrária. Mas, ao mesmo tempo, ele disputa com essas entidades a liderança na luta e ganha reconhecimento como um importante interlocutor entre o Estado e os sem terra”.

um passo importante para a democratização da sociedade brasileira, somando-se a outras lutas que marcam o período”, representado também pelos avanços constitucionais.

A *segunda* fase (1995-1998) é quando ele ganha projeção internacional, ao mesmo tempo em que essa conjuntura (influência neoliberal) esvazia o significado político de participação social e há uma tendência à criminalização dos movimentos sociais; nesse momento, há importantes mudanças na atuação e na luta do MST. Como, por exemplo, a formação, junto com outros movimentos sociais, do Movimento Consulta Popular, que falaremos adiante.

A *terceira* fase é marcada pela eleição do governo Lula, no qual há um visível recuo na combatividade do Movimento apesar do não cumprimento das metas para a reforma agrária do governo, por outro lado, há maiores investimentos governamentais nos assentamentos já existentes e desenvolvimento de diversos projetos, como citamos anteriormente.

As principais conquistas do Movimento são, certamente, a construção dos assentamentos e a formação das cooperativas. Apesar de a sua bandeira central ser a conquista de terra, diferentemente do que proposto por alguns analistas, ele nega a defesa da propriedade privada, que se revela em três pontos centrais:

[...]ao controlarem um dado território em que decidem o que e como fazer; ao criarem estruturas de poder paralelas ou alternativas ao Estado, com espaços de politização, através da participação efetiva; e ao garantirem a subsistência mínima de seus membros através da alimentação e da moradia, permitindo-lhes sair da pobreza extrema. (HILSENBEEK, 2010, p. 153).

Não obstante este autor afirme que o MST controla seu “território” (assentamentos), preferimos a cautela na análise, pois bem sabemos da dependência em relação ao Estado, especialmente do INCRA, inclusive no momento de se “desenhar” a disposição das casas que formarão o novo assentamento. Não é incomum, por exemplo, que elas fiquem distantes umas das outras dificultando a sociabilidade entre as famílias assentadas. Outra questão se refere ao mercado capitalista: o que produzir, para quem produzir e a qual preço.

Bertero (2006), por sua vez, defende a tese de que o MST se revela em sua prática um movimento pequeno-burguês ao reivindicar terra que, no fundo, se traduz no direito à propriedade privada. Ao se atrelar às políticas de Estado, como a captação de recursos para a agricultura e à construção de agroindústrias cooperadas, o movimento se integra ao sistema capitalista e não contra ele. Para o autor, a superação do capitalismo apareceria apenas como o “sonho” do movimento.

Segundo ele, “[...] a realidade é outra. Não condiz com seu sonho. Tem clareza, no entanto, que a sua reforma agrária não abole a propriedade privada. Pelo contrário, corrobora-a, redistributivista que é”, assim, entende que o MST luta, na verdade, por um capitalismo mais justo, “apoiado na pequena produção.” (BERTERO, 2006 p.165). As questões levantadas por Bertero são importantes na medida em que apontam para os limites estruturais da atuação do Movimento, assim como para os limites da sua própria organicidade.

Bertero (2006), ao se apoiar nos clássicos do marxismo, especialmente no próprio Marx, afirma que a luta do MST é anacrônica, pois deveria centrar sua luta na relação capital-trabalho, na proletarização e no desemprego. O movimento, portanto, caminhará na contramão dos interesses e das lutas operárias e, mais ainda, na abolição da propriedade privada.

Contudo, é preciso levar em conta que o MST procura trazer para o seu campo de luta o movimento operário, ou seja, a Reforma Agrária não é uma luta exclusiva do campesinato, mas do proletariado em geral, tanto urbano como rural. O movimento compreende que deve se atrelar a outras lutas sociais e, neste sentido, tenta ultrapassar as possíveis armadilhas que a sua principal bandeira pode-lhes impor. Ele também não se reivindica a “vanguarda” da luta socialista, apenas é um de seus componentes.

Segundo Machado (2007), as análises críticas ao movimento que ficam presas ao núcleo duro das relações capitalistas de produção, “perdem a dimensão política das lutas do MST, ou seja, o questionamento ao regime jurídico de propriedade”.

Assim, parece-nos que o MST se estrutura não somente como movimento social *stricto sensu*, mas guarda aspectos que lembram os partidos de esquerda (luta mediata) e até mesmo o movimento sindical (luta imediata). De toda sorte, trata-se de um movimento que, ao mesmo tempo em que organiza os interesses de um setor do proletariado (a rigor, aquele destituído dos meios de produção, mas que não consegue vender sua força de trabalho para o capital), associa a luta específica (terra) à demanda de longo prazo (socialismo).

O socialismo habita o horizonte político e ideológico de boa parte dos dirigentes e militantes do Movimento. Não por outro motivo, o MST constrói escolas para a formação teórica e política da sua militância e forja novas lideranças populares com capacidade de intervenção nas lutas locais e, até mesmo, nacionais. Não obstante se afirme que o movimento faça um uso meramente instrumental do marxismo clássico, o que se vê, de forma sistemática, são cursos de formação que abrangem temas como: economia política, questão agrária, história do Brasil, teoria marxista, etc. E têm sido oferecidos com regularidade por meio de

suas escolas, com destaque especial para a Escola Nacional Florestan Fernandes, no estado de São Paulo.

Observamos que o movimento possui dois novos pilares, relativamente distintos: 1) defesa da democratização do uso da terra (Reforma Agrária), dos princípios da produção *agroecológica* e de construção de cooperativas de *agroindústria*; 2) investe na formação de quadros, na conscientização crítica das massas e na atuação conjunta com outros movimentos sociais que se colocam no plano anti-sistêmico.

Dessa forma, entendemos que a tese de Bertero (2006) apesar de extremamente importante para revelar os *limites* da luta institucional e da conquista de direito (como discutido melhor em outra parte deste trabalho), deixa de fora a importância da atuação política do MST e o que representa ao questionar o latifúndio e reivindicar do Estado burguês o atendimento dos seus interesses de classe.

Não nos preocupa caracterizar se o MST é ou não revolucionário. Acreditamos que esta não é a principal questão. Mais importante é sabermos do seu legado para as lutas sociais em geral, especialmente àquelas que propõem mudanças radicais na estrutura social vigente.

Voltando-nos para os principais pilares de luta do movimento, a sua entrada na Via Campesina o influenciou na defesa de uma agricultura sustentável, agroecológica. Os embates contra as políticas neoliberais, especialmente contra o agronegócio, também foram decisivos para lhe dar novos contornos como movimento social: passou a assumir novas demandas sociais, não se restringindo apenas à defesa do direito ao uso da terra:

Desta forma, o Movimento sintetiza um corpo de reivindicações concernentes à toda a sociedade, apresentando um projeto nacional e, portanto, que toca não apenas os trabalhadores rurais, mas à própria forma de organização social, ou seja, ele sintetiza uma pauta política com pretensões universalizantes, totalizante. Este ‘projeto popular para o Brasil’ abrange propostas de caráter sócio-político e econômico para o conjunto da população brasileira. (OLIVEIRA, 2008 p. 85).

A despeito da imprecisão teórica da autora, quando afirma que o movimento sintetiza reivindicações para toda a sociedade, entendemos que o projeto popular²⁰ do MST será construído a partir dos interesses e perspectivas dos dominados, explorados e oprimidos. Ou seja, ainda que se reivindique universalizante, não ignora a divisão da sociedade brasileira em classes sociais:

A democracia como poder popular não se limitando ao plano de programas e discursos, deve ser vivida nas práticas cotidianas dos movimentos. Tanto o MST, como o EZLN, possuem sua base social a partir da qual organizam a ação coletiva pelo fato de deterem alguns meios de produção, com ou sem a concessão estatal, e

²⁰ No próximo item deste trabalho aprofundaremos mais este assunto.

de onde efetivam os germes de transformações substanciais nas formas de organização. É, portanto, nas comunidades, assentamentos e acampamentos, que se deve impulsionar a luta pela igualdade de gênero; o combate ao racismo; práticas coletivistas e democráticas de decisões; programas autônomos de saúde e educação. (HILSENBECK, 2010, p.153).

Como já apontamos, nas condições atuais, o movimento não pode simplesmente prescindir dos recursos, mesmo parcos, do Estado e a institucionalização é sempre um risco para a organização autônoma dos dominados. Embora compare o EZLN com o MST, a passagem abaixo é ilustrativa:

A busca de ambos os movimentos pela garantia universal de direitos e ampliação da democracia leva, inevitavelmente, a problematizar a possibilidade de institucionalização, de subsunção à lógica da política tradicional e estatal que pode enredá-los nas tramas da burocracia, interna ou externa. Isto remete à grande capacidade do capitalismo de absorção e recuperação do conflito social. No caso do MST, mais abertamente via programas de financiamento estatal e participação em governos e eleições. [...] Mas, é importante aclarar que o fato de haver participação (direta ou indireta) do movimento em instâncias do governo ou de política eleitoral não significa por si só uma institucionalização automática ou a falta de autonomia, bem como o capital possui outras formas de recuperação do conflito que não passam, necessariamente, por canais estatais. (HILSENBECK, 2010 p.150).

Segundo Feix (2010), a democracia não teria um papel fundamental nas concepções dos dirigentes nacionais do MST, ao contrário dos eurocomunistas nos anos 1970 que influenciaram ou instigaram os debates em torno do tema ao apostarem na “via político-institucional, inclusive a sua democratização, como parte inerente do processo de construção do socialismo”:

Os marxistas democráticos dos anos 1970 e das décadas seguintes, da mesma forma que os dirigentes do MST, são socialistas, porém a divergência principal entre eles se relaciona à construção democrática deste projeto político. Os neomarxistas consideram que as instituições políticas do Estado capitalista na sua forma democrático-liberal são uma estratégia política imprescindível para a construção do socialismo de forma democrática. As lideranças do MST, embasadas no marxismo clássico, discordam dessa possibilidade histórica, e tal posição tem implicações diretas na própria concepção da democracia política e social como um meio não estratégico para a revolução social. (FEIX, 2010, p. 174).

Além disso, Feix afirma que algumas lideranças do MST não consideram a democracia “um princípio político fundamental para o desenvolvimento da estrutura organizativa” do movimento. Em outros termos, a democracia pela qual se deveria lutar, para os líderes, viria das teses revolucionárias que só poderia se concretizar com a transformação radical da sociedade ao se extinguir a relação capital/trabalho, opressores e oprimidos:

A democracia “realmente existente” é, no sentido teórico e revolucionário, usada pelas lideranças do Movimento naquilo em que ela contribua para o acúmulo de força política e cultural pelos setores populares no processo de construção da sociedade igualitária. Não há, portanto, um compromisso com a expansão e o aprofundamento da democracia política e social, já que ela não é vista enquanto

meio e fim estratégico para promover a superação do capitalismo. (FEIX, 2010 p. 335).

O fato de parte dos dirigentes do MST não considerar que a superação do capitalismo passe pela expansão da democracia, como acreditavam os eurocomunistas, não o torna mais ou menos revolucionário e nem mais ou menos socialista. Ao contrário, pode ser que o movimento a considere, sob o capitalismo, um instrumento da dominação burguesa que em determinadas circunstâncias pode ser abandonado quando a correlação de forças se torna desfavorável ao exercício da dominação. Ao se apresentar socialista, portanto, o MST teria que ser congruente entre a forma como se organiza para lutar (horizontalidade, antiburocratismo, democracia direta) e o objetivo pelo qual luta (socialismo). Dito de outra forma, socialismo e democracia são indissociáveis, algo que o capitalismo já não pode garantir. A questão é saber se o movimento mantém ou não esta congruência.

Ademar Bogo (2011), um dos dirigentes do movimento, afirma que enquanto o capitalismo cria a “moral” burguesa com a legitimação do Estado, sob o socialismo esta deverá ser desfeita e refeita sob outros valores. Essa “moral” é transmitida de diferentes formas, desde os meios de comunicação, passando pelas escolas, igrejas etc. Para ele, é preciso “criar novas normas morais que contestem estas que foram instituídas para manipular e controlar as relações sociais”: os cursos de “formação política”, de educação popular e a própria “mística” contribuem para as mudanças dos valores burgueses da sociedade. A “organização revolucionária” teria o papel primordial de criação desta nova moral:

Uma força social qualquer se transforma em força social política porque, ao agir, as consciências mudam de conteúdo e de comportamento na forma de compreender e de produzir as próprias relações sociais. (BOGO, 2011, p. 122).

Quando analisamos a *práxis* do MST, as suas “combinações teóricas imprecisas” e a sua atuação prática por caminhos diversos, notamos que ele está estruturado, cada vez mais, como um importante agente social revolucionário, embora não se considere como o “sujeito da revolução”, mas sua organização nos remete ao modelo de organização dos partidos revolucionários.

A partir desta breve discussão sobre a organicidade do movimento e a concepção teórica- ideológica de parte dos dirigentes do Movimento, podemos tentar aprofundar um pouco mais a questão aqui iniciada da democracia como valor popular para o MST e para o enfrentamento ao Estado burguês.

3.4 PROJETO POPULAR PARA O BRASIL: QUAL O VALOR DA DEMOCRACIA PARA O MST?

Nos anos 1990, o MST se depara com diversas dificuldades para organizar suas lutas e permanecer como agente combativo. Suas lideranças e de várias outras organizações se unem no sentido de buscar novas alternativas à realidade draconiana que se apresentava no cenário brasileiro. Não podemos nos esquecer que este período foi profundamente marcado pelo avanço do neoliberalismo, que impunha diversas transformações no modelo capitalista de acumulação e, conseqüentemente, na organização política dos dominados. A hegemonia do capital financeiro (internacional e associado) sobre as demais frações dominantes e sobre as classes populares aprofundou a crise político-ideológica dos partidos e movimentos sociais mais combativos, como se pode notar em relação à mudança programática do PT – Partido dos Trabalhadores que passa à defesa da ordem burguesa e, em seguida, de sua central sindical, a CUT (Central Única dos Trabalhadores).

Segundo Feix, é nesse contexto que parte dos dirigentes do MST, sem abandonar a defesa do projeto socialista, passa a liderar “um movimento a favor da construção de um projeto de sociedade alternativo ao neoliberalismo”, nomeado de “*Projeto Popular para o Brasil*”. Todavia, diferente das teses do socialismo clássico, esse projeto tem uma perspectiva “popular reformista”, tendo como “finalidade política o desenvolvimento de transformações estruturais profundas no sistema capitalista brasileiro”, o que se aproximaria de um projeto social-democrata popular. (FEIX, 2010, p. 126).

O MST acredita que é impossível desenvolver o país, construir uma sociedade democrática ou mitigar a pobreza e desigualdade social no campo sem eliminar o latifúndio. Entretanto, defendem que a Reforma Agrária só será viável se for parte de um projeto popular que transforme as estruturas sociais e econômicas do Brasil (MST, 2000 *apud* VANDEN, 2009, p. 67.).

Seguindo a compreensão de que é através das lutas sociais que se alcançam conquistas para as classes populares, ou seja, “todas as mudanças sociais e políticas foram obtidas quando as pessoas se mobilizaram e lutaram” (MST, 199?), o projeto popular do MST tem o intuito de mobilizar a população para que se perceba como elemento responsável pela construção de uma sociedade democrática, baseada nos princípios da justiça e da igualdade e não apenas como procedimento de escolha de seus representantes políticos.

De acordo com Feix, o objetivo deste projeto seria o de construir uma “nova hegemonia”, a partir das classes populares e trabalhadoras, o que representaria um “projeto político que se insere entre o capitalismo e a transição socialista da maneira como é entendida

pelas lideranças do MST, constituindo uma etapa do processo de construção rumo à superação do sistema capitalista”. (2010, p.126).

À medida que se engajaram em organizações de base popular e em imensas mobilizações locais e nacionais, o MST e os movimentos sociais desafiaram os padrões de formulação de políticas no Brasil e em muitos outros países da América Latina. [...]. Eles tornaram os partidos tradicionais ultrapassados, ao mesmo tempo forjando novos horizontes políticos e criando uma cultura política e participativa. Tais movimentos estão apropriando-se do espaço político existente ao máximo. No processo, fortalecem substancialmente a prática da democracia participativa. (VANDEN, 2009, p.69).

Vale ressaltar que o MST não é responsável sozinho pela construção do chamado *projeto popular*. Como dissemos, ele surge da confluência de diversos grupos organizados para pensar e propor alternativas para o Brasil frente ao avanço do neoliberalismo e, ainda, por causa dos impactos políticos e ideológicos “provocado pelo colapso do regime soviético sobre os partidos de esquerda brasileiros” e também nos movimento sindical. Dessa forma, essa realidade política “fez com que um grupo de intelectuais e de militantes que atuavam em partidos políticos e em movimentos sociais de esquerda começasse a discutir um projeto alternativo, já que essa tarefa não era feita pelos partidos de esquerda”. (FEIX, 2010, p.128).

Em 1997, após o sucesso da marcha nacional do MST e a adesão de diversos grupos de militantes ao movimento, com grande participação de diversas organizações, instituições, partidos etc., setores de esquerda se reorganizam e buscam dar maior unidade à luta:

O processo de construção das marchas resultou na realização da Conferência em Itaici, plenária nacional convocada pelos movimentos sociais, em especial pelo MST, que reuniu pouco mais de trezentos militantes de várias regiões do Brasil. As ideias centrais que empolgaram o debate foram, por um lado, a necessidade de questionar o rumo da esquerda institucional e propor o resgate dos valores e práticas militantes rumo à Revolução Brasileira, bem como constituir as bases teóricas para um Projeto Popular para o Brasil e, por outro, a compreensão de que um ciclo político da esquerda brasileira já dava sinais de esgotamento e exigia todo um esforço de refundação, tanto no plano teórico e ético quanto no plano da ação e proposta organizativa. (CONSULTA POPULAR, 2012).

Segundo Feix, esse projeto se aproximava mais de uma perspectiva nacional-popular do que propriamente socialista (entendida a partir das experiências do século XX).

A partir desse encontro foi construída a chamada *Consulta Popular*, que tinha como objetivo inicial “coordenar as discussões teóricas e políticas e promover articulações com as organizações políticas e sociais de esquerda e progressistas em torno da construção do projeto popular”. A questão da democracia política passa a ganhar maior destaque nas premissas desse projeto político.

A construção desse projeto e o nascimento do Movimento Consulta Popular teve grande repercussão no interior do MST, pois foram reformulados alguns dos objetivos

defendidos pelo Movimento, no qual o projeto passou a ser uma das bandeiras centrais na articulação de suas lutas. Os compromissos norteadores²¹ para a construção do projeto foram:

a) O compromisso com a soberania: “[...] recuperar para o Brasil um grau suficiente de autonomia decisória”; b) O compromisso com a solidariedade: “[...] a edificação de uma nação de cidadãos, eliminando-se a exclusão social e as chocantes desigualdades na distribuição da riqueza, da renda, do poder e da cultura”; c) O compromisso com o desenvolvimento: “[...] mobilizaremos todos os nossos recursos produtivos e não aceitaremos mais a imposição, interna e externa, de políticas que frustrem o nosso potencial”; d) O compromisso com a sustentabilidade: “[...] se refere à necessidade de buscarmos um novo estilo de desenvolvimento, que não se baseie na cópia de modelos socialmente injustos e ecologicamente inviáveis”; e) O compromisso com a democracia ampliada: “[...] aponta para a refundação do sistema político brasileiro em novas bases, amplamente participativas e verdadeiramente plurais, nas quais se inclui o resgate da dignidade da função pública em todos os níveis. Democracia, para nós, não é palavra vazia: é método e meta, forma e conteúdo, processo e projeto”. (BENJAMIN et al., 1998, p. 150-151, *apud*, FEIX, 2010, p. 131).

Os compromissos levantados por Benjamin para a construção de um projeto alternativo para o Brasil demonstram claramente a importância de se rediscutir o papel da democracia para a sociedade, ou seja, trata-se de uma democracia participativa ligada aos interesses das classes populares. Assim como já havia sido defendida por Plínio de Arruda Sampaio, em 1996, assimilada pelo MST, “democracia política e democracia social” deveriam formar uma unidade. (SAMPAIO, 1997, p. 21-23, *apud*, FEIX, 2010, p.131).

Nos objetivos definidos pelo MST – e que fazem parte do projeto popular – existem quatro fundamentos básicos que precisam ser construídos para alcançar a transformação da sociedade, ou seja, é preciso democratizar “a terra, a riqueza, a informação e a cultura”, assim, “a democratização política mostrava-se intimamente vinculada com a democratização das demais estruturas ou instituições de poder.” (FEIX, 2010, p. 131).

O horizonte socialista ainda é defendido pelos dirigentes do Movimento, já que o projeto popular é mais uma ferramenta de luta justamente para se construir novas possibilidades de uma sociedade socialista.

[...] reafirmamos a necessidade desconstruir alianças com as organizações e os movimentos populares e políticos em torno de bandeiras comuns, para que, unidos e solidários, possamos construir um projeto popular, capaz de romper com a dependência e a subordinação interna e externa ao capital, e de construir uma sociedade igualitária e livre – uma sociedade socialista. (JST. MST. Ano XXVI, n. 290, março de 2009, p. 16, *apud*, FEIX, 2010, p.135).

O objetivo tático do projeto popular seria de construir forças contra-hegemônicas no interior do capitalismo, acompanhando as teses da “esquerda democrática”, na qual a democracia é entendida como um objetivo estratégico, ou seja, através da expansão ilimitada da democracia se faria a transição para o socialismo; nesse sentido, “a luta fundamental a ser

²¹ Documento do Projeto Popular para o Brasil está nos anexos.

travada pelos trabalhadores no capitalismo contemporâneo seria a conquista da hegemonia”. (TOLEDO, 1994, p. 31).

Os limites impostos a essas teses são vários, pois disputar hegemonia com as forças dominantes seja por dentro ou por fora do aparelho do Estado, é uma luta desigual, porém, que não deve ser abandonada, já que um regime democrático por si só não compreende as transformações para o caminho do socialismo, como discutimos no primeiro capítulo, as democracias modernas convivem bem com o avanço do capitalismo.

Apesar de desejável que a democracia seja expandida, principalmente no que se entende por democracia social, não se pode crer que a democracia política sirva, principalmente, às classes trabalhadoras. Como discutido por Toledo, o funcionamento das instituições democráticas tem contribuído para a legitimação da ordem burguesa, e ainda confunde as massas, com a difusão da ideologia do Estado neutro. (TOLEDO, 1994, p.34).

O projeto popular, o MCP e o próprio MST tem a compreensão dos limites da democracia política institucional, mas como é permanentemente discutido por estes movimentos, é necessário que haja maior conscientização sobre realidade brasileira, que seja desmistificado a questão da democracia burguesa e do próprio funcionamento da sociedade capitalista, porém, esse aprendizado só pode acontecer no próprio interior das lutas de classes, dessa forma, o regime democrático ainda é favorável à organização das classes populares e trabalhadoras. Porém, a democracia não deve ser vista com um fim em si mesmo, apenas um instrumento, uma etapa.

O valor da democracia política na ordem do capital - reside nas possibilidades abertas para os trabalhadores e camadas populares melhor organizarem politicamente e combaterem a hegemonia cultural e ideológica da burguesia. A democracia cria, assim, as melhores condições para os trabalhadores lutarem pela construção de uma sociedade sem privilégios e sem discriminações. (TOLEDO, 1994, p.35).

O MST carrega, portanto, em seu interior dois projetos políticos: o projeto socialista e o projeto popular. Trata-se de projetos complementares que procuram mobilizar amplas massas de trabalhadores.

Como defendido por Vanden, “à medida que se engajaram em organizações de base popular e em imensas mobilizações locais e nacionais, o MST e os movimentos sociais desafiaram os padrões de formulação de políticas no Brasil e em muitos outros países da América Latina” (2009, p.69). De certa forma, a articulação de diversos movimentos sociais com perspectiva mais progressista auxiliou um importante processo de maior conscientização e participação política das massas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que de forma breve, neste trabalho procuramos discutir a relação do MST com a democracia, tanto do ponto de vista de sua organização interna, quanto externamente. Queríamos, com isso, analisar se há contradições entre a defesa da reforma agrária popular e as formas como o movimento se organiza para lutar por ela. Para tal, recorreremos à sua história, às suas influências ideológicas, à sua relação com os governos Cardoso e Lula, bem como, quais os valores que norteiam o seu dia-a-dia.

Já nos seus primeiros anos de vida, o MST procura se apresentar como organização de classe autônoma do Estado burguês, dos partidos existentes, especialmente do PT e da CUT. Evidentemente que não se pode desprezar que estes foram importantes para o surgimento daquele, uma vez que a década de 1980 foi um período de efervescência das lutas no campo e nas cidades e o movimento levantou bandeiras importantes que se somaram a tantas outras para a derrubada da ditadura militar e a construção do regime democrático. Não obstante tenha sido derrotado nos embates em torno da formulação da reforma agrária durante a Constituinte de 1988, o MST trouxe a questão agrária para a agenda política, não apenas como uma política distributiva, mas como importante questão para a soberania da nação.

Os anos 1990 representaram uma série de mudanças na realidade brasileira e nas formas de organização do MST. A vitória eleitoral de Collor representou o avanço do capital financeiro no país e o alargamento da desigualdade social, da precarização do trabalho, do desemprego. Enquanto isso, as políticas públicas (saúde e educação, por exemplo) foram amplamente atacadas. Como se não bastasse, as lutas sociais foram duramente golpeadas com uma campanha de criminalização. Não faltaram policiais para reprimir os protestos. Na defensiva, o MST passa a investir sua força na reorganização das cooperativas de produção dos assentamentos que, contraditoriamente, resultou no seu próprio avanço, pois passou a buscar formas alternativas de produção e circulação da mercadoria.

Neste período, o MST passa por uma nova mudança política e estratégica ao se aproximar das teses da chamada “esquerda democrática” que defendia que a “democracia” era a ferramenta da luta socialista. Embora, uma parte dos seus dirigentes continuasse almejando a luta socialista por meio da revolução social.

O MST, juntamente com outros movimentos e organizações, propõem um projeto alternativo de sociedade, no qual a democracia deveria ser ampliada, de forma a ultrapassar o limite burguês e caminhar em direção ao atendimento das demandas sociais próprias das

classes populares. As críticas ao capitalismo e ao Estado burguês permanecem, assim como permanece o horizonte socialista a ser conquistado, mas dever-se-ia construir um projeto contra-hegemônico ao modelo neoliberal predominante.

Durante a primeira década de 2000, o MST continua levantando as bandeiras definidas ainda no primeiro congresso, porém, trouxe para o seu interior a defesa de uma sociedade mais justa e igualitária, pois não é possível se fazer uma reforma agrária real nos moldes da produção capitalista. É preciso construir um novo modelo de organização para que as demandas apresentadas pelas classes populares se concretizem. Além da luta contra o latifúndio, o MST luta contra as forças do capital internacional e das multinacionais que dominam cada vez mais o território brasileiro e a riqueza de recursos. Passa então a lutar contra o agronegócio.

O MST, tendo já alcançado amplitude nacional, passa a fazer parte de uma luta internacionalizada, especialmente latino-americana, embora ganhe simpatizantes em várias partes da Europa e Estados Unidos. Nos anos 1990 ele passa a fazer parte da Via Campesina: trata-se de uma organização internacional que aglutina diversos movimentos camponeses espalhados pelo mundo.

Alguns dados são reveladores da importância do movimento: foram conquistadas 2.250 escolas públicas nos acampamentos e assentamentos pelo Brasil que possibilitam que 300 mil trabalhadores e trabalhadoras rurais continuem estudando e mais de 350 mil já tenha se formado em cursos normal, superior e técnico. Além disso, milhares de professores foram formados e atuam no movimento. Através de parcerias com universidades públicas, existem atualmente 50 instituições de ensino com convenio com o MST.

Há aproximadamente 100 turmas de cursos formais e mais de 5 mil educandos nessas instituições. São cursos técnicos de nível médio (como Administração de Cooperativas, Saúde Comunitária, Magistério e Agroecologia), cursos superiores, especializações (como Pedagogia, Letras, Licenciatura em Educação do Campo, Ciências Agrárias, Agronomia, Veterinária, Direito, Geografia, História). (MST, 2010).

Os eventos, encontros e congressos realizados pelo Movimento também são ferramentas de educação de seus integrantes, como, por exemplo, o Encontro de Agroecologia, que oferece dezenas de oficinas para suas bases, sem contar os debates políticos, as trocas de experiência e a socialização entre os militantes de diversas regiões. A forma como são organizados os eventos segue a mesma estrutura de organização de todo o movimento: a grande capacidade de organização e mobilização está pautada no princípio da disciplina como recurso democrático e organizador. Todos os integrantes do Movimento são incumbidos de participarem de alguma tarefa, seja de infraestrutura, comunicação ou cozinha,

mas todos participam. Esse é outro elemento importante observado em nossa análise que não foi possível aprofundá-lo: os acampamentos são um importante espaço de educação e de socialização dos seus integrantes, é onde se gesta uma nova “moral”, baseada nos princípios da solidariedade e da igualdade.

Outro princípio norteador que se desenvolve mais rapidamente no interior do movimento do que na sociedade como um todo, é a igualdade de direitos e deveres: seja homem ou mulher, jovem ou idoso, todos devem participar de forma igualitária. Por exemplo, o Movimento defende que seja sempre escolhido um homem e uma mulher para serem, por exemplo, coordenadores de um núcleo de base. A esse respeito, Maria Rita Kehl, em uma entrevista sobre sua atuação junto ao Movimento, disse que é surpreendente o papel autônomo e independente das mulheres (que viajam, estudam e trabalham, enquanto, muitas vezes, seus companheiros cuidam dos filhos). Não é algo fácil, pois o machismo ainda é algo recorrente em nossa sociedade e tem raízes ainda mais profundas na vida no campo. Porém, ao menos entre os militantes que se encontravam na ENFF, a realidade era outra, uma vez que os homens e mulheres ali presentes já haviam passado por outros processos de socialização.

Vale ressaltar aqui também a importância do Movimento em construir formas alternativas de produção no interior da sociedade capitalista, como é o caso das cooperativas agroindustriais que possibilitam que milhares de produtores criem suas próprias condições de sobrevivência por meio de uma produção sustentável. Ainda nos anos 1990, como dissemos, o movimento assume a luta por uma produção alternativa, sustentável, e a entrada na Via Campesina foi decisiva nesse processo. Por todo o Brasil, diversas experiências de assentamentos com produção agroecológica estão sendo feitas, além dos projetos de agroflorestas, por exemplo.

O MST luta contra o monopólio das multinacionais do agronegócio, como a Bung, Monsanto, Bayer, etc. Essas empresas, que possuem o monopólio de patentes de sementes e, ao mesmo tempo, o domínio da utilização de agrotóxicos, obrigam os pequenos produtores a pagarem *royalties* das sementes comercializadas e geneticamente modificadas. Dessa forma, o setor de produção do MST assumiu a tarefa de produzir sementes agroecológicas, sem patentes, distribuída para milhares de trabalhadores rurais e que já foram até exportadas. Essa é, certamente, mais uma importante forma de enfrentamento e resistência ao domínio do agronegócio.

Por fim, consideramos que o MST, apesar de ter limitada a sua atuação por diversos fatores, sejam estruturais ou estratégicos, contribui para a reorganização das classes populares interessadas em lutar por transformações sociais, pois reacende as esperanças

continuamente ao organizar e mobilizar amplas massas sociais. Assim, concluímos que, conseguindo manter uma crítica à democracia e ao Estado burguês, contribui na construção do horizonte socialista.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: Sader, E., Gentili, p. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BATISTA, P. N. **O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas da América Latina**. Caderno Dívida Externa, nº6. São Paulo: Editora Peres, 1995.
- BERTERO, J. F. Sobre Reforma Agrária e MST. **Lutas e Resistências**, Londrina, n.1, set., 2006.
- BIHR, A. **Da Grande Noite a Alternativa: o movimento operário em crise**. São Paulo: Boitempo 1998.
- BOGO, A. 2009. **Teoria da organização política**. Vol.III. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- BOGO, A. **Organização Política e Formação de quadros**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- COLETTI, Claudinei. **A Trajetória Política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal**. Tese de doutorado, Campinas: IFCH/UNICAMP, 2005.
- COLETTI, Claudinei. **O MST e os limites da luta pela terra no Brasil**. II Simpósio Estadual Lutas Sociais na América Latina. GEPAL/UEL. Mesa Redonda: Avanços e limites da luta pela terra no Brasil. 2006.
- DELGADO, 2005 DELGADO, Guilherme C. A questão agrária no Brasil, 1950- 2003. In: JACCOUD, Luciana (org) **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA. 2005. P. 51-90.
- DRAIBE, S.M. Brasil, a proteção social após 20 anos de experimentação reformista. IN: **Políticas Públicas: proteção e emancipação**, 2002. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/ppublicas/pp10.htm>
- DRAIBE, S. M. **Rumos e Metamorfoses: um estudo do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil 1930 – 1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985
- FEIX, P. J. **O Espaço da democracia no projeto político dos dirigentes do MST**. Tese de Doutorado. Campinas, São Paul, 2010
- FERNANDES, B. M. **Brasil: 500 anos de luta pela terra**. Revista de Cultura Vozes, Petrópolis, v. 93, n. 2, 1999.
- FERNANDES, B. M. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FERNANDES, B.M. **O MST e os desafios para a realização da reforma agrária no governo Lula**. Observatório Social de América Latina. , v.11, p.31 - 40, 2003.

FERNANDES, B. M. **20 anos do MST e a perspectiva de reforma agrária no governo Lula.** In: O Campo no Século XXI ed.São Paulo : Editora Casa Amarela; Editora Paz e Terra, 2004.

FERNANDES, B. M. **O MST e as reformas agrárias do Brasil.** In: OSAL, anoIX, nº. 24, Buenos Aires, CLACSO, 2008, p. 73s..2008

FIORI, J. L. **De volta à questão da riqueza de algumas nações.** In: Fiori, José, Luís (org.) **Estado e Moedas no Desenvolvimento das Nações.** Petrópolis, R.J: Vozes, 1999

GALVÃO, A. **Marxismo e movimentos sociais.** In: VI Seminário Lutas e Resistência. Londrina, 2010.

GOHN, M. G. **Teorias dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

HILSENBECK, A. M. F. **26 anos de movimentos democratizantes: O MST e o EZLN.**Anais do: IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina- Imperialismo, nacionalismo e militarismo no século XXI, 2010.

LAZAGNA, A.NicosPoulantzas e a teoria regional do político na transição socialista. In: **5o Colóquio Internacional Marx e Engels**, 2007, Campinas. CD-ROM: 5º Colóquio Internacional Marx e Engels, 2007. vol. 01

LEITE, S. P./ ÁVILA, R. V. de. **Reforma agrária e desenvolvimento na América Latina:** rompendo com o reducionismo das abordagens economicistas. CPDA – UFRRJ. 2003

LENIN, V. **Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo.**2ªed. São Paulo: Editora Escriba, 1960.

MACHADO, E. R. **Mal- Estar da democracia no Brasil e na Argentina nos anos 90:** lutas sociais da contramão do neoliberalismo. Tese de Doutorado. PUC- São Paulo, 2004.

MACHADO, E. R.**Democracia? Qual? Até quando?** Disponível em: <http://www.pucsp.br/neils/downloads/v8_eliel.pdf>.

MACHADO, E. R.**A (des)constituição de classe no MST:** dilemas da luta anti-sistêmica. Lutas Sociais (PUCSP). Vol. 17/18, p. 170-182, 2007.

MACHADO, E. R. **Os limites da democracia burguesa e a prática política elitista.** Rev. Lutas Sociais, vol. 3. São Paulo, 1997,

MARQUES, 2006. **Relação entre Estado e MST:** algumas fases e faces. Lutas e Resistências, Vol. 1. Londrina, 2006.

MARTINS, J.S.**ReformaAgrária** – o impossível diálogo. SãoPaulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

MILIBAND, R. **O Estado na Sociedade Capitalista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M.L. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2011.

NAVARRO, 1977 Navarro, Vicent. Produção e Estado do bem-estar: o contexto das Reformas. In: Laurell. A.C. **O Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1997

OLIVEIRA, L.A.A. de. **A Formação Política do MST**. Dissertação de Mestrado. Campinas, São Paulo, 2008

PESCHANSKI, J. A. **A evolução organizacional do MST**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007

Poulantzas, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

SADER, E, GENTILI, P. **Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia?** Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

RUDÉ, G. **A multidão na História: estudos dos movimentos populares na França e na Inglaterra 1730- 1848**. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

RUDÉ, G.. **Ideologia e Protesto Popular**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SAES, D. **Democracia**. São Paulo, Ática. 1987,

SAES, D. **Estado e Democracia**. Ensaios Teóricos. Campinas: Unicamp, 1998.

SAES, D. **República do Capital: capitalismo e processo político no Brasil**. Boitempo, São Paulo: 2001,

SAMPAIO, P. A. Para além da ambiguidade - uma reflexão histórica sobre a constituição de 1988. In: **xxi encontro regional de estudantes de direito e encontro regional de assessoria jurídica universitária: 20 anos de constituição**. Parabéns! Por que? Fundação araripe, 2008.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura

SILVA, 2006 Silva, M. do S. **A história das nossas raízes: itinerário das lutas dos trabalhadores (as) rurais no Brasil e o surgimento do sindicalismo rural**. IN: I Modulo do Curso de Formação Política da Escola Nacional de Formação da CONTAG. 2006.

SOARES, L. T. R.. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

STÉDILE, J. P; FERNANDES, B. M. **Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela**

terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

STÉDILE, J.P. **A questão Agrária no Brasil: o debate da esquerda- 1960-1980.** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TOLEDO, C. N. de. **A modernidade democrática da esquerda: adeus à revolução?.** Crítica Marxista, São Paulo: Ed. Brasiliense, no. 1, 1994

VANDEN, E. H. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST.** REVISTA NERA – ANO 12, Nº. 14 –2009

WOOD, E. M. **Democracia contra Capitalismo: a renovação do materialismo histórico.** São Paulo: Boitempo. 2002.

MST. **Setor de formação-MST,** 2005

MST. **Lutas e Conquistas.-** MST, 2010

MST. **Nossa História-** MST, 2009.

MST. **Organização-** 2009.

ENTREVISTAS

RICCI, R. **Os desafio dos movimentos sociais hoje.** CONCEDIDO AO PORTAL *ESQUERDA.NET.* 2010.

RICCI, R.. Os desafios dos Movimentos Sociais. In: **Movimentos sociais. Perspectivas e Desafios.** Revista do Instituto HumanitasUnisinos. 2011. Disponível em:

<<http://www.ihu.unisinos.br/uploads/publicacoes/edicoes/1276604569.261pdf.pdf>>

STÉDILE, J.P. Canal Livre: **Entrevista Stédile.** Rede Bandeirantes. 2008. (nossa transcrição).

STÉDILE, J. P. **Governo Lula preferiu se aliar ao agronegócio.** Rev. Página 64. 2010.

CARVALHO, G. **Movimentos Sociais Amadurecem mais que Partidos- Entrevista.** In: LIMA, L; BORTOT, I. J Agência Brasil, Abril, 2011. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/temas/politica/2011/04/para-ministro-gilberto-carvalho-movimentos-sociais-evoluiram-mais-que-partidos>

GOULART, M. **Entrevista da Segunda:** Marcelo Goulart. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/8865>

SITES CONSULTADOS:

NERA: <http://www2.fct.unesp.br/nera/>

CPT: <http://www.cptnacional.org.br/>

Consulta Popular: <http://www.consultapopular.org.br/>

MST: <http://www.mst.org.br/>

INCRA: <http://www.incra.gov.br/>

ANEXOS

ANEXO A Projeto Popular Para O Brasil

UM PROJETO POPULAR PARA O BRASIL**I – Objetivos**

- 1) Organizar, na sociedade brasileira, a produção dos bens, as leis e fixar as prioridades do governo, para que *todos os brasileiros* e cada cidadão tenha assegurado: *Emprego* (trabalho); *Acesso à Terra* para trabalhar; *Moradia* digna para sua família; *Educação* pública e gratuita em todos os níveis de escolaridade; *Alimentação* adequada, e atendimento de *Saúde* pública.
- 2) Recuperar a SOBERANIA NACIONAL DO BRASIL sobre seus destinos, seja na política externa, seja evitando ingerência de interesses estrangeiros em nossa economia, na política, no território e recursos naturais.
- 3) Desenvolver um regime político de *democracia popular*, em que cada cidadão possa participar nas decisões do Estado e nos assuntos de interesse coletivo.
- 4) Valorizar a *cultura* do povo brasileiro nas suas mais diferentes manifestações e aspectos.
- 5) Combater todas as formas de discriminação social, por renda, raça, gênero, opção sexual, cor da pele, opção religiosa etc.
- 6) Desenvolver, de forma cotidiana, na nossa sociedade os *valores humanistas* e *socialistas* que fizeram a evolução da humanidade, como a solidariedade, a justiça social e a igualdade entre todos cidadãos.
- 7) Preservar os *recursos naturais*, com um processo de desenvolvimento equilibrado e responsável com as gerações futuras. Defender nossa Amazônia e sua biodiversidade.

II – Para alcançar esses objetivos será necessário um programa político

- 1) Ruptura com a DEPENDÊNCIA EXTERNA DE NOSSA ECONOMIA. Romper os acordos com FMI e Banco Mundial, que monitoram nossa economia. Proibir a transferências de lucros e riquezas para o exterior. Cancelar o pagamento da dívida externa. Investigar todos os empréstimos e envio de recursos passados.
- 2) CONTROLAR O CAPITAL FINANCEIRO. Revisar toda dívida pública

interna, federal, estadual e municipal. Ver sua legitimidade, níveis de taxas de juros, e submetê-la aos interesses e prioridades sociais. Ou seja, os recursos ora carreados pelo governo para os bancos seriam destinados aos programas de educação, saúde, transporte coletivo, e na reorganização da indústria e da agricultura. Controlar a taxa de juros e a especulação.

- 3)** DEMOCRATIZAR A PROPRIEDADE DA TERRA. Estabelecer o tamanho máximo da propriedade rural e realizar uma reforma agrária desapropriando todas as grandes propriedades acima do limite que garanta o acesso à terra a todos os que quiserem viver e trabalhar no meio rural.
- 4)** REORGANIZAR A PRODUÇÃO NACIONAL, na indústria e na agricultura, visando em primeiro lugar o abastecimento das necessidades básicas da população e a geração de empregos. Descentralizar o parque industrial, levando o desenvolvimento para o interior do país e para o meio rural.
- 5)** MANTER SOB CONTROLE DO ESTADO TODAS AS EMPRESAS ESTRATÉGICAS na área de minérios, comunicações, energia e transportes, garantindo assim sua finalidade social e a reaplicação dos lucros para bem-estar coletivo.
- 6)** DISTRIBUIR RIQUEZA E RENDA. Implantar um amplo programa de distribuição de renda e de riquezas, diminuindo as desigualdades sociais, com aumento real dos salários, impostos sobre grandes fortunas e heranças.
- 7)** REFORMA URBANA. REORDENAMENTO DAS CIDADES. Impedir a especulação imobiliária. Controle dos aluguéis. Democratização da propriedade do solo urbano para garantir moradia digna para todos.
- 8)** DEMOCRATIZAR OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA. Garantindo o acesso e o controle das rádios e televisão, que são concessões de serviço público, para as comunidades e a sociedade em geral.
- 9)** DESENVOLVIMENTO DA TECNOLOGIA NACIONAL. Desenvolver um programa de estímulo e difusão da pesquisa, da ciência e da tecnologia no território nacional. E priorizar a busca de solução dos problemas do povo brasileiro.
- 10)** REGIME POLÍTICO. Mudar as leis do país para que se garanta uma democracia com efetiva participação popular, em todos os níveis de decisão política.

ANEXO B-

Nossos compromissos com a terra e com a vida

Os seres humanos são preciosos, pois sua inteligência, trabalho e organização podem proteger e preservar todas as formas de vida;

- 1- Amar e preservar a terra e os seres da Natureza;
- 2 Aperfeiçoar sempre nossos conhecimentos sobre a Natureza e a agricultura;
- 3-Produzir alimentos para eliminar a fome na humanidade. Evitar a monocultura e o uso de agrotóxicos;
- 4- Preservar a mata existente e reflorestar novas áreas;
- 5- Cuidar das nascentes, rios, açudes e lagos. Lutar contra a privatização da água;
- 6- Embelezar os assentamentos e comunidades, plantando flores, ervas medicinais, hortaliças, árvores, etc.;
- 7- Tratar adequadamente o lixo e combater qualquer prática de contaminação e agressão ao meio ambiente;
- 8- Praticar a solidariedade e revoltar-se contra qualquer injustiça, agressão e exploração praticada contra a pessoa, a comunidade e a Natureza;
- 9- Lutar contra o latifúndio para que todos possam ter terra, pão, estudo e liberdade;
- 10- Jamais vender a terra conquistada. A terra é um bem supremo para as gerações futuras.

(08/2000)

ANEXO C

Proposta de Reforma Agrária Popular do MST

Essa proposta de reforma agrária se insere como parte dos anseios da classe trabalhadora brasileira de construir uma nova sociedade: igualitária, solidária, humanista e ecologicamente sustentável. Desta forma, as propostas de medidas necessárias fazem parte de um amplo processo de mudanças na sociedade e, fundamentalmente, da alteração da atual estrutura de propriedade da terra; de organização da produção e da relação do ser humano e natureza.

A reforma agrária popular tem por objetivos gerais:

- a) Eliminar a pobreza no meio rural.
- b) Combater a desigualdade social e a degradação da natureza que tem suas raízes na estrutura de propriedade e de produção no campo;
- c) Garantir trabalho para todas pessoas, combinando com distribuição de renda.
- d) Garantir a soberania alimentar de toda população brasileira, produzindo alimentos de qualidade e desenvolvendo os mercados locais.
- e) Garantir condições de participação igualitária das mulheres que vivem no campo em todas as atividades, em especial no acesso a terra, na produção e na gestão de todas as atividades, buscando superar a opressão histórica imposto às mulheres, especialmente no meio rural.
- f) Preservar a biodiversidade vegetal, animal e cultural que existem em todas as regiões do Brasil, que formam nossos biomas.
- g) Garantir condições de melhoria de vida para todas as pessoas e oportunidades de trabalho, renda, educação, cultura e lazer, estimulando a permanência no meio rural, em especial a juventude.

Programa das principais medidas de reforma agrária

1. A terra

A terra e os bens da natureza são acima de tudo, um patrimônio dos povos que habitam cada território, e devem estar a serviço do desenvolvimento da humanidade. Democratizar o acesso a terra, aos bens da natureza e aos meios de produção na agricultura a todos os que querem nela viver e trabalhar. A propriedade, posse e uso da terra e dos bens da natureza devem estar subordinados aos interesses gerais do povo brasileiro, para atender as necessidades de toda população.

1.1. Estabelecer um tamanho máximo da propriedade rural, para cada agricultor, estabelecido de acordo com cada região. (Por exemplo, fixar em 35 módulos fiscais, que representaria em média ao redor de 1.000 hectares, por família, somados todos os imóveis que possuir). E desapropriar todas as fazendas acima desse modulo, independente do nível de produção e de produtividade..

1.2. Garantir acesso a terra a toda família que quiser viver e trabalhar nela.

1.3. Desapropriar todas as propriedades rurais de empresas estrangeiras, bancos, indústrias, empresas construtoras e igrejas, que não dependem da agricultura para suas atividades.

2. A organização da produção no meio rural

2.1. A produção agrícola será orientada com prioridade absoluta para a produção de alimentos saudáveis para todo o povo brasileiro, implementando o princípio da soberania alimentar.

2.2. A produção será organizada com o desenvolvimento de todas as formas de cooperação agrícola, como: mutirões, formas tradicionais de organização comunitária, associações, cooperativas, empresas públicas, empresas de prestação de serviços, etc.

2.3. Promover uma agricultura diversificada, rompendo com a monocultura, usando técnicas de produção agrícola sustentáveis, em bases agroecológicas, sem agrotóxicos e transgênicos, gerando uma alimentação saudável.

3. Água: um bem da natureza para todos

Toda propriedade e posse da água está subordinada aos interesses sociais. Não poderá haver propriedade privada da água, seja para consumo humano ou para agricultura. Será considerado de domínio público todos os rios, lagos, reservatórios das barragens existentes, lençol freático e nascentes de água.

4. O estado deve desenvolver instrumentos de política agrícola voltada para os interesses do povo

4.1. O estado deve usar todos os instrumentos de política agrícola, como garantia de preços, crédito, fomento à transição e consolidação da produção agro-ecológica, seguro, assistência técnica, armazenagem, etc, prioritariamente para o cumprimento desse programa de reforma agrária.

4.2. O estado deve garantir a compra de todos os produtos alimentícios do setor camponês e da reforma agrária.

5. A industrialização do interior do país

5.1. O programa de reforma agrária deverá ser um instrumento para levar a industrialização ao interior do país, promovendo um desenvolvimento mais harmônico entre as regiões, gerando mais empregos no interior e criando oportunidades para a juventude. O processo de desenvolvimento deve eliminar as diferenciações existentes entre a vida na cidade e no campo. Esse processo deve priorizar a geração de empregos no interior, em especial para a juventude e para as mulheres.

5.2. Instalar agroindústrias nos municípios do interior, comunidades rurais e assentamentos, buscando o aproveitamento de todos os produtos agrícolas para gerar mais empregos, aumentar a renda e criar alternativas para o crescimento da riqueza em todas as regiões do interior.

6. Um novo modelo tecnológico

6.1. A reorganização da produção agrícola brasileira deve vir acompanhada por um novo sistema de planejamento e modelo tecnológico orientado pelo enfoque ecológico e participativo. Buscar o aumento da produtividade da terra e a produtividade do trabalho, em equilíbrio com o meio ambiente, preservando as condições da natureza e garantindo a produção de alimentos saudáveis.

6.2. Desenvolver pesquisas e tecnologias agro-ecológicas adequadas aos agro-ecossistemas, que promova a sustentabilidade cultural, social, econômica e ambiental e a elevação da produtividade do trabalho e das terras.

6.2. Desenvolver programas massivos de formação em agroecologia dos camponeses e camponesas e da juventude em todas as regiões do país.

7. A educação no campo

7.1. A educação é um direito fundamental de todas as pessoas. A universalização do acesso à educação escolar, em todos os níveis e com qualidade, deve ser garantida através de escolas pública e gratuitas. É dever do Estado assegurar este direito a todas as pessoas que vivem nos assentamentos e no campo.

7.2. Garantir o acesso à educação pública (educação infantil, fundamental, ensino médio e superior) através da construção de escolas nas comunidades rurais e agrovilas dos assentamentos, a todos jovens e adultos do meio rural, como forma de manter os camponeses e as camponesas no meio aonde vivem.

8. O desenvolvimento da infra-estrutura social no meio rural

O programa de reforma agrária para um novo projeto de agricultura popular deverá ser acompanhado por um amplo programa social, por parte do Estado, que garanta a toda a população do campo, as mesmas oportunidades de todos brasileiros.

8.1. Implantação de um amplo programa de construção e melhoria das moradias no meio rural, conjugado com garantia de acesso a energia elétrica, de fontes de energia renováveis e alternativas, água potável, transporte público, serviços de informática e atividades culturais em todas as comunidades rurais. Bem como desenvolver nessas comunidades programas de saúde familiar preventiva.

8.2. Desenvolver um programa de democratização dos meios de comunicação de massa, para que as comunidades possam ter suas rádios comunitárias, acesso aos programas de TV comunitária, etc.

9. Os instrumentos administrativo-institucionais do Estado

Para realização desse programa de mudanças no campo visando um programa de reforma agrária popular, deve-se realizar mudanças imediatas na forma de funcionamento das instituições públicas. Para isso propõe-se :

9.1. Reestruturação e fortalecimento do Incra como instrumento público para reestruturação da propriedade da terra no Brasil. Adequando portarias, contratando funcionários e agilizando seus procedimentos administrativos. E vinculando-o diretamente à Presidência da República.

9.2. Reestruturação da CONAB e transformando-a numa empresa pública da agricultura popular tendo como papel, a garantia de preços, o abastecimento dos mercados locais e regionais de alimentos, e a compra de todos os produtos da agricultura reformada. Instalação de agroindústrias nos assentamentos e meio rural. Garantia de fornecimento de insumos necessários para a reforma agrária, priorizando os de origem orgânica e local.

9.3 Criação de um instituto público vinculado ao programa da reforma agrária, que tenha como função garantir a assistência técnica pública e gratuita, coordenando a metodologia e os programas de fomento. E a capacitação geral das famílias para o novo modelo de agricultura. Esse instituto atuará em coordenação com outros organismos públicos de pesquisa (Embrapa, e empresas estaduais,) e de assistência técnica que possa atender melhor seus objetivos. E com a participação das organizações dos trabalhadores.